

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Comunicação Social
Programa de Pós-graduação em Comunicação Social

**A construção do debate político e as condições para a cidadania
do morador de periferia no programa televisivo *Aglomerado***

Lorena Rúbia Pereira Caminhas
Orientadora: Profa. Dra. Simone Maria Rocha

Belo Horizonte, Março de 2015

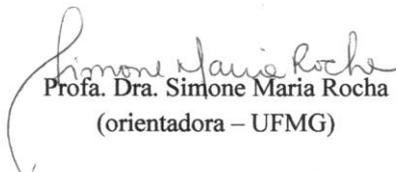
A construção do debate político e as condições para a cidadania do morador da periferia no programa televisivo “Agglomerado”

Lorena Rúbia Pereira Caminhas

Dissertação defendida e aprovada pela banca examinadora constituída pelas professoras:


Profa. Dra. Maria Ângela Mattos
(PUC-MG)


Profa. Dra. Paula Guimarães Simões
(UFMG)


Profa. Dra. Simone Maria Rocha
(orientadora – UFMG)

Programa de Pós-graduação em Comunicação Social
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, 31 de março de 2015.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos se dirigem a todos que me acompanharam nas etapas mais importantes de minha caminhada, dividindo comigo seu tempo, suas experiências e seu afeto. Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Cássia Ferreira Caminhas e Márcio de Paula Pereira, cujo esforço e dedicação me permitiram percorrer os caminhos que escolhi. Muito do que vivemos juntos, do que aprendemos como família, me possibilitou trilhar meus rumos profissionais. Sem seu apoio emocional não seria possível produzir a presente dissertação.

Agradeço ao meu namorado Thales Vilela Lelo pelo seu amor e carinho em todos os momentos, pelo apoio incondicional, pela motivação e pela felicidade que me proporciona todos os dias. Agradeço por ter me acompanhado nos últimos dois anos no desenvolvimento dessa dissertação, por ouvir minhas ideias e desenvolvê-las comigo, por ler cada página do presente trabalho e deixar em cada uma delas um comentário apaixonado. Agradeço, sobretudo, por ser meu companheiro para todas as horas e nunca me deixar desistir ou duvidar de minhas capacidades.

Agradeço à minha tia, Paola Rodrigues Caminhas, que sempre esteve ao meu lado como uma irmã. Aos meus avós, Isaura Rodrigues Caminhas, Maria Mirtô Sacheto e Ernane de Paula Pereira, que, longe ou perto, sempre estiveram ao meu lado, me apoiando nas minhas escolhas. Aos meus amigos, em especial à Cristiane Veloso e Mariana Neves de Araújo, pela disposição constante em ajudar, pelo apoio emocional e pela dedicação.

Agradeço aos meus colegas do COMCULT pela amizade e pelo companheirismo. Agradeço à Simone Maria Rocha pelas orientações e pelo aprendizado.

RESUMO

A proposta da presente pesquisa é investigar como o programa televisivo *Aglomerado* configura o debate político acerca das condições necessárias para garantir a cidadania dos moradores de periferia. São três perguntas centrais que o estudo pretende responder: Como o programa organiza midiática e politicamente as interações e os discursos que envolvem o debate sobre a cidadania? Quais são as condições apontadas como fundamentais pelo programa para que os sujeitos possam ser cidadãos? Em que medida a configuração do programa permite ou coíbe a produção da discussão sobre a cidadania? Para a realização da investigação serão trabalhados dois diferentes eixos: no primeiro será discutida a importância da mídia (e da televisão em particular) para a vida cotidiana e para ação política dos sujeitos, conjugada a uma análise da organização midiática do programa, que consiste na observação da mediação que constitui sua produção e o exame das interações comunicativas (proximidade e familiaridade) e dos lugares de fala (vivência e pertencimento). No segundo será investigada a construção de uma noção de cidadania dentro do programa que direciona o debate político, da qual serão extraídas as condições necessárias para que os sujeitos moradores de periferia sejam considerados cidadãos, condições essas que são o respeito e o reconhecimento, que correspondem à saída do gueto simbólico e ao direito de expressão de si e de sua realidade. A metodologia selecionada é o estudo de caso, que direciona a exploração do objeto tanto de um ponto de vista prático – os passos seguidos para responder a pergunta – quanto epistemológico, direcionando a construção da análise do objeto. O *corpus* é composto por quatro episódios do *Aglomerado*, sendo dois da primeira e dois da segunda temporada, selecionados a partir dos participantes convidados e das temáticas tratadas: são dois capítulos com pessoas moradoras de periferia (cantores de funk) e dois com pessoas que não moram na periferia, mas são artistas consagrados na música (Lenine e Fernanda Abreu). Os temas que perpassam os episódios escolhidos são a cultura desenvolvida na periferia e as formas de discriminação sofridas por seus moradores. Através dessa investigação percebeu-se que o *Aglomerado* se edifica em meio a uma tensão fundamental entre os objetivos apresentados e as escolhas feitas nos âmbitos midiático e político, que reverberam em uma ambiguidade na formulação das condições essenciais para a cidadania do favelado.

Palavras-chave: Televisão; Interações Comunicativas; Favela; Cidadania; Debate Político.

ABSTRACT

The proposal of this research is to investigate how the TV show *Aglomerado* sets the political debate about the conditions necessary to ensure the citizenship of slum dwellers. There are three central questions that the study aims to answer: How the program organizes the media and political aspects of the interactions and the discourses involving the debate about citizenship? What are the conditions identified by the program as fundamental to enable the individuals to be citizens? To what extent the program configuration allows or shies away the production of the discussion about citizenship? To carry out the research two different axes will be developed: the first will discuss the importance of the media (and in particular television) for everyday life and for the political action of the subject, coupled with an analysis of the media organization of the program, which consists of observation of mediation is that its production and the examination of interactional devices (proximity and familiarity) and speaks places (living and belonging). The second will investigate the construction of a notion of citizenship within the program that directs the political debate, which will be extracted the necessary conditions for the slum dwellers are considered citizens - respect and recognition, the symbolic ghetto output and freedom of expression of themselves and their reality. The selected methodology is the case study, which directs the operation of the object both from a practical point of view - the steps taken to answer the question - as epistemological, directing the construction of the object of analysis. The *corpus* consists of four episodes of *Aglomerado*, among which two are first season and two are of second season, selected from the participants and the discussed issues: there are two episodes with the slum dweller (funk singers) and two with people who do not live in the suburbs (Lenin and Fernanda Abreu); the themes are the culture developed in the periphery and forms of discrimination suffered by its residents. Through this research was realized that *Aglomerado* is built through a fundamental tension between the objectives presented and choices made in the media and political spheres, which reverberate in an ambiguity in the formulation of the essential conditions for citizenship of the slum dwellers.

Keywords: Television; Communicative Interactions; Slum Dwellers; Citizenship; Political Debate.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	8
LISTA DE IMAGENS.....	8
1. Introdução.....	10
2. Metodologia.....	16
2.1. O estudo de caso.....	16
2.2. Procedimentos analíticos.....	17
2.2.1. Decomposição da estrutura do programa.....	17
2.2.2. Análise da organização midiática do debate sobre cidadania.....	20
2.2.2.1. O mapa das mediações.....	20
2.2.2.2. As interações comunicativas.....	23
2.2.2.3. O lugar de fala.....	23
2.2.3. Análise da configuração política do debate sobre cidadania.....	24
2.2.3.1. Debate sobre as demandas dos moradores de periferia.....	25
2.2.3.2. Construção de demandas.....	25
2.2.3.3. Visibilidade do cotidiano e dos problemas públicos da periferia.....	25
2.3. Corpus de análise.....	26
3. Os meios de comunicação e seus desdobramentos sociais e políticos.....	27
3.1. A dimensão social e política da televisão.....	29
3.2. Representar o “outro”.....	32
3.2.1. Os moradores de favela na sociedade e na televisão.....	34
4. A organização midiática do debate sobre a cidadania.....	39
4.1. Mediação.....	40
4.2. Interações e falas.....	44
5. Cidadania.....	64
5.1. As várias versões da cidadania.....	64
5.2. O contexto latino-americano e a prática cidadã.....	69

5.3. A nova cidadania e a revitalização dos atores sociais na América Latina.....	73
5.4. Cidadania, desigualdade social e pobreza.....	78
5.5. Cidadania e comunicação: confluências	82
6. A organização política do debate sobre a cidadania	88
6.1. Visibilidade da cultura dos moradores de periferia.....	88
6.2. A dimensão do debate	93
6.3. Construção de demandas	102
7. Condições para a cidadania dos moradores de periferia	109
7.1. Respeito e reconhecimento	109
7.2. Direito de expressão de si e de sua realidade.....	113
7.3. Saída do gueto simbólico.....	115
8. Considerações finais.....	118
9. Referências Bibliográficas	122

LISTA DE QUADROS

1. Estrutura geral do programa <i>Aglomerado</i>	16
2. Estrutura dos episódios do programa <i>Aglomerado</i>	19

LISTA DE IMAGENS

1. Cenário do programa <i>Aglomerado</i> primeira temporada	18
2. Cenário do programa <i>Aglomerado</i> segunda temporada	18
3. Imagem do programa <i>Aglomerado</i> primeira temporada	18
4. Imagem do programa <i>Aglomerado</i> segunda temporada	19
5. Abertura Episódio 1 do <i>Aglomerado</i>	46
6. Abertura Episódio 2 do <i>Aglomerado</i>	46
7. Abertura Episódio 3 do <i>Aglomerado</i>	47
8. Abertura Episódio 4 do <i>Aglomerado</i>	47
9. DJ Duda conversa com MV Bill	49
10. Bonde do Vinho e dos Caçadores	51
11. Fernanda Abreu ao lado de MV Bill	52
12. Fernanda Abreu ao lado de MV Bill e Nega Gizza	52
13. Taruga, Fernanda Abreu e MV Bill	52
14. Fernanda Abreu convocando Fabrício	53
15. Fernanda Abreu e os dançarinos de charme	53
16. Entrevista com Lenine	55
17. Lenine no palco com “Teatro de Anônimo”	56
18. Lenine brinca com integrante do grupo de teatro	56
19. Apresentadores e Lenine abraçados	56
20. MV Bill conversa sobre racismo	58
21. MV Bill e Carrossel de Emoções	58
22. MV Bill cumprimenta Cidinho	59
23. MV Bill e Cidinho se abraçam	59
24. MC Sapão responde Nega Gizza	60
25. Cantores abraçados no palco	60

26. Plateia dança junto com funkeiros	60
27. MC Frank fala sobre racismo	61
28. Ensaio do grupo “Teatro da Laje”	89
29. Ensaio do grupo “Teatro da Laje”	89
30. Roda de <i>Freestyle</i>	89
31. Roda de <i>Freestyle</i>	89
32. Imagem da favela abertura entrevista Taty Princesa	97
33. Imagem da favela abertura entrevista Taty Princesa	97
34. Gaffitis do projeto TRACOM	104
35. Gaffitis do projeto TRACOM	104

1. Introdução

A temática geral da presente pesquisa diz respeito à atuação política de minorias sociais nos meios de comunicação, atendo-se, especificamente, na fundamentação da cidadania e na garantia dos direitos à comunicação e à expressão. Ela versa sobre as possibilidades e os entraves à ocupação do espaço midiático por lutas sociais que demandam direitos no terreno simbólico e cultural, buscando reverter os padrões hierárquicos de valorização e posicionamento dos sujeitos na sociedade. Sendo assim, a postura assumida para a realização da investigação se ancora na crítica dos processos e das disputas sociais por justiça travados nos *media*, realizando uma análise que questiona tanto o contexto de produção de determinados programas, quanto sua formatação em termos de organização midiática, política e dos conteúdos propostos. Assinalar a crítica como embasamento epistemológico possuiu uma implicação fundamental para o desenvolvimento do trabalho: o objeto selecionado é submetido a um exame sistemático que procura pelas condições e consequências de sua formatação, promovendo uma aproximação que busca compreender os avanços e os limites que o acompanham.

A minoria social que é tratada na pesquisa são os moradores de favela, sujeitos marcados pela estigmatização e desvalorização simbólica tanto no corpo social quanto no espaço midiático. A luta política travada no produto cultural midiático em análise é a promoção de um debate que aponte para as condições necessárias para que os habitantes da favela sejam considerados cidadãos. Desse modo, a problemática de pesquisa que conforma essa investigação é entender como o *Aglomerado* (programa televisivo) edifica o debate político a respeito das condições fundamentais para garantir a cidadania dos moradores de periferia. São três perguntas centrais que o estudo pretende responder: Como o programa organiza midiática e politicamente as interações e os discursos que envolvem o debate sobre a cidadania? Quais são as condições apontadas como fundamentais pelo *Aglomerado* para que os sujeitos possam ser cidadãos? Em que medida sua configuração permite ou coíbe a produção da discussão sobre a cidadania?

A favela, como apontam Alba Zaluar e Marcos Alvito (2003), desde seu surgimento tem sido povoada por representações diversas, marcada principalmente pelo elemento de precariedade urbana que congrega a pobreza de seus habitantes e o descaso do poder público. Entendida como sítio de carência, ela é vista como o problema central da cidade, o local da desordem, da patologia social e da poluição. A exclusão social do subúrbio do seio urbano

ainda foi marcada pela imagem do crime, tornando-o espaço dos bandidos e das classes perigosas. Alba Zaluar e Marcos Alvito (2003) demonstram que os estereótipos que se formaram sobre a periferia estão atrelados também à imagem do favelado como fantasma, constituído em oposição à identidade de cidadão urbano que se pretendia formar, caracterizando-os “como amontoado promíscuo de população sem moral.” (ZALUAR e ALVITO, 2003, p. 14).

Os sentidos que são atribuídos à favela são marcados pela dualidade: de um lado o reforço da oposição morro e asfalto, constituindo o subúrbio como oposto da cidade; por outro prisma, as ideias da periferia como o lugar da falta e da exclusão social se chocam com a imagem de um complexo social coeso, o seio das relações familiares e de vizinhança. Desse modo, a carência e a desordem não são conceitos suficientes para falar da complexidade sociocultural que é a favela: localizá-la à margem da vida social, para Alba Zaluar e Marcos Alvito (2003), elimina os outros entendimentos que historicamente esse espaço tem assumido. De acordo com os autores, a periferia carrega a marca da ambiguidade, tornando seus indivíduos sujeitos sociais, mas não cidadãos: configurando-os como “os que partilham ao mesmo tempo a proximidade das relações morais e a distância do que não se conhece, firmando um terceiro elemento entre amigos e inimigos.” (ZALUAR e ALVITO, 2003, p. 20).

Na mídia, a imagem dos moradores de favela foi se transformando ao longo dos anos. A representação do favelado entre os anos de 1970 e 1980 esteve atrelada à pobreza, cuja causa principal era a injustiça social. A periferia era metáfora da precariedade, enquadrada pelo viés da carência. Outra forma de sua aparição nos meios era através da figura do trabalhador. De acordo com Paulo Vaz e Carla Baiense, era por meio da atividade profissional que o subúrbio se integrava à cidade, “pelo trabalho que o morador promove a limpeza moral que o liberta da prisão e o autoriza a subir o morro” (2011, p. 7). Ainda é possível assinalar as figuras do crime e do tráfico de drogas. Entretanto, essas figurações não caracterizavam a violência como uma questão autóctone dos morros; ao contrário, era configurada uma distinção entre moradores e bandidos.

A década de 1990 e os anos 2000 representaram um momento de transição para os modos de enquadramento do favelado na mídia. Para Paulo Vaz e Carla Baiense (2011), nessa época ainda era possível perceber resquícios do discurso da injustiça social, revelando uma sociedade que se via em dívida com os pobres, bem como o surgimento de enunciados que

demarcavam a favela como lugar da violência - situando a sociedade como vítimas dos suburbanos. A imagem da periferia passa a ser relacionada à criminalidade e à delinquência, definindo o morro como reduto de bandidos. Paulo Vaz *et. all.* (2005) destacam nesse período a criação de uma “comunidade de vítimas virtuais”, remetendo à vulnerabilidade de uma classe média mediante o poder paralelo do subúrbio.

Como demonstra Simone Rocha (2005), a desvalorização simbólica dos moradores de favela está ligada à exclusão social, que se relaciona ao exercício precário da cidadania, em que os sujeitos não são capazes de assumir pleno direito de participação social. Nesse contexto, aponta a autora, a mídia desempenha papel central, na medida em que confere visibilidade ou invisibilidade aos fenômenos sociais. Apesar de os meios de comunicação estarem atrelados a discursos sociais hegemônicos - que reforçariam as representações dos habitantes de periferia como carentes, excluídos ou bandidos (não os considerando como cidadãos) -, eles também suscitam a eclosão de espaços de debates e de exibição das questões que envolvem os subúrbios, tornando suas mazelas e seu cotidiano de conhecimento público. Para Simone Rocha “é possível pensar que algumas produções televisivas podem viabilizar o exercício da cidadania quando vemos grupos socialmente organizados conseguindo ocupar esse espaço (a mídia) e, através do uso de sua cultura, reivindicar a condição de cidadão” (2009, p. 158). Os *media*, ao possibilitarem a reflexão sobre as questões socioculturais, interferem significativamente na construção do mundo cotidiano, apresentando-se como importante ator social na formação de representações, podendo abrir espaço para discussões de problemas e experiências que advém dos grupos minoritários.

Em um contexto no qual a midiatização está se estabelecendo e se instituindo como processo interacional de referência (BRAGA, 2007), os meios de comunicação passam a serem importantes instituições sociais capazes de direcionar, cada vez mais, a construção da realidade social. Certamente esse reposicionamento dos *media* traz implicações sociais e políticas profundas, transformando os contextos de lutas políticas das minorias na mídia. A ética e a moralidade edificadas atuam tanto no estabelecimento da comunicação enquanto um fenômeno de troca, quanto no conteúdo das representações (processo de configuração dos significados e sentidos sobre o mundo) dos sujeitos e da sociedade (SILVERSTONE, 2002). Exatamente por isso é preciso estar atento para a forma como a mídia interfere no avanço ou no atraso das lutas sociais por justiça e por cidadania, possibilitando ou impedindo a atuação política dos sujeitos.

Para Maria Cristina da Mata (2006) os *media* podem fornecer visibilidade necessária para a agenda de grupos minoritários, abrindo espaço para que a pauta desses indivíduos seja vista e considerada. Ao demonstrar a relação entre comunicação e cidadania, a autora revela que por meio desses dois conceitos é possível perceber os processos de desenvolvimento da hegemonia e a constituição dos sujeitos como seres políticos nas sociedades atuais. A cidadania cultural-comunicativa agrega as práticas que buscam garantir os direitos no âmbito da comunicação, constituindo sujeitos de direitos e de demandas no diálogo público, que colocam em comum suas reivindicações.

A cidadania é uma prática que revela a capacidade dos sujeitos de ordenar a vida em sociedade e participar das esferas do poder. Os instrumentos que possibilitam a ação cidadã são a expressividade dos indivíduos e as possibilidades de comunicabilidade. A interação constante com a mídia demonstra como os atores sociais atuam e se reconhecem na sociedade midiaticizada, de modo que os meios de comunicação se constituem como “dispositivos de um espaço público cidadão” (MATA, 2006), formatando um ambiente de interações que possibilitam a coletivização de interesses e propostas.

Entretanto, é preciso reconhecer que a dimensão da cidadania não está apenas na visibilidade midiática. Outras esferas - como a construção de um discurso de reivindicação de direitos e as diversas formas de “tomada de palavra” (TELLES, 1998) – também devem ser observadas nos meios de comunicação, a fim de perceber como os atores constroem suas próprias demandas nesse espaço. É necessário ter atenção se os sujeitos que reivindicam seus direitos estão sendo ou não considerados interlocutores legítimos, capazes de criarem os seus enunciados. Destarte, não basta que os *media* mostrem determinadas realidades, mas que os indivíduos se apropriem desse ambiente e exijam sua cidadania no âmbito comunicacional.

O objeto em análise nessa pesquisa é o programa televisivo *Aglomerado*, fruto da parceria entre a TV Brasil - rede de televisão pública - e a Central Única das Favelas (CUFA). A TV Brasil, criada em dezembro de 2007, preza por programações de “natureza informativa, cultural, artística, científica e formadora da cidadania.” (TRECHO extraído do site oficial da emissora). Ela destina grande parte de sua programação à exibição de produções independentes e regionais, e participa também como coprodutora de documentários, séries e filmes. A CUFA, por sua vez, é uma organização não governamental fundada em 1999 que atua nas esferas política, cultural, esportiva e social, e possuiu como principal forma de expressão o hip hop, com vistas à integração e inclusão social (DADOS extraídos do site

oficial da organização). Ela é obra da iniciativa de jovens de diversas periferias do Rio de Janeiro “que buscavam espaços para expressarem suas atitudes, questionamentos ou simplesmente sua vontade de viver.” (TRECHO extraído do site oficial da organização). Fundada por Celso Athayde (produtor de eventos e ativista social), Nega Gizza (rapper, militante do movimento negro e do feminismo) e MV Bill (rapper e representante da luta política dos moradores de periferia) a CUFA possui oficinas de capacitação e profissionalização frequentadas por jovens oriundos em sua maioria das favelas. As atividades desenvolvidas compreendem: cursos e oficinas de DJ, break, graffiti, basquete de rua, skate, informática, gastronomia e produção audiovisual. Além disso, ele promove o HÚTUZ – festival de hip hop brasileiro que acontece no dia 04 de novembro, data da comemoração do dia da favela -, a LIIBRA – liga internacional de basquete de rua, e a Taça das Favelas – campeonato de futebol com os times dos moradores de periferia.

O objetivo do programa é tratar da cultura que “está nas ruas”, combinando entretenimento e informação. Ele demarca sua especificidade já na locação: o viaduto Negrão de Lima, em Madureira, sede da CUFA-RJ, coração do subúrbio carioca. A configuração de *Aglomerado* deixa explícita sua intenção de debater e retratar a periferia: suas referências culturais, suas mazelas sociais, sua arte, suas expressões. “Morro, asfalto e periferia aglomerados. É esta a proposta do *Aglomerado*, um programa que fala sobre cidadania e mostra o Brasil urbano, multirracial e multicultural.” (TRECHO extraído do site oficial do programa). Apresentado e idealizado por Alex Pereira Barbosa (MV Bill) e Gisele Gomes de Souza (Nega Gizza), o programa possibilita uma visão peculiar da favela e de seus moradores, bem como das questões socioculturais que se engendram nesse lugar.

O *Aglomerado* possuiu duas temporadas já exibidas, produzidas entre os anos de 2011 e 2013. O programa se divide em dois momentos: o primeiro é centrado em um convidado – geralmente cantores –, entremeando sua participação às diversas matérias, exibidas nos quadros que compõem cada episódio. O segundo bloco se propõem a ampliar as discussões sobre a vida na periferia e os problemas que envolvem os habitantes desse lugar. A estruturação do *Aglomerado* é diferente em cada uma de suas edições: na primeira temporada ele não é temático, e os debates são relacionados tanto aos quadros gravados quanto a conversa com os cantores convidados. Na segunda os episódios possuem temas específicos que são debatidos pelos músicos e nos quadros específicos subsequentes.

A divisão dos blocos também é alterada: na primeira temporada são dez no total, quais sejam, “Cadeia Produtiva” (dedicado aos carcerários), “Guerreiros e Guerreiras” (entrevistas com lideranças sociais), “É fácil falar de mim, difícil é ser eu” (personagens com profissões que sofrem muitas críticas, ex: políticos), “Boa da Noite” (as possibilidades de diversão na noite carioca), “Perspectiva” (entrevista com jovens de baixa renda sobre suas previsões de futuro), “Hora do Caô” (plateia ou convidados mandam recados), “Prada de Bambas” (homenagem a grandes figuras brasileiras), “Cine Rapidinho” (realizadores de filmes comentam suas produções), “Na Pista” (as peças de vestuário e os estilos que circulam nas periferias), “Porradão” (entrevista baseada em dez perguntas polêmicas sobre temas de importância social) e “Entrevistas”. Na segunda são seis quadros: “Guerreiros e Guerreiras”, “Perspectiva”, “É fácil falar de mim, difícil é ser eu”, “De Boa” (o mesmo que o “Boa da noite”), “Hora do caô” e “Papo de moleque” (esquete teatral que trata do tema do episódio).

Os capítulos da presente dissertação que desenvolvem as reflexões teóricas e analíticas são organizados da seguinte maneira: em primeiro plano está a metodologia, a fim de introduzir os principais métodos e operadores acionados, revelando a arquitetura da investigação. A sessão seguinte discute as dimensões sociais e políticas dos meios de comunicação, mostrando como regimes de visibilidade específicos possuem um valor ético e moral na vida cotidiana, podendo ajudar ou impedir a atuação política dos sujeitos nos *media*. Em seguida, apresenta-se a primeira parte do exame de *Aglomerado*, que corresponde à organização midiática do debate, acionando os conceitos de mediação, interações comunicativas e lugar de fala como operadores. Na sequência é tratada a definição de cidadania, atentando-se para suas especificidades nas experiências dos movimentos sociais da América Latina. Além disso, apresentam-se as interconexões entre cidadania e comunicação, enfatizando as possibilidades de ação cidadã nas mídias. Posteriormente, é evidenciada a segunda parte da análise, na qual é abordada a organização política do debate, atendo-se às dimensões da visibilidade da cultura da periferia, a construção do debate e a formulação de demandas públicas. O penúltimo capítulo é a respeito das condições para a cidadania dos habitantes dos morros, apresentando as três principais apontadas pelo programa: respeito e reconhecimento, direito de expressão de si e saída do gueto simbólico. Por fim, as considerações finais são produzidas tendo em vista realizar uma retrospectiva do trabalho desenvolvido e elencar os principais resultados obtidos.

2. Metodologia

O desenvolvimento dessa pesquisa é conduzido pela metodologia de estudo de caso, quadro de referência analítico – auxiliando na definição e construção dos procedimentos, dos operadores e das categorias de observação – e prático – em termos de definição das etapas de coleta de dados e encadeamento dos resultados. A reunião das informações e a incursão inicial para conhecer o objeto são realizadas através de uma decomposição da estrutura do programa, com vistas a apreender suas principais características. A investigação é realizada em duas etapas: a) análise da organização midiática do debate no programa, atentando-se para as mediações que perpassam as interlocuções travadas nele, as interações comunicativas estabelecidas pelos apresentadores, convidados e participantes; e para o “lugar de fala” desses sujeitos e b) exame do ordenamento do debate político a respeito das condições fundamentais para que os moradores de favela sejam cidadãos.

2.1. O estudo de caso

A metodologia acionada para apreender as possibilidades e/ou os obstáculos para o debate político sobre cidadania ensejado pelo programa televisivo *Aglomerado* é o estudo de caso explanatório. Tal método é baseado na busca de indícios que proporcionam a construção de inferências e interpretações sobre o objeto em análise. Para Robert Yin (1998, 2004) o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa para examinar fenômenos contemporâneos por meio de perguntas “como?” e “por quê?”, a fim de apreender o contexto vívido do objeto, baseando-se em várias fontes de evidência e no encadeamento entre elas.

De acordo com José Luiz Braga (2008), a condução do estudo de caso passa pela procura de pistas que indicam o estado não imediatamente evidente dos fenômenos, construindo uma pesquisa baseada na apreensão da concretude da existência do objeto, selecionando e organizando a produção de inferências. O trabalho de busca por indícios corresponde em separar as marcas essenciais das acidentais encontradas no percurso de pesquisa, e produzir um encadeamento adequado das informações fornecidas pela investigação.

A operacionalização do estudo de caso para a presente proposta está baseada em duas aproximações ao objeto, compreendendo: suas dimensões midiáticas e políticas. As pistas, elementos principais dessa metodologia, serão elencadas pela análise das mediações, das interações comunicativas e dos lugares de fala (do ponto de vista da mídia) e pelo exame do debate, das demandas e da visibilidade dos moradores de periferia (pela visada política). Essa

operação ajuda a remontar a realidade do programa em sua complexidade, revelando os processos e as estruturas que o compõe, mostrando a configuração do debate político em seu seio e as condições para a cidadania dos habitantes da favela.

2.2. Procedimentos analíticos

A fim de viabilizar a análise do objeto de pesquisa, um procedimento de decomposição da estrutura do programa é adotado. Essa incursão à empiria se justifica pela necessidade de levantamento extensivo e detalhado de suas características, a fim de apreender os indícios relevantes para o problema de pesquisa.

2.2.1. Decomposição da estrutura do programa

Nesta etapa reconheceu-se a estrutura geral do objeto: proposta do programa, número de episódios, perfil dos apresentadores, cenário, tempo de duração e dia de exibição, quantidade de blocos, divisão de quadros e o tempo de duração de cada um, tema apresentado, número de convidados por edição, natureza/ocupação/perfil dos convidados (Quadro 1 e Quadro 2 – análise da estrutura).

Quadro 1: Estrutura geral do programa *Aglomerado*

Cenário	<p>Primeira temporada: Construído em formato de arena, o cenário se divide em quatro partes: ao fundo há um telão no qual são mostradas as vídeo artes que se relacionam aos momentos do programa; em frente ao telão está alocada uma rampa para a prática de skate, na qual a plateia se distribui em pé ou sentada; ao centro está o palco e ao redor do palco está o espaço destinado à plateia. Além do ambiente central do programa, são utilizadas as paredes que ficam atrás da arena para a produção de grafites em homenagem aos convidados. O DJ é posicionado do lado direito do palco (FIG. 1 e 2).</p>  <p>Figura 1: Cenário do programa <i>Aglomerado</i> primeira temporada</p>
----------------	---



Figura 2: Cenário do programa *Aglomerado* primeira temporada

Segunda temporada: permanece o formato de arena, entretanto é retirada a pista de skate e o tablado frontal, elementos substituídos por um palco em formato oval, com escadas na frente. São mantidos o telão ao fundo e a organização da plateia. Outra mudança importante é o clareamento do ambiente através do uso de madeiras na cor branca no palco e o aumento da iluminação do viaduto (FIG. 3 e 4).



Figura 3: Cenário programa *Aglomerado* segunda temporada



Figura 4: Cenário programa *Aglomerado* segunda temporada

Tempo de duração e dia de exibição do programa	O programa é apresentado aos sábados, às 18h30min e tem uma hora de duração.
Proposta do programa	O programa, fruto de uma parceria entre a TV Brasil e a Central Única das Favelas (CUFA), tem como objetivo mostrar a “cultura de rua”, enfocando no protagonismo juvenil, na inclusão social, na diversidade racial e no cotidiano das periferias brasileiras. “Morro, asfalto e periferia aglomerados. É esta a proposta do Aglomerado, um programa que fala sobre cidadania e mostra o Brasil urbano, multirracial e multicultural.” (TRECHO retirado do site oficial do programa). Apresentando entretenimento e informação, o programa aborda ações sociais e educacionais, esporte e arte.
Número de episódios	São, na primeira temporada, cinquenta e cinco episódios exibidos no período de abril de 2011 a setembro de 2012. Na segunda foram ao ar quatorze episódios de 02 de novembro de 2013 a 29 de março de 2014.
Perfil dos apresentadores	<u>Alex Pereira Barbosa (MV Bill)</u> : morador da favela Cidade de Deus e rapper consagrado, também é idealizador e fundador da Central Única das Favelas (CUFA) e participa de diversos projetos sociais. Já recebeu vários prêmios devido a sua ativa participação no Hip Hop e, em 2004, a UNESCO o premiou como uma das dez pessoas mais militantes no mundo na última década. <u>Gisele Gomes de Souza (Nega Gizza)</u> : nascida em Brás de Pina, subúrbio carioca, é rapper e fundadora da CUFA. Também é engajada em diversos movimentos sociais pelos direitos das mulheres e dos moradores de periferia.
Divisão por blocos	Em geral, cada episódio apresenta três blocos: o primeiro é destinado à apresentação do propósito do programa e dos convidados; o segundo tem enfoque na entrevista com os cantores; o último é centrado na finalização do diálogo com os convidados e a uma apresentação musical. Os quadros temáticos são entremeados entre os três blocos.
Quadros	São dez quadros no total na primeira temporada: Guerreiros e Guerreiras; Fácil é falar de mim, difícil é ser eu; Hora do Caô; Perspectiva; Boa da noite; Cadeia produtiva; Parada de bambas; Cine rapidinho; Na pista; Porrada. Na segunda temporada são seis: Falar de mim é fácil, difícil é ser eu; Guerreiros e Guerreiras; De Boa; Hora do Caô; Perspectiva; Papo de Moleque.
Tempo de duração dos quadros	Cada quadro dura de três a cinco minutos.

Quadro 2: Estrutura dos episódios do programa *Aglomerado*

Elementos da estrutura	Quadros apresentados	Tema do episódio	Número de convidados	Ocupação/Perfil dos convidados
Primeira temporada: Episódio 1 - Especial Funk	Guerreiros e Guerreiras; Perspectiva e Cine Rapidinho.	O universo do Funk	12 convidados – Bonde do Tigrão, Bonde do Vinho e Bonde dos Caçadores	Cantores de funk
Primeira temporada: Episódio 2 - Fernanda Abreu	Guerreiros e Guerreiras; Boa da noite; Perspectiva e Fácil é falar de mim, difícil é ser eu.	A cultura da periferia: o rap, o grafitti, a pixação e o funk	1 convidado – Fernanda Abreu	Cantora
Segunda temporada: -	Papo de moleque; Guerreiros e	A arte e a cultura; sua	1 convidado - Lenine	Cantor

Episódio 3 - “Arte nossa de cada dia”	Guerreiras; e De Boa.	importância para a vida social.		
Segunda temporada: Episódio 4 - “Racismo”	Papo de moleque; Guerreiros e Guerreiras; e Perspectiva.	O racismo e outras formas de preconceito; o funk e sua inserção social.	4 convidados – MC Cidinho, MC Sapão, MC Frank e Carrossel de Emoções.	Cantores de funk

2.2.2. Análise da organização midiática do debate sobre cidadania

Nesta etapa da investigação trabalhou-se com três operadores analíticos: a mediação, as interações comunicativas e o lugar de fala. Eles foram acionados para promover a compreensão da dinâmica interacional e da construção discursiva que perpassa as trocas no *Aglomerado*. Assumiu-se como ponto de partida metodológico as mediações, procurando estar atento as práticas constitutivas de sua materialidade e centralidade na vida social. Posteriormente, olhou-se para as interações comunicativas, entendendo-as como espaço privilegiado para apreender as ações sociais. Por último, atentou-se para a situação de proferimento da fala, buscando entender de que modo é edificado um lugar no qual ela se ambienta e passa a fazer sentido. Desse modo, examina-se a configuração das interlocuções entre os sujeitos dentro do *Aglomerado* – quais são as mediações que os perpassam, como eles constroem as trocas comunicativas e como edificam um lugar de fala. Ao articular cada uma dessas instâncias procura-se compreender de que modo o programa edifica um debate político a respeito das condições necessárias para a cidadania dos moradores de periferia, revelando se tal debate é estimulado ou atenuado.

2.2.2.1. O mapa das mediações

O estudo de caso a ser desenvolvido nesta pesquisa está orientado pela perspectiva das mediações¹ de Jesús Martín-Barbero. Na concepção do autor, as mediações são um “mapa noturno” para pensar a comunicação a partir da cultura, atendo-se aos usos sociais dos meios. Desse modo, a proposta é perceber, para além das mensagens e das tecnologias, o que

¹ Reconhece-se que o conceito de mediação não é primeiramente desenvolvido no contexto latino-americano, sendo delineado em uma profícua tradição crítica, situado em debates provenientes da filosofia e da sociologia. Diversos autores se debruçaram sobre o conceito, dentre eles pode-se citar: Raymond Williams (1979), que retomou as nuances do conceito de mediação em contraposição à ideia de reflexo e, contemporaneamente, Roger Silverstone (1999) empreende investigações voltadas para a importância das mediações para pensar os processos comunicativos. Pode-se assinalar, entre os latino-americanos, Guillermo Orozco Gómez (1991; 1998), que trabalhou o conceito a partir das pistas Martín-Barbero. Entretanto, em relação aos propósitos do presente estudo, o modo como Jesús Martín-Barbero desenvolveu a ideia de mediação, atendo-se para a interlocução comunicação/cultura, é o que delineia os caminhos investigativos pretendidos.

perpassa as interações dos sujeitos com os produtos culturais dos *media*, as produções de sentido que envolvem as apropriações e os dispositivos de ação que compõem diversas competências culturais. As mediações edificam a materialidade social e a expressividade cultural dos meios de comunicação.

No edifício teórico de Jesús Martín-Barbero (1997, 2001) a atenção se volta às dimensões (cultural e comunicativa) da vida social, construindo um percurso investigativo que se faz além das mídias, considerando que “a pira comunicativa da nossa sociedade é muito mais rica e muito mais ampla do que permitem os meios.” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 150). Pensar as mediações, reconhecendo sua natureza nos processos interativos cotidianos, permitiu tramar as relações entre o comunicativo e a comunidade, entre os meios e as situações sociais que marcam a relação da mídia com a vida diária.

As mediações são construções simbólicas que se formam no seio coletivo, em íntima relação com as interações sociais e as dinâmicas de trocas – que são, por excelência, as categorias para se pensar o processo comunicativo. O enfoque nas mediações a partir de uma visada comunicacional deve levar em conta o conhecimento dos assuntos cotidianos que podem ser revelados em forma de práticas, fazendo referência as atividades organizadas da vida hodierna. Ao apontar a centralidade das mediações, a proposta é pensar o comunicacional desde o ponto de vista da cultura, ou seja, como os processos comunicativos (incluindo-se os mediados) estão imbricados nas formações socioculturais e só podem ser interpretados desse lugar.

Analisar as mediações é olhar para um espaço entrecortado por uma miríade de sentidos, que configuram tanto o corpo social quanto à mídia e as interações tramadas nesses espaços. Se deslocar para essa proposta de investigação é, como propõe Jesús Martín-Barbero (1997), estar atento para as competências culturais mobilizadas em ambas as esferas, promovendo a interlocução entre mídia e sociedade. É centralizar a investigação naquilo que atravessa, o que toma o meio, o que medeia. É perceber as estratégias de comunicabilidade por meio dos textos e das interações.

A mediação como operacionalizador da análise do *Aglomerado* enfatiza a interlocução da comunicação midiática com o ambiente cultural, buscando compreender como as interações e os compartilhamentos de sentidos na comunidade ajudam a configurar o formato das trocas e os significados no espaço dos *media*. Parte-se de uma matriz cultural que dá forma tanto às relações entre os sujeitos, como dos sujeitos com a mídia e com os produtos

midiáticos. Destarte, o que se pretende ao examiná-la é compreender como os sentidos atribuídos à favela no cotidiano, os modos de vida que perpassam esse lugar e sua representação social dentro de uma comunidade específica reverberam em um programa de televisão e ajudam a construir toda sua organização interacional e discursiva. As perguntas que guiam esse momento da pesquisa são: Como a experiência e a vivência dos produtores/apresentadores do programa se entrecortam com as falas e as interações no produto? Como as concepções de vida e sobre a favela (seus moradores, sua cotidianidade, sua cultura, etc) organizam todas as trocas dentro do programa?

Para apreender as mediações que constituem o programa – elemento que configura toda sua organização midiática - buscou-se no material de contexto indícios discursivos de quais são os sentidos atribuídos pelos produtores/apresentadores para: a) a favela e seus moradores; b) sobre a mídia e a representação de minorias nesse espaço; e c) sobre o favelado na sociedade e na mídia. Além disso, buscou-se compreender qual a finalidade e a importância atribuídas à produção e exibição do programa *Aglomerado*, e qual seu papel em relação à figuração do morador de periferia nos meios de comunicação. O material analisado nessa fase da investigação se consistiu em entrevistas de jornais, revistas e programas de televisão com os apresentadores e produtores do *Aglomerado*², com o objetivo de contextualizar a produção e os interesses do programa, possibilitando uma revisão crítica da análise sobre as possibilidades da construção do debate político sobre cidadania. Proporcionado uma visão externa ao *Aglomerado*, esses materiais são importantes para adensar a investigação proposta.

² Foram analisadas onze entrevistas em vídeo, quais sejam: “2 chopes com MV Bill”, da Yahoo! TV (15/01/2013); “Entrevista UnB TV com MV Bill”, da televisão universitária da UnB (15/02/2009); “Nomes que brilham com MV Bill”, quadro apresentado pelo programa “Todo Seu” da TV Gazeta (19/12/2012); “MV Bill na TV Câmara”, apresentado na edição especial de rap nacional no programa “Câmara Ligada” (17/08/2011); “Programa Sempre um Papo com MV Bill” da TV Câmara (07/11/2008); “Rappin Hood entrevista MV Bill na Cidade de Deus”, quadro do programa “Hoje em dia” da Rede Record (22/09/2010); “Repórter Agglomerado com MV Bill e Nega Gizza”, quadro do programa “Agglomerado” da TV Brasil (23/07/2011); “MV Bill no Segue o Som” apresentado pela TV Brasil (25/08/2013); “De Frente com Gabi – MV Bill”, transmitido pelo SBT (09/08/2012); “MV Bill no Agora é Tarde”, programa transmitido pela Band (18/04/2012) e “Entrevista com MV Bill” produzido pelo canal do youtube “Rafix Rap” (14/01/2014).

Investigou-se outras seis matérias em texto: “Prestes a estrear a segunda temporada, programa ‘Agglomerado’ retrata cotidiano das favelas e subúrbios cariocas”, do dia 02/05/2013, extraída do site infosurhoy.com; “Entrevista com MV Bill” publicada pelo DCE da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; “Especial mulheres: Nega Gizza”, veiculada em 08/03/10; “Atitude além da música”, do dia 11/01/2013; “Roda de conversas: Maria Maria e Nega Gizza”, do dia 11/12/2007; “Roda Viva: MV Bill”, postada no dia 25/04/2005.

2.2.2.2. As interações comunicativas

Na presente pesquisa trabalha-se com a noção de interações comunicativas de José Luiz Braga (2011, 2012), autor que situa as interlocuções sociais como o espaço de ocorrência do comunicacional. Para ele, a comunicação é estabelecida por meio de um processo de fala e escuta que é sempre tentativo, isto é, envolve sucessivos esforços de instaurar a relação e o entendimento sobre o que é comunicado. As ações sociais que envolvem o diálogo entre dois ou mais agentes são organizadas tendo em vista as expectativas envolvidas na conversação e os comportamentos resultantes do encontro, fundamentando os esquemas configuradores da interlocução, substanciando e atualizando os “episódios interacionais” (BRAGA, 2012).

No estudo de caso proposto objetiva-se apreender a formatação das interações comunicativas no programa, buscando perceber os parâmetros, as referências e os modos de interlocução principais entre os sujeitos no *Aglomerado*. Como se posicionam entrevistadores e convidados? Qual a relação estabelecida entre eles? Em suma, que tipo de comunicação é estabelecida dentro do programa? A resposta para essas perguntas auxilia na compreensão dos modos de organização midiática do programa, revelando como o formato da interação entre os indivíduos promove ou prejudica a edificação do debate político sobre cidadania.

2.2.2.3. O lugar de fala

O conceito metodológico lugar de fala é uma ferramenta que permite analisar os produtos culturais como elemento empírico relevante no processo comunicativo. Para José Luiz Braga ele “é resultado de um processo de produção; é veiculador de ‘ideias’ e representações sociais; é o elemento material percebido diretamente na recepção.” (BRAGA, 2000, p. 159). Tal abordagem sugere que as circunstâncias e a situação concreta de produção de enunciados são a chave para determinar o lugar – o espaço social – em que a fala pronunciada por determinados sujeitos passa a fazer sentido. De acordo com José Luiz Braga (2000), o lugar de fala se refere ao local de sentido dos proferimentos, não se situando em estruturas formais: o discurso se constrói seguindo uma lógica determinada e se refere a uma situação concreta.

Para apreender o lugar de fala deve-se fazer a distinção entre o espaço em que o discurso faz sentido e o papel social do falante. Para José Luiz Braga (2000), o conceito não é estritamente linguístico nem sociológico, e deve ser distinguido do “lugar sociológico do falante”. Para uma análise sob esse prisma interessa menos os papéis ou as origens sociais de

quem incorpora os enunciados, e sim os sentidos que ele convoca, remetendo a uma situação concreta na qual ele pode ser proferido e compreendido. Sobretudo, é preciso estar atento ao lugar edificado pelo discurso, a realidade que ele constrói e os significados que pretende.

O estudo que ambiciona voltar-se para a apreensão das interações atentando-se para a fala nos produtos midiáticos deve “observar que lógica é essa – ou seja, em que lugar a fala faz sentido – ou ainda, que ‘coerência’ entre fala e situação estrutura este conjunto de tal forma que (...) a fala tenha sentido.” (BRAGA, 2000, p. 163). Para perceber o lugar de fala no *Aglomerado* toma-se como ponto de partida a configuração das interlocuções pelos dispositivos interacionais. A partir da interação construída e organizada, olha-se para os proferimentos e para suas estruturas significativas, buscando compreender o “lugar” (as circunstâncias, o contexto) que permite que determinada fala possa ser dita e sustentada por um sujeito. Desse modo, tanto as mediações como as interlocuções acionadas criam a ambiência do dito, tornando possíveis discursos específicos e excluindo outros. A pergunta que guia essa empreitada investigativa é “que fala é essa?”. A configuração do debate político depende sobremaneira de quais enunciados podem ser proferidos e de como eles devem ser constituídos, uma vez que as argumentações são permitidas ou vetadas em função dos “lugares de fala” promovidos pelo programa. Assim, quando se tem em vista as mediações, as interações comunicativas e os lugares de fala pode-se perceber como, midiaticamente, o *Aglomerado* conforma a discussão acerca das condições para a cidadania dos moradores de favela.

2.2.3. Análise da configuração política do debate sobre cidadania

Nesse momento da análise objetiva-se compreender as dimensões políticas do debate, a fim de apreender as condições apontadas pelo programa como necessárias para que os moradores de periferia constituam-se como cidadãos. Os operadores trabalhados nessa etapa advêm da noção de cidadania³ que embasa tanto a investigação quanto o próprio programa.

³ A noção de cidadania trabalhada está em consonância com as transformações nas lutas políticas e nas demandas de direitos dos movimentos sociais, fundamentando uma política cultural. Essa ideia será discutida no capítulo “A nova cidadania e a revitalização dos atores sociais na América Latina” mais adiante.

2.2.3.1. Debate sobre as demandas dos moradores de periferia

Para além das possibilidades de visibilidade, a mídia deve ser considerada, como adverte Rousiley Maia (2009a) como “arenas discursivas” nas quais ocorrem exposição e discussão de diferentes argumentos, proporcionando o debate público. Desse modo, o acesso a ela pode favorecer o avanço das questões sociais, inserindo a luta por direitos em diversas lógicas e modos de comunicação. A partir desse operador busca-se compreender como o programa organiza o debate, promovendo-o ou atenuando-o. Como uma importante dimensão da configuração política do *Aglomerado*, as discussões envolvem a construção de uma ideia de cidadania e das condições para que os moradores de periferia sejam considerados cidadãos.

2.2.3.2. Construção de demandas

A cidadania se inscreve em uma arena de conflitos travados por sujeitos que buscam definir suas condições de existência e as regras de sociabilidade. Nesse contexto, eles constroem uma linguagem pública que prevê critérios de igualdade e de justiça, reconhecendo as realidades existentes e suas alternativas, abrindo para o campo das experiências possíveis (TELLES, 1998). Destarte, para o debate sobre a cidadania na mídia é necessário que as demandas figurem nos discursos e nas interações, abrindo espaço para que os sujeitos afirmem o seu potencial de agência e definam os códigos para as trocas sociais. A reivindicação e a prática da cidadania pressupõem sujeitos ativos na luta política, capazes de (re)definir a situação social na qual estão inseridos e formular suas demandas (TELLES, 1998).

Para que isso ocorra no espaço midiático é necessário que os indivíduos assumam a palavra e edifiquem seus próprios discursos sobre as questões que lhes concernem, travando uma batalha com o enquadramento preferencial dos meios e tentando inserir seus pontos de vista. Ao invés de a voz ser concedida a esses atores sociais, eles devem assumir o potencial da palavra e proferi-la de acordo com sua comunidade simbólica. Ao investigar uma dimensão de reivindicação de direitos é possível perceber como o programa configura tanto o debate quanto as condições para ser cidadão, demandando uma série de “direitos do âmbito da cultura”.

2.2.3.3. Visibilidade do cotidiano e dos problemas públicos da periferia

Para exercer a cidadania no âmbito comunicativo, uma das prerrogativas é a possibilidade de apresentação dos problemas públicos na mídia. De acordo com Maria Mata

(2001, 2006) a exposição das demandas populares nos *media* é permeada de palavras e imagens que colaboram na discussão política, constituindo um espaço de intercâmbio que vincula as demandas coletivas às agendas midiáticas. Desse modo, o acesso aos meios de comunicação pode favorecer o avanço das questões sociais, inserindo a luta por direitos em diversas lógicas e modos de comunicação.

No programa em análise um dos principais objetivos é promover a visibilidade dos modos de vida e da cultura na periferia bem como a discriminação que recai sobre esses elementos. É a partir dessa operação que as condições para a cidadania dos moradores de favela são discutidas e que o debate é edificado. Através da percepção de como é construída e organizada a dimensão da visibilidade será possível apreender com *Aglomerado* propõe uma noção de cidadania que requer um direito à comunicação e à expressão de si e de seu cotidiano, uma tentativa de saída do gueto simbólico e da transformação das representações dos favelados, além da necessidade de respeito e reconhecimento desses sujeitos.

2.3. Corpus de análise

Para compor o *corpus* de análise foram selecionados dois episódios da primeira e dois da segunda temporada do *Aglomerado*, escolhidos de acordo com a temática e com as características dos convidados. Optou-se por analisar as duas temporadas com o objetivo de perceber se a configuração do debate – envolvendo tanto a organização midiática quanto a política – sofreu modificações e redirecionou o tratamento dos temas e a interação com os convidados – uma vez que na primeira exibição do programa o formato ainda estava em fase de teste e na segunda ele já havia sido revisado e retrabalhado.

Os temas privilegiados na seleção foram a cultura da periferia e as diversas formas de preconceito que sofrem os moradores de favela. Quanto aos convidados, elegeram-se dois episódios com pessoas que moram nos morros – os cantores de funk – e outros dois com pessoas que não habitam as comunidades, mas são artistas consagrados na música (Lenine e Fernanda Abreu). Os critérios adotados foram motivados pela pergunta de pesquisa e pelo tratamento metodológico: com o objetivo de perceber a configuração do debate que aponta para condições para a cidadania dos habitantes de periferia é preciso compreender como o programa se organiza midiaticamente (mediação, interações e lugares de fala) e a politicamente (debate, demandas e visibilidade).

3. Os meios de comunicação e seus desdobramentos sociais e políticos

Os meios de comunicação podem ser considerados, principalmente no contexto de crescente midiaticização, como espaços privilegiados de intercâmbio social. A midiaticização se refere, segundo José Luiz Braga (2007), à ascensão de processos interacionais que se valem de recursos tecnológicos e midiáticos, estabelecendo os *media* como espaços de interlocução singulares. Destarte, a mídia passa a ser uma instância fundamental na organização das trocas comunicativas, redirecionando-as e redesenhando-as, colaborando com a construção da realidade social.

A midiaticização se refere a dois procedimentos distintos: o primeiro é relativo aos âmbitos sociais que passam a se desenvolver segundo a lógica midiática e o segundo trata da midiaticização da própria sociedade, isto é, quando está em desenvolvimento reformulações sócio-tecnológicas que instituem os processos mediaticizados como “processualidades interacionais de referência” (BRAGA, 2007). Desse modo, ela pode ser considerada um fenômeno central, que define de forma tentativa e lacunar as matrizes das trocas sociais, constituindo-se como parâmetro de orientação que direciona a realidade cotidiana e transforma os modos de interlocução.

Complementarmente, Andreas Hepp e Uwe Hasebrink (2013) compreendem a midiaticização como o processo de mudanças socioculturais que ocorrem a partir das alterações nos formatos das interações simbólicas. De acordo com os autores, ela se apresenta quantitativa e qualitativamente, correspondendo: à crescente disseminação temporal, espacial e social dos meios e ao papel dos processos sócio-tecnológicos em promover mudanças socioculturais amplas. Os *media*, nesse contexto, atuam tanto em âmbitos institucionais quanto nas relações entre os sujeitos⁴, interferindo em diversas instâncias da vida social, construindo imagens e discursos que passam a circular e a figurar nas agendas públicas e instituindo variadas práticas. Nas palavras de Andreas Hepp “a presente mediaticização é caracterizada pelo fato de que vários ‘campos’ de cultura e da sociedade são construídos comunicativamente através de uma variedade de mídias, ao mesmo tempo.” (HEPP, 2013, p. 8, tradução da autora).

⁴ Andreas Hepp (2013) aponta que os estudos sobre mediaticização apresentam duas correntes principais: aquela que se refere à institucionalização dos *media* e sua influência em outras instituições sociais (política, família, educação, etc) e uma visada construtivista, que está atenta para as transformações nas trocas e nas interações simbólicas que esse processo provoca. Para o autor, estudar a mediaticização da sociedade implica buscar um terreno de investigação que possa convocar ambas as perspectivas.

A midiaticização possuiu também consequências políticas amplas, na medida em que, de acordo com Klaus Jensen (2013), ela institui regras formais e informais, podendo servir como agente da hegemonia que formalizará uma série de práticas e de significados socialmente construídos, conformando formas de viver e de compreender os fenômenos sociais.

A importância de assinalar a mediaticização é para mostrar que os processos de interação e as trocas sociais passam a ser influenciados também pelas mídias, que vai construir os sentidos sobre diversas instâncias da sociedade e da cultura, imprimindo suas dimensões éticas e morais na vida cotidiana. Não são apenas os temas de importância social, cultural e política que se desenvolvem nos meios de comunicação, mas a própria gestão da vida e das experiências sociais.

Os meios, nesse contexto, desenvolvem formas de organização da vida social (por meio de suas narrativas, das formas de interlocução que suscitam e de seus cronogramas), promovendo diferentes modos de sociabilidade (SILVERSTONE, 2002). Eles não apenas se encontram com a vida cotidiana, instituindo os valores e as práticas, mas emergem em um contexto no qual compõem uma cultura compartilhada, direcionando a construção de representações e imagens sobre os sujeitos e sobre a cultura.

As bases políticas da mídia, segundo Roger Silverstone (2002), são as mesmas que regem a vida pública e a ética: a participação e a responsabilidade. O mundo público edificado pelos *media* se ancora em uma mutualidade entre o ver e o ouvir que, por consequência, dependem do reconhecimento das diferenças e das identidades quando os sujeitos estão envolvidos em uma interação. As imagens e os discursos que promovem devem estar embasados nos mesmos princípios, permitindo o respeito e a estima dos sujeitos que são figurados nos meios. Destarte, não é possível viver sem desafiar, interrogar, e assumir a responsabilidade pelas mídias.

Diante desse panorama é possível afirmar que os meios de comunicação constituem-se como importantes esferas para a atuação dos sujeitos, podendo favorecer o avanço das questões sociais, inserindo suas demandas em diversas lógicas e modos de intercâmbio. Para Maria Mata (2001, 2006), as discussões públicas são intercambiadas com os *media*, vinculando as questões coletivas às agendas midiáticas, criando um espaço que possibilita a ação cidadã. Dessa forma, as informações transmitidas pelos meios sobre os sujeitos e a sociedade provêm, através de palavras e imagens, insumos para a reflexão e atuação dos

indivíduos. Ainda que não se constitua como a única instância elaboração de discursos e interação, a comunicação midiática possuiu uma magnitude e um estatuto particular: produz regulações discursivas que expressam, instauram e reproduzem práticas cotidianas.

Ocupar o espaço midiático, portanto, é fundamental para a ação política das minorias sociais, que buscam inserir suas demandas materiais e simbólicas no espaço público. Não se considera, obviamente, a atuação midiática como a única ou a mais importante, mas uma dentre tantas outras práticas que colaboram na redefinição da posição e do lugar social de indivíduos excluídos. Acredita-se que *Aglomerado* revela sua pertinência por inserir nos *media* questões relativas à vida nas favelas desde o ponto de vista de seus moradores e por promover um debate a respeito das condições (simbólicas) para a cidadania dos habitantes de periferia. Entretanto, a incorporação desses temas não garante que os objetivos pretendidos – o rompimento com a dicotomia morro *versus* asfalto; a revitalização da imagem do favelado perante a sociedade; a aquisição de respeito e reconhecimento e a conquista de um espaço de expressão - sejam alcançados.

3.1. A dimensão social e política da televisão

Segundo Roger Silverstone (1994), a televisão nas sociedades contemporâneas pode ser compreendida como uma realidade ontológica e fenomenológica, que participa da construção da vida cotidiana e da realidade social, organizando o tempo e estabelecendo rotinas. Ela se torna parte do dia-a-dia por meio da ocupação de determinados espaços e da edificação de temporalidades – e não porque ela se insere arbitrariamente como o resultado de imposições sociais e políticas em uma cultura resistente -, construindo uma experiência própria baseada em sua factualidade: ver televisão abre um espaço potencial (híbrido), no qual é possível criar a cultura e a identidade (através da imaginação e da ação).

A integração palpável da televisão em nossas vidas diárias: o seu significado emocional, tanto perturbador quanto consolador; seu significado cognitivo, tanto como um meio de informação quanto de desinformação; seu significado espacial e temporal, enraizado como é para as rotinas da vida diária; sua visibilidade, não apenas como um objeto, a caixa no canto, mas em uma infinidade de textos - jornais, revistas, cartazes, livros como este; seu impacto, tanto lembrado e esquecido; seu significado político como uma instituição central do Estado moderno; essa integração é, ao mesmo tempo, completa e fundamental. (SILVERSTONE, 1994, p. 3, tradução da autora).

A emergência da televisão como meio comunicativo que permeia o dia-a-dia se deu através de sua existência material e simbólica, inaugurando um *ethos* específico baseado em seus modos de expressão e em seus conteúdos, que passaram a integrar as formas de ação no

cotidiano. Ela se integra na vida diária desde um ponto de vista físico – sua inserção em determinados cômodos da casa – e social – como *locus* de atenção e de interação, catalisando as formas de organização social em relação ao tempo e ao espaço, gerando coesão e conflito. A televisão, de acordo com Roger Silverstone (1994), criou uma ambiência social e cultural híbrida que promove compromissos e desobrigações, concordâncias e contradições, inseguranças e seguranças. Ela articula dialeticamente segurança com ansiedade, criando uma realidade que se expressa por meio de seu complexo som/imagem, engendrando uma noção de realidade e convocando diversas emoções.

A televisão possui inúmeras formas de uso, dentre as quais é possível destacar uma estrutural e outra interacional. Na primeira ela funciona como um ruído, ou como um recurso regulativo, pontuando o tempo e as atividades diárias. Na segunda ela é usada para a interação e comunicação, ou como forma de iniciar um diálogo, gerando ao mesmo tempo compartilhamento e divergência. Ainda é possível apontar dois níveis de realidade relacionados a ela: a) uma realidade objetiva – os sentidos que ela passa a agregar na vida cotidiana e b) uma realidade subjetiva – na medida em que os sujeitos sociais passam a organizar suas rotinas diárias com base em sua estruturação (participando das relações interpessoais e da comunicação entre os sujeitos) (GAUNTLETT e HILL, 2001).

A televisão é central para a agência, conformando a “textura geral da experiência” (SILVERSTONE, 1999) a partir das possibilidades de acesso a diversas realidades e a múltiplos sujeitos sociais. Ela é um processo em constante transformação, marcado pelo contexto social e histórico, participando da construção e da moldagem das experiências dos indivíduos. De acordo com Roger Silverstone (1999) a mídia é um ambiente de transição para o cotidiano e do cotidiano para o mundo proposto pela comunicação mediada. Assim, os *media* se constituem como produtores de significações sobre a sociedade na medida em que as pessoas transitam pelos e se apropriam dos sentidos, formulando sua própria compreensão sobre as imagens e os textos midiáticos que versam sobre as estruturas da vida diária.

Para Roger Silverstone (1994, 2001, 2004), a televisão é uma entidade política na medida em que relaciona ideologias e formas de controle tanto em pequena quanto em larga escala, promovendo diversos significados para a vida em sociedade. Ela gera um novo tipo de domínio público desprovido de limites espaciais, que atinge um número indefinido de indivíduos no contexto da vida doméstica. Um novo tipo de publicização é criado, transformando os modos através dos quais os sujeitos experimentam o espaço público e

participam da vida cotidiana. Segundo o autor, a dimensão política é constituída a partir da informação e do entretenimento que são transmitidos para diversos públicos, através do consumo de imagens, objetos e ideias, e da apropriação e transformação desses conteúdos pelos sujeitos e grupos sociais para construir suas identidades e orientar suas ações individuais e coletivas. Através da televisão produzem-se significações e representações – que podem ser aceitas, negociadas, rejeitadas e disputadas –, que ajudam na construção dos significados socialmente construídos. A experiência mediada também configura o conhecimento do mundo, inserindo-o em uma gramática de valores e ideias.

A ética e a moralidade que constituem a vida cotidiana, como aponta Roger Silverstone (2002), não podem ser concebidas sem a comunicação midiática, na medida em que ela participa de um processo em que significados e valores dos objetos e dos sujeitos são edificados. A institucionalização dos meios de comunicação é envolvida no processo de circulação generalizado de seus símbolos na vida social, fazendo com que a aproximação dos meios da vida cotidiana - e até mesmo sua inseparabilidade - seja marcada por contextos sociais e políticos, afetando as ações e as construções simbólicas compartilhadas.

Segundo Roger Silverstone (2002) a distância e a proximidade criadas pelos meios de comunicação possuem uma dimensão política, na medida em que a relação que se estabelece com o outro através deles é permeada por cumplicidade e convivência. Segundo ele existem duas formas de acumular-se ou ser conivente com as mídias: a primeira aponta para a crença na veracidade ou verossimilhança da narrativa, que apresenta precisão factual, remetendo ao conteúdo do que é transmitido e à representação proposta; a segunda é a crença na estrutura abstrata midiática, isto é, a qualidade e a confiabilidade das estruturas e das regras que governam as mensagens.

As narrativas midiáticas, como adverte Roger Silverstone (2004), devem ser inscritas em uma agenda moral sempre em debate e em constante transformação, atentando-se para os modos de representações dos outros, que podem trazer a marca de sua humanidade ou inumanidade. Para o autor, a “distância apropriada”⁵ deve ser interpretada como uma categoria moral que relativiza a aparição do outro e inscreve as relações estabelecidas com ele

⁵ O conceito desenvolvido por Roger Silverstone (2001, 2004) é o de “proper distance”, que encabeça uma visada crítica sobre a relação dos meios de comunicação com o cotidiano e com seu público. Em suma, ele versa sobre a medida de conhecimento necessária para se entender outros sujeitos ou outras culturas que permita a responsabilidade e o cuidado, fundamentando uma agenda moral para os *media*.

em uma arena política pautada por disputas sobre os sentidos veiculados e pela responsabilidade.

Avançando na discussão sobre as dimensões moral e ética dos meios de comunicação, Paul Frosh (2011) assinala que é preciso compreender os *media* como aparatos representacionais e como formas de criação e manutenção de interações. Para o autor as mídias tanto associam quanto desassociam os sujeitos, tendo em vista que nem sempre a conexão que elas permitem significa uma aproximação efetiva entre os indivíduos. Desse modo, elas geram uma relação entre o espectador e o outro retratado que oscila entre a proximidade e a distância com profundas consequências morais.

A importância de assinalar o par aproximação/distanciamento é fundamental, uma vez que os meios de comunicação estão presentes diariamente na vida dos sujeitos através de suas transmissões e publicações. Além disso, segundo Paul Fosh (2011), as mídias são uma forma de conexão com o mundo exterior ao lar, que podem ser acessados por meio de diversos graus de engajamento e atenção. De acordo com John Tomlinson (2011) pensar a televisão e os *media* em geral requer investigar o tipo de interação ou dissenso que eles possibilitam em relação às práticas sociais e às representações dos outros. Enquanto meios de encontro e de diálogo, de estranheza e afastamento, as mídias se constroem na dialética entre a intimidade e a rotina, a familiaridade e a indiferença, em meio a ética e a moralidade.

3.2. Representar o “outro”

A representação é o processo através do qual se produzem e se intercambiam os sentidos entre os membros de uma sociedade. Ela é um conceito que explica a formação dos mapas conceituais que fornecem formas de compreender a realidade e é também uma prática, na medida em que confere sentido e organiza as formas de interpretação dos sujeitos. De acordo com Stuart Hall (1997a) são dois elementos principais que configuram a representação: a) a conjunção dos objetos (materiais e mentais) ao sistema de conceitos socialmente compartilhados e b) a relação entre esses mesmos mapas e os signos da linguagem que são usados para significá-los. A correlação entre objetos, conceitos e signos compõe o complexo processo de simbolização que é a representação, implicando o uso de imagens e de significados para produzir sentido através da linguagem.

Os sistemas de representação, conformados pelo conjunto das concepções sobre o mundo, compõem os diferentes modos de organização e agrupamento de sentidos, e a relação complexa que eles estabelecem entre si. Por serem portadores de significados, eles devem ser

interpretados para que os sujeitos consigam perceber os conceitos que caracterizam o mundo social e cultural no qual vivem. Eles conformam-se como o arcabouço dos sentidos de uma determinada cultura, permitindo o processo comunicativo.

A representação e seus sistemas são formados a partir do mundo sociocultural e, por isso, os sentidos que propõe e promove parecem naturais, na medida em que são resultados de convenções, e não são vistos como construções sujeitas a mudanças históricas e contextuais. Para Stuart Hall (1997b) a naturalização do processo representacional, tomado como um dado estável, suscita questões de teor político e cultural que tem sérias consequências para o modo de construção das identidades dos sujeitos e para a manutenção da vida em grupo. Conseqüentemente, as representações também são frutos de lutas que visam transformá-las e mostrar seu caráter de construto, situadas em um contexto específico.

Os modos de representar o outro, segundo Stuart Hall (1997b), recaem, em muitas ocasiões, no estereótipo, um regime de representação que relaciona a diferença, os significados socialmente compartilhados e o poder material e simbólico. Sendo representação, o estereótipo cria categorias e condições de pertencimento e exclusão, edificando sentidos preferenciais. Sua principal diferença é que ele se expressa no terreno da desigualdade de poder, essencializando e reduzindo grupos e sujeitos a uma categoria pré-determinada, tipificando-os apenas por um de seus atributos. Exatamente por isso a representação é um processo dual, complexo e, sobretudo, político: ao passo que ajuda na compreensão e organização dos significados sobre o mundo, também impõe um sentido desrespeitoso/desfavorável a determinados indivíduos e coletividades que estão à margem ou que não podem participar igualmente da edificação dos significados sociais compartilhados.

A importância assumida pela mídia através do processo de mídiatização cria um campo que dissemina uma série de representações sobre a sociedade e seus sujeitos, contribuindo para a edificação dos significados que permeiam a vida cotidiana. Exatamente por isso ela envolve questões morais e éticas, principalmente no tocante aos regimes de representação do outro. Nesse contexto, a representação desfavorável do outro se conforma, segundo Roger Silverstone (2002) a partir de duas vertentes contrastantes: a primeira envolve representa-lo como uma alteridade além do alcance, isto é, sem possibilidade de compreensão e de contato; a segunda é o exato oposto, incorporando a representação do outro em imagens familiares e em narrativas já conhecidas e aceitas. Assim, a apresentação da distância e da

proximidade na mídia se faz entre a incorporação (pela negação da diferença e da distância) e a aniquilação (a negação de uma humanidade comum e da proximidade).

A configuração midiática da representação e suas consequências políticas e sociais criam a necessidade de que os significados e os mapas conceituais fornecidos sejam repensados e remodelados à medida que as minorias sociais ou os grupos organizados percebam o prejuízo que elas impregnam em sua existência social. A luta em torno da representação expressa a vontade de sujeitos estigmatizados em ressignificar sua imagem estabelecida no âmbito sociocultural e nos meios de comunicação. Desse modo, ocupar o espaço midiático é um importante passo para a transformação das realidades simbólicas de vários indivíduos, donde reside a importância e de onde vem o objetivo do programa *Aglomerado*. Na busca por inserir as temáticas cotidianas e as práticas culturais assentadas na periferia que muitas vezes são subsumidos pela violência e pela pobreza, *Aglomerado* povoa a televisão com outras narrativas e representações para os moradores de periferia, assinalando sua forma de sociabilidade e a cultura própria que se desenvolve nesse ambiente. No entanto, por ser a representação um fenômeno complexo, permeado por dualidades, a proposta de uma mudança no regime representacional do outro dentro do programa, que acentua o ponto de vista dos habitantes de periferia, pode ter consequências imprevistas.

3.2.1. Os moradores de favela na sociedade e na televisão

Desde o surgimento das favelas, como revelam Alba Zaluar e Marcos Alvito (2003), elas estiveram marcadas pelo símbolo da precariedade urbana resultante da pobreza dos habitantes e da falta de assistência pública, sendo representadas como lugar de carência material e simbólica. O perigo e a violência também marcavam a imagem da periferia, conformando-a como o maior problema da cidade, vista como um local perigoso e refúgio de bandidos. Os moradores dessa região também foram estigmatizados, tratados como o “outro”, diferente do homem civilizado da metrópole. Segundo os autores “a ideia da favela como um ‘foco’, a menção à ‘limpeza’, isto é, a retórica centrada nas concepções de uma ‘patologia social’ e da ‘poluição’, estava destinada a uma longa permanência na cena institucional” (ZALUAR e ALVITO, 2003, p.9) e, também, nos âmbitos social e cultural.

A dualidade marcou as representações da favela, promovendo diversas inflexões: a oposição morro e asfalto; a periferia como lugar de violência e de sociabilidade aflorada; como espaço de cultura e ao mesmo tempo de carência. Ainda assim, ela se constitui, predominantemente, como “um dos fantasmas prediletos do imaginário urbano” (ZALUAR e

ALVITO, 2003, p.14), vista como foco de doenças e de desordem, como lugar de pessoas que desprezam o trabalho e sem moral. Essas imagens retratavam a não-cidadania desses sujeitos, marcados pelo estigma e apartados das decisões sociais e políticas.

Na década de 1970, como afirmam Alba Zaluar e Marcos Alvito (2003), as representações estabeleceram a compreensão da favela como um complexo coeso em termos de família e associações voluntárias e do favelado como o avesso do cidadão urbano. A primeira forma de significar as periferias se relacionou com a construção de um *ethos* baseado em suas práticas sociais, pelo qual era justificada a inclusão dos habitantes desses lugares na política e na economia. A segunda estava relacionada diretamente com a expansão do narcotráfico, e a favela seria o reduto das classes perigosas. Nessas narrativas “aparecem os estranhos não convidados, os que carregam a marca do ambíguo e do misturado, os que partilham ao mesmo tempo da proximidade das relações morais e da distância do que não se conhece” (ZALUAR e ALVITO, 2003, p.20).

Ainda segundo os autores, na transição dos anos de 1970 para os de 1980 a favela passou por mudanças estruturais e de reconhecimento simbólico, recebendo serviços de luz, água encanada e esgoto, de modo que a ideia de remoção ou de limpeza não aparecem mais no vocabulário sobre os morros. Para Alba Zaluar e Marcos Alvito essas transformações sofridas pela periferia ao longo dos anos, tanto em sua infraestrutura quanto em seu status, colocam o desafio atual de repensar o lugar delas em relação à cidade e “também tentar mostrar, por exemplo, que a favela não é o mundo da desordem, que a ideia de carência (‘comunidades carentes’), de falta, é insuficiente para entendê-la. É, sobretudo, mostrar que a favela não é periferia, nem está à margem.” (ZALUAR e ALVITO, 2003, p. 21).

As questões atuais sobre a favela são, segundo Alba Zaluar (2007), derivadas das representações sociais que emergiram no aparecimento dos morros e nos desdobramentos apontados acima. Para ela, a inserção das periferias como partes da cidade, ainda que marginalizadas, gerou questionamentos a respeito dos direitos dos sujeitos que habitam esses locais (e do hiato que existe entre lei e seu cumprimento, entre a igualdade jurídica e a desigualdade social) e, também, a relação atualmente aprofundada entre pobreza e criminalidade, retomando a ideia de que as favelas são os redutos da criminalidade – ainda que essas questões tenham tomado outros contornos, ainda mais complexos.

A violência, tema que sempre esteve atrelado às representações da periferia, se consolida no imaginário social atualmente devido à expansão do tráfico de drogas e do crime

organizado. Além disso, as tentativas por parte do Estado de combate agressivo às práticas criminosas e a falta de assistência governamental nesses espaços aprofunda, segundo Alba Zaluar (2007), as desigualdades sociais. De acordo com a autora esse cenário aprofunda a exclusão política, social e econômica dos habitantes dos morros, colocando-os, cada vez mais, na posição de não-cidadãos.

A correlação entre pobreza e criminalidade tornou-se uma explicação hegemônica para a realidade das favelas, que, como explica Michel Misse (1995a, 1995b), não pode ser tomada como a única ou a mais importante.

Em primeiro lugar, porque a ‘pobreza’ ganha tal permanência e abrangência em nossa história, que já não serve mais para explicar qualquer coisa. Em segundo lugar, porque as noções de ‘pobre’ e ‘pobreza’, além dos inevitáveis estereótipos que carregam, tornam-se mais maleáveis numa sociedade como a nossa, senão a maior de um país industrializado. (MISSE, 1995b, p. 86).

De acordo com o autor, o fato de existir uma relação entre crime e pobreza deve ser compreendido a partir de suas motivações e das condições de sua manutenção, para além de vitimizar os pobres e querer salvá-los do estigma. Além disso, as tentativas de ressignificar a periferia e seus moradores podem criar novos estereótipos e reforçar injustiças e estigmatizações sociais. Segundo ele “há uma pequena confusão entre a ênfase na denúncia de uma representação falsa e a compreensão de que essa representação (não importando mais se é falsa ou não) foi e é constituída por relações sociais que a representação não pode desmentir.” (MISSE, 1995a, p. 31).

A estigmatização e exclusão dos moradores de favela estão marcadas pela associação entre carências materiais e simbólicas. Frutos de problemas econômicos e dos modos hegemônicos de representação, a exclusão se torna uma manifestação da injustiça e da falta de cidadania dos sujeitos habitantes das periferias. Segundo Alba Zaluar (2000) a pobreza, no atual cenário, está diretamente vinculada à miséria, que expressa e institui uma hierarquia de posições sociais, causando a privação da justiça e a exclusão institucional. Michel Misse (1995a), por sua vez, revela que a expectativa racional de que a privação econômica leva ao crime demonstra a condição de exclusão dos sujeitos que moram nos morros, sua desvalorização simbólica, negando-lhes sua cidadania e participação política.

O panorama dos sentidos atribuídos às periferias exposto reverberou em diversos esquemas representativos dos meios de comunicação, contribuindo para a edificação de uma imagem social-midiática das favelas. Como será mostrado em seguida, as figurações dos

morros nos meios trabalharam com, pelo menos, três formas de interpretação: a primeira é a imagem da violência e sua associação com a pobreza, situando as comunidades como lugares que abrigam criminosos e que são marcadas por um cotidiano tenso e perigoso; a segunda traz a figura do trabalhador e do “cidadão de bem” que habita as favelas, o oposto dos “bandidos”; e a terceira é fruto de uma tentativa de mudança nos regimes de interpretação, possibilitando que os moradores da periferia criem seus próprios discursos nos *media*, pautando a dimensão cotidiana e cultural dos lugares onde vivem.

De acordo com Paulo Vaz e Carla Baiense (2011) o imaginário da favela como lugar de violência que atualmente perpassa o espaço midiático dialoga com as representações sociais predominantes na década de 1980 e que se prolongaram nos anos de 1990. Elas vêm acompanhadas com a imagem de uma população marcada pela falta e pela carência, criando uma conexão direta entre pobreza e crime. Para os autores, a tríade periferia-pobreza-criminalidade foi transformada, tanto no espaço social quanto no midiático, principalmente a partir da mudança da percepção do papel da sociedade ante a pobreza. Nesse contexto, a injustiça social foi apontada como a principal causa das mazelas e dos problemas econômicos das comunidades.

Na mídia as imagens e os discursos sobre as favelas são também marcados pela dualidade. Como revelam Paulo Vaz e Carla Baiense (2011), a forma de integrar os moradores de periferia nas cidades transcorre através da figura do trabalhador e da “gente honesta”, permitindo que os favelados reivindiquem seu espaço na sociedade e na política. Desse modo, o problema relacionado aos morros não se refere mais às questões de remoção, mas da “moralização” desses espaços e a eliminação das classes criminosas. Segundo os autores, esse enquadramento nos *media* está relacionado a uma sociedade que se julga em dívida com os pobres, mas que vai se transformando principalmente a partir dos anos 2000. Nesse período, a pobreza perde sua visibilidade e cede espaço às discussões sobre segurança pública, as quais apresentam seu ápice a partir da criação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs). O abandono de uma “política da piedade” (VAZ e BAIENSE, 2011) vem acompanhado de uma vitimização das classes urbanas que fundamenta representações da favela como fonte de violência e território do crime, convocando as forças regulatórias do Estado para diminuir o sofrimento da população “de bem” das periferias.

Segundo Paulo Vaz *et all* (2005) há três formas hegemônicas de super-representar e de sub-representar a periferia na mídia. Os modos de super-representação são: a) o primeiro

demarca a favela como referência geográfica para o crime, forçando uma relação entre seu estado de precariedade e sua ocupação por bandidos; b) o segundo elabora um discurso genérico no qual os morros são situados como locais onde os delitos podem emergir – nesse caso não existe um vínculo necessário entre violência e favela, mas ela está no horizonte; e c) o terceiro representa o morro como lugar de criminoso e, ao mesmo tempo, o sub-representa como o espaço das vítimas.

As formas de sub-representação estão relacionadas, sobretudo, à vitimização dos sujeitos (tanto moradores de periferia quanto de outros bairros da cidade). São elas: a) a vitimização dos moradores de outras regiões, criando uma separação radical entre morro e asfalto e situando as periferias como redutos da criminalidade; b) na segunda é concedido o direito de narrar o sofrimento da violência para as classes médias, que passam a denunciar o caos da cidade e a necessidade de “limpeza” das comunidades; e c) na terceira o morador de periferia é vitimizado a partir da distinção criada entre trabalhador e bandido.

As representações assinaladas acima passam a conviver com outros modos de qualificar os moradores das favelas no espaço midiático. A desvalorização simbólica desses sujeitos convive com possibilidades de “mobilidade simbólica” propiciada pela produção de novos formatos e conteúdos, pautados por temáticas e concepções diferenciadas sobre as periferias e seus habitantes. Simone Rocha (2005) aponta programas televisivos⁶ que são exemplos dessa renovação da figuração dos morros, inserindo regimes representacionais mais complexos. Segundo ela, essas produções estão atentas para o cotidiano, os dilemas do dia-a-dia, os medos e as preocupações comuns dos indivíduos e das comunidades. Nesse contexto é “importante ressaltar como o conhecimento de um determinado universo cultural, a partir de sua ‘existência midiática’, oferece oportunidades para um maior entendimento de universos culturais e sociais distintos e para ampliação de visões de mundo restritas.” (ROCHA, 2005, p. 197).

O deslocamento promovido por esses programas das visões pré-concebidas sobre a favela contribuem para revelar que elas são lugares complexos, entrecortados sim por uma série de problemas materiais e simbólicos, mas também possuidores de formas de se viver comuns que não se distanciam dos modos de vida dos habitantes de outras partes da cidade. Ao mostrar o cotidiano, a cultura e as interações os meios avançam no rompimento das

⁶ A autora indica como exemplo a série exibida pela Rede Globo “Cidade dos Homens” (2002), desdobramento do filme “Cidade de Deus” (2002) projeto criado e desenvolvido junto à ONG “Nós do Cinema” nas favelas do Rio de Janeiro.

barreiras criadas entre um “nós” e um “eles”, minimizando as diferenças e as desigualdades entre periferia e o asfalto – ainda que a dissolução seja um ideal e esteja longe de ser efetivada (ROCHA, 2007).

A desvalorização simbólica dos moradores de periferia acentua ainda mais a condição de exclusão desses sujeitos do mundo público da cidadania: seja pela pobreza material, pela denegação de reconhecimento, pelo atrelamento à criminalidade, etc. A representação, como construto linguístico compartilhado, ajuda a excluir ou a englobar os indivíduos subalternizados, na medida em que constrói sua inserção e participação social. Se para ser cidadão é preciso participar de uma linguagem e uma cultura comum que determina os lugares e os papéis sociais, a transformação dos mapas conceituais sobre os habitantes de favela é de suma importância para que eles sejam considerados parte integrante da vida compartilhada.

Reconhece-se a profusão, no contexto da representação, de programas televisivos que possibilitaram a inserção de diferentes temáticas⁷, os quais contribuíram para a promoção de reflexão sobre o cotidiano dos moradores de periferia, tematizando questões de cunho cultural, promovendo a publicidade de temas como preconceito e diferença (ROCHA, 2006). Segundo Simone Rocha (2009) as produções televisivas que promoveram a alteração dos modos de representar os habitantes das favelas possibilitam o exercício da cidadania através da expressão da cultura desses sujeitos, garantindo seus direitos no campo da comunicação. Nesses programas está aberta a oportunidade para se pensar a igualdade, as injustiças, a discriminação e diversos outros temas que marcam as representações acerca da periferia e de seus residentes. Ainda assim, trazer os moradores de favela para dianteira do espaço midiático, conferindo-lhes espaço e liberdade para criar outras representações de si e de sua realidade, é suficiente para transformar seu status simbólico?

4. A organização midiática do debate sobre a cidadania

Nessa etapa da análise busca-se compreender de que modo são ordenadas a interação e as falas no espaço midiático e em que medida ele permite ou coíbe a produção do debate acerca da cidadania dos moradores de periferia. Para tanto, inicia-se com a averiguação da

⁷ Assinalam-se programas como “Cidade dos Homens”, “Antônia”, “Conexões Urbanas”, “Papo de polícia”, “Mais X favela”, dentre outros.

mediação que compõe o quadro simbólico do programa e, em seguida, analisa-se quais são as interações comunicativas e os lugares de fala.

4.1. Mediação

As mediações, conforme Jesus Martín-Barbero (1997), são matrizes de sentido que permeiam e constituem as trocas sociais. Destarte, elas compõem os discursos e as interações, revelando o contexto significativo no qual os intercâmbios entre sujeitos ocorrem. As mediações são elementos cruciais porque se referem às experiências e à formação cultural - frutos do processo de socialização, que viabilizam a edificação de um repertório coletivo, fazendo com que os sujeitos se reconheçam e permaneçam no grupo. Os discursos coletivos, traduzidos em representações, interferem nos contextos de trocas dentro das comunidades, influenciando, inclusive, os produtos culturais que pretendem versar sobre essas realidades. Desse modo, as interações e os enunciados acionados vão se relacionar com outros momentos de vivência que tornam possível a criação de uma identidade compartilhada.

Para perceber a conformação interacional e discursiva do *Aglomerado* é necessário delimitar de antemão quais são as significações que ajudam a construir a matriz acionada pelo programa. A fim de entender qual o papel da favela nesse produto televisivo, foram feitas as seguintes perguntas: a periferia é uma mediação? Sendo mediação, quais são os significados ensejados por ela? A análise do material de contexto e o exame do programa foram os dois recursos acionados para responder a essas indagações: por meio da compreensão da conjuntura de produção e dos objetivos do programa buscou-se entender de que modo o subúrbio é acionado e configurado; concomitantemente, assinalou-se a composição da linguagem no *Aglomerado*. No último passo foram assinaladas, por meio das pistas encontradas nos episódios elencados, as marcas que tornam possível perceber a mediação.

O programa *Aglomerado* tem como principal objetivo mostrar a diversidade da cultura de rua e o cotidiano dos subúrbios, aproximando periferia e centro. Os assuntos a serem tratados versam sobre o “protagonismo juvenil, inclusão social, diversidade racial e cultura das periferias” (TRECHO extraído do site oficial do *Aglomerado*). A realização de um produto cultural voltado para a realidade das favelas se deve ao fato de que os apresentadores – também moradores de comunidades periféricas – não se sentiam representados na televisão Brasileira. Em entrevista, Nega Gizza diz: “A TV não falava sobre o que eu via no dia-a-dia, sobre meu universo” e “A gente não quer ser visto de forma sensacionalista. A gente quer ser visto como a gente é” (TRECHOS extraídos da reportagem do site *infosurhoy.com*, publicada

em 02/05/2013). A veiculação do *Aglomerado* corresponde a “um reforço de uma cultura que já existe na favela e no subúrbio, e uma chance de mostrá-la fora de seu ambiente também” (TRECHO extraído da reportagem do site *infosurhoy.com*, publicada em 02/05/2013). A apresentadora afirma que “hoje, as pessoas me param na rua para dizer que o ‘Aglomerado’ mostra a cara do povo e dá voz a ele” (TRECHO extraído da reportagem do site *infosurhoy.com*, publicada em 02/05/2013).

O apresentador MV Bill afirma que “as pessoas que fazem o programa e são retratadas nele têm origem em comunidades de baixa renda” (TRECHO extraído da reportagem do site *infosurhoy.com*, publicada em 02/05/2013). *Aglomerado* revela sua importância na medida em que possibilita que esses indivíduos tenham auto representatividade, uma vez que eles são retratados na televisão brasileira, na maioria dos casos, de forma homogênea. Por esse motivo, era essencial construir um programa que pudesse dialogar com diversos públicos a respeito da cultura e das formas de sociabilidade dentro das periferias. Em entrevista, MV Bill comenta:

Todas elas têm uma forma linear de nos tratar. Isso vai desde a emissora mais popular a mais musical. Todas elas têm o mesmo padrão de beleza, a mesma forma de se dirigir as pessoas de forma desrespeitosa. Não dão os espaços necessários para os afrodescendentes e periféricos. (...) Eu procurei achar espaços nos lugares que eu não precisava me moldar. Não precisava mudar meu discurso, não precisava mudar minha pessoa para poder me encaixar dentro dos padrões. (TRECHO extraído da entrevista para o DCE PUC-Rio).

Para os idealizadores e apresentadores do programa, o importante era que os sujeitos que sempre ocuparam a posição de subalternos na vida social e na televisão construíssem sua própria narrativa acerca de sua vivência, conferindo visibilidade às suas práticas culturais – tema central no *Aglomerado*. Na entrevista de MV Bill para o programa da TV Câmara “Segue o Som”, o *rapper* argumenta sobre a retirada da favela do estigma da criminalidade através da exibição da cultura desenvolvida nesse lugar.

As favelas eram muito estigmatizadas né, como lugares violentos, de pessoas violentas na sua maioria, na sua totalidade. Fazia uma generalização da parada. E aí como muitas pessoas gostariam de me ouvir, fazer as entrevistas na CDD era uma forma de levar as pessoas até lá sem ter uma tragédia né. Normalmente os jornalistas iam fazer as matérias nas comunidades quanto tinha uma tragédia, uma chacina ou alguma coisa negativa. E isso, esse tipo de atitude me ajudou não somente ter esse diferencial que você se referiu, mas também me ajudou a colocar a Cidade de Deus em algumas páginas culturais né. Não tirou totalmente da página policial, mas também começou a figurar na página cultural. (TRECHO extraído da entrevista para o programa “Segue o som”, exibida em 25/08/2013).

O *Aglomerado* é realizado devido ao objetivo de revitalizar a imagem da periferia, revertendo a situação de invisibilidade de suas expressões artísticas. O programa pretende mostrar que, para além das questões relativas à violência, a favela é um espaço pleno de sociabilidade. Para tanto, ele utiliza-se da linguagem do *hip hop*⁸: o conjunto das manifestações culturais dos morros que se transformam em um sistema de códigos na medida em que agregam um conjunto de significados que definem o que é a periferia. Através dessa forma de expressão – entrelaçada à conjuntura já exposta – é possível definir a favela como uma mediação fundamental do programa.

O que a linguagem *hip hop* expressa? Por um lado, ela convoca o caráter reivindicatório e denunciador anunciado, principalmente, pelo rap sobre a realidade vivenciada nas periferias: a criminalidade, o tráfico de drogas e armas, a carência material e simbólica, a falta de assistência do Estado, a ausência de perspectiva de futuro e de opções de emprego para os moradores de favela. De outro, ela expressa a vida cultural que se desenvolve nos morros: o graffiti, a pixação, o rap, o funk, a dança de rua, as gírias e o linguajar próprio dos subúrbios. Essa linguagem consiste em uma modalização dos discursos sobre o morro, construindo um sentido sobre ele. O *hip hop* é, sobretudo, uma forma de expressão e posicionamento dentro do programa.

Essa conformação dos códigos de trocas está diretamente relacionada ao contexto de produção do *Aglomerado*. Como já exposto, a intenção era criar um produto televisivo que estivesse em consonância com a vida cotidiana nas favelas e que conseguisse representar os sujeitos que lá habitam. Desse modo, através da linguagem do *hip hop* seria possível revelar as diversas facetas das expressões culturais da periferia. É possível perceber que o *hip hop* é conclamado para construir um sentido sobre a favela centrado em seu cotidiano e em suas produções artísticas – deixando de lado as questões sobre violência e criminalidade que já figuram em outros espaços midiáticos.

Nos quatro episódios em exame é possível perceber o horizonte de referência convocado por *Aglomerado*, reconhecendo a periferia como lugar de pertença e de identificação de todos os presentes (apresentadores, convidados e plateia). Em todas as exposições fica evidente a atmosfera de vínculo entre os sujeitos e com a realidade da favela,

⁸ Na entrevista sobre *Aglomerado* realizada pelo site infosurhoy.com, o diretor do programa, Anderson Quack, afirma que o *hip hop* é a linguagem utilizada e completa afirmando que “O hip hop agrega o charme, o rock, o pop, o funk e o soul. É mais que um tipo de música, ele inclui o graffiti, cresceu e virou moda, literatura, cabelo, um grande movimento”.

vista através da conformação de um sentido compartilhado sobre o que é esse lugar. Na imagem de abertura estão os dizeres “tamu junto” e “o bonde não para”⁹, buscando mostrar a relação de familiaridade construída entre os indivíduos no programa. A música tema, composta e interpretada por MV Bill e Nega Gizza, endossa esse clima de intimidade e camaradagem, pressupondo um tipo de comunhão: “Aglomerou/ nosso bonde se formou/ morro, asfalto/ do subúrbio para se conectar/. Diversidade/ consciência/ realidade/ resistência/ disponível que é pra raça se formar/. Aglomerado/ causando efeito/ fazendo do nosso jeito/. Aglomerado”.

Na edificação das interações e dos discursos, a favela sempre aparece como lugar de referência do qual se fala e para o qual são remetidos os discursos. As entrevistas¹⁰ realizadas nos quatro episódios selecionados revelam que a identificação com os problemas – escassez de recursos materiais, desvalorização simbólicas, preconceito e criminalização – e com as expressões culturais – o funk, o rap, o graffiti, o teatro – é o ponto principal para que determinados sujeitos possam falar e opinar no programa. Essa construção revela a criação de uma comunidade simbólica que está diretamente implicada na vida dos morros – e por isso apreende os enquadramentos produzidos pelo *Aglomerado*.

É possível perceber essas configurações nos quatro vídeos analisados. No Episódio 1 os convidados são os Bondes do Tigrão, do Vinho e dos Caçadores e o DJ Duda, todos moradores de periferia e envolvidos com a música funk - desde seu surgimento até sua ascensão. Além disso, todos eles convivem diariamente com as questões abordadas no programa: a discriminação, a criminalização, a difusão do funk para outras regiões do Brasil, a ascensão de novos grupos. A mesma paisagem pode ser percebida no Episódio 4, novamente com cantores de funk. Apesar de nem todos serem habitantes das favelas, os morros são a referência para todas as discussões propostas, inclusive para a afirmação do funk como cultura – exigindo que todos os participantes tenham em vista essa realidade para que eles possam participar e falar no programa.

De outro modo, Fernanda Abreu, convidada do Episódio 2, possui as credenciais que a autorizam falar sobre a realidade do funk porque essa cantora possui vínculos com o estilo

⁹ Na entrevista concedida por MV Bill ao programa do SBT “De Frente com Gabi” o *rapper* afirma que essas duas expressões são jargões comuns dentro das periferias. Na análise da reportagem da Unb TV é possível identificar que essas frases são de uma música de MV Bill usada para as propagandas da CUFA.

¹⁰ Não foram reproduzidos trechos das entrevistas nesta seção porque eles serão expostos na segunda parte, na qual se demonstra como a mediação se apresenta por meio das interações e do lugar de fala. Nesse momento é necessário apenas revelar como o programa aciona a favela como um espaço simbólico, tornando-a uma mediação fundamental do *Aglomerado*.

musical e com a vida nas periferias. No Episódio 4, Lenine também é convocado a ter a favela como horizonte das interações e dos discursos, discutindo a cultura como uma forma de emancipação para os sujeitos subalternizados – exatamente o que se propõe no *Aglomerado* ao adotar a favela como mediação. Ambas as entrevistas buscam reforçar a identificação com o cotidiano dos subúrbios e com os discursos que seus moradores produzem.

Existe uma importante diferença entre a mediação na primeira e na segunda temporada: enquanto na primeira ela está bem demarcada, fazendo com que todos os temas mencionem a periferia ou a considerem o espaço geográfico e simbólico de referência para os discursos e as falas, na segunda ela está presente e possuiu um sentido nas interlocuções, mas as temáticas são tratadas a partir de um escopo geral – por exemplo, a importância da cultura é discutida tanto para os morros, quanto para todos os moradores das cidades, mostrando diversos tipos de iniciativas que não necessariamente tenham se desenvolvido nas comunidades. Mesmo assim, a favela é a matriz de referência e perpassa as duas temporadas.

Desse modo, o programa convoca a construção de uma matriz cultural no seio da qual as interações podem se desenvolver. A favela, nesse sentido, é enquadrada enquanto um lugar físico mas, sobretudo, como espaço de significação – é a expressão das experiências e da vida cotidiana dos sujeitos que nela habitam. As interlocuções e os discursos dos apresentadores, dos convidados e da plateia convocam a periferia como lugar de pertença, criando uma comunidade simbólica da qual todos devem participar.

Entretanto, a favela constituindo-se uma mediação não se vê livre de contradições, interferindo diretamente na consecução de todas as interações e falas no programa. Como será discutido mais adiante, o principal efeito dessa mediação simbólica é a construção de uma comunidade extremamente fechada, propondo um mundo comum no qual o acesso é limitado, mundo esse em que só podem participar aqueles que conhecem os sentidos previamente compartilhados. Essa configuração contribui para a atenuação do debate político e para a não realização do objetivo principal do programa, qual seja, “aglomerar morro e asfalto”.

4.2. Interações e falas

O programa começa com uma apresentação feita por MV Bill e Nega Gizza da proposta geral da edição e da caracterização dos convidados. Em seguida, entram no palco os cantores que serão entrevistados. A abertura é extremamente importante porque ela revela

como serão discutidos os assuntos no episódio e como os próprios apresentadores concebem o propósito do *Aglomerado*.

Na primeira temporada, como o programa não possui tema central, as falas iniciais dizem sobre o intuito do *Aglomerado* de modo geral: levar a cultura da periferia para a televisão e centralizar sua importância para a vida em sociedade.



Figura 5: Abertura Episódio 1 do *Aglomerado*.



Figura 6: Abertura Episódio 2 do *Aglomerado*.

MV Bill: Tá entrando no ar o programa *Aglomerado*, o programa movido à combustão. Combustão cultural e dos carros aqui ao nosso redor.

Nega Gizza: É, de Madureira a gente pega uma via expressa direto para a sua casa. Mas antes, a gente dá uma parada para abastecer né, abastecer com música, cinema e muita arte.

MV Bill: É isso aí Nega Gizza, aqui nós vamos nos abastecer com o que há de melhor na periferia, não é isso galera?

[Aplausos]

MV Bill: Nega Gizza no programa de hoje quem não ficar ligado vai literalmente perder o bonde.

Nega Gizza: É, e o primeiro bonde vai passar, vamos receber Bonde do Tigrão (TRECHO extraído do Episódio 1 do programa, exibido em 13/08/2011).

MV Bill: O programa *Aglomerado* fez de Madureira a sua casa.

Nega Gizza: *Aglomerado* transformando periferia em centro.

MV Bill: Centro das atenções Nega Gizza, sendo transmitido para o Brasil inteiro via satélite, via cabo e via ondas telepáticas.

Nega Gizza: Oh Bill, acho que agora você exagerou, ondas telepáticas?

MV Bill: É Nega Gizza acho que eu me empolguei um pouquinho, é porque o programa tá muito quente hoje, a gente tá aqui com essa galera muito quente e a nossa convidada é quentíssima.

[Aplausos]

Nega Gizza: É, ela é uma legítima carioca, representante do Rio de Janeiro e ela é a cara da miscigenação. Vamos receber nossa grande artista Fernanda Abreu (TRECHO extraído do Episódio 2 do programa, exibido em 11/06/2011).

Na segunda temporada a abertura apresenta o tema e seu enquadramento, além de acentuar a importância do próprio programa para o debate sobre temáticas de importância social:



Figura 7: Abertura Episódio 3 do *Aglomerado*.



Figura 8: Abertura Episódio 4 do *Aglomerado*.

MV Bill: Programa *Aglomerado* abrindo as cortinas pra entrar em cena aí na sua casa

Nega Gizza: Programa *Aglomerado* de hoje é sobre a arte nossa de cada dia e quem não faz arte na vida que levante a mão hein. Tem compromisso com a arte? Fique de pé também.

MV Bill: Isso mesmo Nega Gizza, a gente quer discutir com vocês qual o papel da arte para a construção de um país e de um ser humano melhor Nega Gizza.

Nega Gizza: E o Brasil é o país certo para falar sobre isso. Nossos artistas encantam o mundo pela música, pelo talento nas artes cênicas, nas artes plásticas e exatamente por isso que o programa vem cheio de artes e suas invenções mais maravilhosas. No quadro “Guerreiros e guerreiras” nosso homenageado é um diretor de teatro que tem a nobre missão de fazer da rua o seu palco mais democrático.

MV Bill: E hoje tem espetáculo?

Nega Gizza: Tem sim senhor!

MV Bill: Tem circo também Nega Gizza com o grupo cheio de arte nas veias.

Nega Gizza: E vamos de samba, de artes visuais e muita música. Você aí de casa e a gente daqui da plateia, debaixo do Viaduto Negrão de Lima em Madureira no Rio de Janeiro inventando arte para todo o Brasil.

MV Bill: Eu acho que o nosso convidado de hoje pode responder essas e várias outras perguntas.

Nega Gizza: É, ele é mestre com as palavras, domina a poesia de cantar, genuinamente artista brasileiro. O *Aglomerado* tem o prazer de receber o grande cara das palavras, Lenine! (TRECHO extraído do Episódio 3 do programa, exibido em 09/11/2013).

MV Bill: E aí *Aglomerado*?

Nega Gizza: Bem vindos ao *Aglomerado* de hoje. O nosso encontro semanal, a nossa roda do pensamento.

MV Bill: Chamando você pra gente ficar mais esperto, mais ligado no que interessa pra nossa vida Nega Gizza, e pro futuro do nosso país.

Nega Gizza: Se eu tivesse que escolher um tema pro programa de hoje seria liberdade, a igualdade e a diversidade de raças que só o Brasil tem.

MV Bill: Maneiro Nega Gizza, esse seria um ótimo tema pro nosso programa de hoje, um tema que eu acho que teria...temas que você escolheu na verdade que teriam bastante da nossa cara, de todos os sotaques, de muitas culturas, muitas raças, do jeito que a gente é.

Nega Gizza: É isso aí galera. É sobre o racismo que nós vamos falar no programa de hoje. O assunto é sério, mas as vitórias também devem ser comemoradas. Teremos uma matéria polêmica sobre as cotas nas universidades públicas, nem todo mundo concorda, e você?

MV Bill: Nega Gizza tem também o quadro perspectiva e muita música pra agitar a nossa mente e o nosso coração. E como vocês sabem aqui no nosso programa o papo é muito reto e hoje o funk vai rolar solto na nossa programação. A gente vai trazer aqui pro nosso palco do programa *Aglomerado* um grupo que nasceu, na verdade um bloco Nega Gizza, o primeiro bloco de funk do mundo. Mas esse bloco, ele nasceu em mesas de bares, em conversas entre amigos. A gente vai trazer pra cá o bloco que se reúne pra tocar funk das antigas, os chamados funk de ouro: Carrossel de Emoções. (TRECHO extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013).

No Episódio 1, o programa propõe um debate sobre o funk como expressão das periferias, considerando-o patrimônio cultural. É discutida a criminalização desse estilo musical e são abordados os preconceitos relacionados à imagem do funkeiro e o impedimento de bailes funk no subúrbio. *Aglomerado* atenta, também, para a difusão desse gênero de música fora das favelas e as novas perspectivas para os grupos recém-iniciados. No Episódio 2, o tema do funk reaparece atrelado à questão da discriminação racial e social. Outras manifestações culturais da periferia são exibidas, como as rodas de *freestyle* e o rap, por meio de reportagens e entrevistas. É tratada, também, a relação entre pixação e graffiti, apontando a função social dessas formas de expressão artística.

No Episódio 1 fica evidente os modos acionados pelo programa para elaborar uma interação calcada na pessoalidade e intimidade através da conclamação de experiências compartilhadas. Os primeiros convidados a entrarem no palco são os integrantes do Bonde do Tigrão – grupo de funk do Rio de Janeiro - que, após cantarem sua música de sucesso, entregam um Cd de presente para MV Bill e o chamam de “negrão”.

Outro convidado importante no Episódio 1 é o DJ Duda, que alavancou as carreiras dos “bondes” convidados do programa. A conversa com ele retoma o tom de aproximação entre os sujeitos ali presentes remetendo, novamente, aos laços que unem apresentadores e convidados – todos são moradores das periferias e se identificam com as expressões culturais que surgiram nesse lugar. MV Bill, ao formular uma pergunta sobre a quantidade de grupos de funk na favela da Cidade de Deus, fala com o DJ Duda:

DJ tem várias perguntas que eu poderia te fazer, mas eu gostaria de falar um fato que eu lembro. Tipo assim, no início dos anos 00, a gente trocando ideia lá na Cidade de Deus, eu te perguntei mais ou menos quantos grupos de funk tinham na Cidade de Deus. E esse cara me falou que, mais ou menos, catalogados, porque naquela época surgiu um grupo a cada minuto e em cada lugar, tinha mais ou menos cerca de oitenta bondes. E com isso a Cidade de Deus, mas ninguém falou, mas a Cidade de Deus era o bairro, a favela com o maior número de grupos de funk do mundo. E o Duda era um dos caras que organizava, ajudou a organizar esses bondes. Vocês (se referindo ao Bonde do Tigrão) saíram inclusive do festival que ele (DJ Duda) criou dentro do Coroadó. (TRECHO extraído do Episódio 1 do programa, exibido em 13/08/2011).

Após essas constatações, seguidas de aplausos da plateia, MV Bill pergunta ao DJ como está o contexto para o surgimento de novos grupos de funk e sobre a discriminação do estilo musical. No programa, Duda é um interlocutor legítimo, que pode se expressar sobre o funk, porque esteve presente como DJ, produtor e organizador dos “bondes” desde o

surgimento desses grupos na Cidade de Deus. Além disso, se identifica com o universo social e musical que envolve o funk. Na resposta à pergunta do apresentador, DJ Duda afirma:

	<p>De uma forma meio que complicada né, o funk se difundiu dentro das comunidades e hoje cada bairro, cada local, tem seu estilo de funk. A zona sul tem seu estilo de funk, as comunidades têm seu estilo de funk, os clubes e as casas de show têm seus estilos de funk. Então, é, a coisa abriu caminhos pra muita gente, mas também abriu caminhos pra pessoas que também não conseguem seguir o seu lado profissional dentro do funk. Eu tenho, assim, a expectativa de que as coisas melhorem, mas, por enquanto, tá complicado pro movimento. Tem um lado bom, o lado positivo, o lado dançante, mas também tem o seu lado negativo do funk que é complicado até de comentar. Mas tá pegando uma linha legal, tá seguindo, tá conseguindo progredir. (TRECHO extraído do Episódio 1 do programa, exibido em 13/08/2011).</p>
<p>Figura 9: DJ Duda conversa com MV Bill</p>	

Em outros momentos do mesmo episódio são entrelaçadas as interações baseadas na proximidade e familiaridade com os discursos, tornando-os autênticos e atestados pela identificação com o cotidiano da periferia. Todos os convidados dessa edição possuem relação direta com as experiências que enunciam, na medida em que são moradores de favela e cantores de funk, pertencendo e se reconhecendo no universo sobre o qual narram. É possível perceber essa mesma configuração nas entrevistas com os Bondes do Vinho e dos Caçadores.

O Bonde do Vinho – funkeiros cariocas nascidos na favela Cidade de Deus (CDD), mesma periferia de origem de MV Bill – são os segundos a serem entrevistados no programa. No início da conversa o apresentador já demarca o lugar de pertencimento dos integrantes do grupo: “Legal tá recebendo vocês aqui, brigado pela presença. São meus conterrâneos porque são da CDD. Já começa me dizendo por que na Cidade de Deus tem tanto bonde” (TRECHO extraído do Episódio 1 do programa, exibido em 13/08/2011). Leco (integrante do Bonde do Vinho) responde:

Prazer é todo nosso negão. Oh rapaz, todo mundo diz que ali é o reduto dos bondes. Na época, na Cidade de Deus, quando começou o festival era só de MCs. A rapaziada do Bonde do Tigrão (...) começou com essa parada, os putão. Aí a gente né, já era da treze. Cara, os putão da lora ... pô, vamo mete Bonde do Vinho e vamo partir pro festival. Aí maluco, entrou os (Bonde dos) Carrascos, que na época não era os Carrascos, era Bonde da Rã, e Bonde do Zorro, Bonde dos Galãs da Rocha. Aí endoidou, os Tubarões, e aí não parou mais de vir bonde. (TRECHO extraído do Episódio 1 do programa, exibido em 13/08/2011)

O diálogo prossegue relembrando a época em que eles ainda não eram cantores. MV Bill comenta sobre o período em que via os componentes do Bonde do Vinho pela janela de

casa “dando um rolê na CDD”. Os apresentadores convocam os últimos convidados dessa edição a se apresentarem, o Bonde dos Caçadores – também moradores da Cidade de Deus. Mais uma vez, MV Bill lembra que até hoje é vizinho dos membros da banda e reafirma que eles vêm do mesmo lugar que ele - presenciando a mesma realidade. Os elementos de vivência relativos ao funk e ao subúrbio se apresentam como fatores fundamentais para a construção da relação e do diálogo entre apresentadores e convidados. Na passagem em que MV Bill pergunta para Mau-mau (vocalista do Bonde dos Caçadores) sobre como iniciar uma carreira no funk, a vivência aparece como fator fundamental:

MV Bill: A gente é vizinho, então eu te conheço de longa data, de muito tempo, antes inclusive de você tá nesse visual fashion do funk. Como eu te conheço de antes de você tá com essa beca aí do Bonde dos Caçadores, você pode dizer bom né cara, qual é a receita, o que é necessário para quem quer começar seu bonde agora, ele precisa de que? Qual o primeiro passo?

Mau-mau: Cara, o primeiro passo é pegar uma galera que tenha responsabilidade, certo, seja unido, legal, aquele grupinho de amigos. Sempre sai assim de um grupo de amigos, mas, pô, se vê que tem alguém que não quer a responsabilidade da parada, arruma outro. Tem que ter responsabilidade e levar o trabalho a sério, botar na cabeça que tu vai subir no palco pra dançar e trabalhar com aquilo ali. (TRECHO extraído do Episódio 1 do programa, exibido em 13/08/2011).

Na construção de uma narrativa sobre o funk, a periferia aparece como o centro de convergência dos grupos e o ambiente de inspiração para as músicas, sendo considerada o berço desse estilo musical. Na conversa com o Bonde do Vinho, os apresentadores e convidados asseguram que a Cidade de Deus é o lugar de nascimento do funk, relacionando esse gênero de música com as histórias de vida dos integrantes das bandas. As raízes do funk são evidenciadas quando MV Bill e Nega Gizza perguntam se os funkeiros mais velhos ajudam os recém-iniciados na carreira musical, e os convidados afirmam que é dessa forma que surgem os “bondes”: a dificuldade de começar uma carreira, somada a precariedade das gravadoras e da estrutura dos bailes fazem com que as bandas de sucesso apoiem os que estão principiando: “a galera da comunidade é solidária” (TRECHO extraído do Episódio 1 do programa, exibido em 13/08/2011) e também é assim no universo dos funkeiros, já que os “bondes” começam devido à amizade e à união construídas no subúrbio.

Na conversa com os grupos os temas relacionados ao funk mantêm de modo contínuo a proximidade com os dilemas das favelas. A função social da música é a primeira temática a ser comentada. No decorrer do programa, MV Bill defende o direito de contar a realidade da periferia por meio do funk, ainda que haja incômodo de alguns setores da sociedade, e afirma a existência de preconceito linguístico, uma vez que a “forma de falar da favela” seria por

meio de gírias e palavrões. Em seguida, a pauta passa a ser a construção do funk como estilo musical e os problemas de aceitação que tem enfrentado ao adentrar em distintos segmentos sociais (muitos dos quais o encaram como música de valor cultural inferior).

Outro tópico importante é a violência: apresentadores e convidados comentam como os bailes funks sofrem repressão por parte da sociedade e da polícia brasileira. A música é criminalizada e é atrelada ao clima de tensão que perpassa os subúrbios. Nesse momento da conversa, os interlocutores relembram a coerção policial que sofrem diariamente. O tema do preconceito é retomado, dessa vez se atendo à estética, aos modos de vestir e se portar dos funkeiros. Na conversa de MV Bill com os Bondes dos Caçadores e do Vinho o tema aparece em destaque:



Figura 10: Bonde do Vinho e dos Caçadores

MV Bill: Muitas autoridades, até de forma agressiva, tinham certeza absoluta que a violência das favelas tinham ligação direta com o funk. Nesse momento de muita discriminação e de criminalização do funk, em algum momento vocês se sentiram criminosos aos olhos da sociedade, das autoridades?

Mau-mau: Não, nunca me senti criminoso porque eu sempre fui do lado do funk do bem, certo, meu funk sempre foi isso ai, musiquinha pra, como a música da Dona Gigi, uma música de, animada, pra galera escutar, rir e tal, ou a musiquinha da dança, pra galera curtir e dançar. Eu ficava triste com a galera, quando eu escuto os funk, falava “caraca mané”, pô a galera tá partindo pro lado errado, isso vai acabar me prejudicando. Eu me sentia prejudicado, agora não me sentia como criminoso.

Leco: E a polícia chegava e acabava com o baile, quando escutava apologia ao crime, ao sexo. “Oh, pode desligar isso daí e todo mundo ir embora pra casa”. (TRECHO extraído do Episódio 1 do programa, exibido em 13/08/2011).

Em tentativa de diálogo com a plateia sobre o tema, MV Bill e Nega Gizza perguntam se algum dos presentes já passou pela situação de comparecer a um baile funk e não conseguir participar porque foi impedido. Aparecem muitos relatos de festas interditadas pela polícia por serem associadas a “baderna” e apologia à violência. A conversa é finalizada com a afirmação de que o funk se disseminou e é parte da realidade do país. A apresentadora afirma que esse gênero musical é “expressão cultural e a cara do Rio de Janeiro” e pede uma “salva de palmas para o funk” (TRECHOS extraídos do Episódio 1 do programa, exibido em 13/08/2011). O programa é finalizado com um desfile da “moda funk”, apresentando meninas da plateia com roupas que remetem aos bailes.

No Episódio 2, Fernanda Abreu – cantora de música popular brasileira – se apresenta. A atmosfera de proximidade permanece: a convidada e MV Bill sentam-se um ao lado do outro no palco, enquanto Nega Gizza está alocada no meio da plateia (FIG. 11 e 12).



Figura 11: Fernanda Abreu sentada ao lado de MV Bill



Figura 12: Fernanda Abreu, MV Bill e Nega Gizza

É convidado o grafiteiro da noite, Taruga, e ele se junta à cantora e ao apresentador para expor suas ideias para a pintura sobre Fernanda Abreu. Taruga senta-se ao lado da cantora e mantém um bate-papo em tom informal sobre suas ideias.



Figura 13: Taruga, Fernanda Abreu e MV Bill

Fernanda Abreu: E aí, o que que você acha que vai rolar?

Taruga: Eu tô fazendo uma coisa que eu acho que tem referência à sua música, ao seu estilo. Eu tô fazendo uma caixa de som que contradiz o funk né.

Fernanda Abreu: Muito bom! Adorei. Achei super legal. Eu tenho um estúdio que se chama “Pancadão”, e a imagem do estúdio é uma caixa de som. Eu acho sensacional.

Taruga: Então, nosso pensamento tava interligado. (TRECHO extraído do Episódio 2 do programa, exibido em 11/06/2011).

A conversa com o apresentador segue em tom informal, remetendo à familiaridade da cantora com o funk: “Fernanda, eu já sei a resposta, mas gostaria de saber de você, curte baile funk né?”, e ela responde

Eu me amarro cara. Eu nunca vou me esquecer a primeira vez que eu fui num baile. Foi em 89, fui no Morisco em Botafogo. Quando eu entrei e vi aquele sistema de som do baile funk, aquelas caixas emparelhadas, aquele bloco de paredes, aquele som, aquele grave, aquilo ali mudou a minha vida, totalmente, completamente a minha vida. E eu meio que me achei assim, eu me achei na festa, eu me achei na parada black, tinha muito preto, sabe, aí eu falei: cara, esse é o meu lugar! É aqui, minha parada é aqui. Todo mundo dançando, todo mundo com mó suingue, curtindo. (TRECHO extraído do Episódio 2 do programa, exibido em 11/06/2011).

O diálogo entre eles prossegue debatendo os preconceitos que envolvem o estilo musical. Fernanda Abreu comenta com o apresentador que “o funk é a alegria e a dor de ser funkeiro”, retomando sua própria experiência com o estilo musical: “nossa seu som é tão

legal, pena que você tem uma coisa assim, uma coisa meio funk né, pena que você defende o funk, aquela música horrível” (TRECHOS extraídos do Episódio 2 do programa, exibido em 11/06/2011). A cantora aponta, ainda, que no contexto brasileiro as músicas desse estilo remetem a uma discussão sobre “preto, sobre racismo, sobre a sociedade brasileira” (TRECHO extraído do Episódio 2 do programa, exibido em 11/06/2011). As letras do funk também aparecem como pauta: “Eu acho que dá para avançar mais ainda, na coisa da produção musical e das letras. Eu acho que hoje em dia tem muito funk que fala de sexo explícito e, eu acho assim, legal, mas eu sinto falta de outro assunto” (TRECHO extraído do Episódio 2 do programa, exibido em 11/06/2011). Em meio à discussão, Nega Gizza pergunta para a plateia qual sua opinião sobre o funk. Os entrevistados, todos moradores de periferia, mostram familiaridade com o tema e conhecimento das questões que o circundam: a qualificação da música como ruim, a discriminação racial, o preconceito de classe e a promiscuidade de algumas letras.

No último bloco do programa, Fernanda Abreu, antes de começar a cantar, conta a história de sua música e convoca para o palco dois dançarinos de charme da plateia para conversar e, posteriormente, dançar. Nesse momento, a atmosfera de amizade e coleguismo é verificada, revelando que a relação que Fernanda estabelece com os dançarinos é de proximidade, afirmando uma igualdade entre eles (FIGs. 14 e 15).



Figura 14: Fernanda Abreu convocando Fabrício



Figura 15: Fernanda Abreu e os dançarinos de charme

Fernanda Abreu: Beleza! Chega aqui meu irmão. Brigadão. Qual teu nome?

Fabrício: Fabrício.

Fernanda Abreu: Valeu Fabrício! Chama aí uma amiga, um amigo. Olha que gata linda! Qual teu nome?

Tainã: Tainã.

Fernanda Abreu: Valeu, Tainã! Vamo lá? (TRECHO extraído do Episódio 2 do programa, exibido em 11/06/2011).

No momento de finalização do programa os apresentadores declaram sua amizade com a cantora, demonstrando que a relação entre eles já é consolidada há muito tempo, e que

convivem no cotidiano. Exatamente porque todos compartilham ambientes e experiências semelhantes é possível convocar Fernanda no *Aglomerado* e sustentar uma interação baseada no contato próximo e familiar.

MV Bill: A gente tá trocando ideia aqui com Fernandinha Abreu. Fernanda eu queria agradecer muito a sua presença

Fernanda Abreu: Pô, eu que agradeço gente, agradeço muito.

[Aplausos]

MV Bill: Que ideia bacana! Nega Gizza.

Nega Gizza: Fernanda, né. Realmente a gente tem uma proximidade grande né. Fernanda tá sempre junto conosco e é uma pessoa que é isso mesmo: Rio quarenta graus, carioca, essa coisa da mistura. Tudo o que você falou aqui é realmente o que você é. (TRECHO extraído do Episódio 2 do programa, exibido em 11/06/2011).

Na segunda temporada, os Episódios 3 e 4 possuem um tema específico – “A arte nossa de cada dia” e “Racismo” – que são desenvolvidos juntamente a outras pautas que possuem contiguidade de conteúdo. No Episódio 3 é discutida a cultura e suas diversas formas de expressão, revelando sua importância para a vida dos sujeitos em sociedade e para a emancipação daqueles que se encontram em situação de subalternização – como os moradores de favela. A ênfase é dada sobre o potencial de produção de cultura pelas pessoas no cotidiano e são apresentadas diversas iniciativas – individuais e em grupo – que trabalharam a arte por vias alternativas ou em lugares nos quais ela não chegava. No Episódio 4 o tema do racismo é entremeado com a discussão sobre preconceito, como a estigmatização do funk e dos funkeiros. Além disso, a afirmação das formas de expressão cultural da periferia é reafirmada e tratada como necessária.

No episódio 3 Lenine é convidado ao palco e a conversa proposta é sobre a arte e sua importância para a vida social. A interação estabelecida é baseada na personalidade entre os apresentadores e o cantor, e pode ser apreendida na saudação e no tom do diálogo. MV Bill cumprimenta Lenine e o chama de “grande cara”, “parceiro” e “compadre”, e ao longo de toda a entrevista essas expressões reaparecem. O cantor afirma: “Eu tô totalmente aqui no coletivo. Aglomerado junto e misturado.” (TRECHO extraído do Episódio 3 do programa, exibido em 09/11/2013).

A entrevista com o cantor centra-se na discussão sobre o papel da arte no cotidiano, e os apresentadores exploram a vivência do convidado a respeito da temática. Além disso, os projetos que incentivam a atividade artística aos moradores de periferia são citados e é discutida sua importância para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, como

modo de oferecer melhores oportunidades de vida. MV Bill prossegue a partir da seguinte pergunta:



Figura 16: Entrevista com Lenine.

MV Bill: Lenine, você foi um cara que teve a arte na sua vida que acabou guiando os seus caminhos, seus passos. Tu acha que, cara, a arte pode fazer grande diferença na vida de uma pessoa? Outra pessoa, que talvez não vá ser músico, mas que ela pode absorver a arte de uma forma positiva em sua vida?

Lenine: Ah acho fundamentalmente. Você também não precisa fazer a arte pra perceber a beleza da arte e comungar com ela. Eu acho que arte é conjugada com a educação, eu acho que elas andam juntas, andam de mãos dadas mesmo né. E isso é o melhor de tudo porque me faz acreditar Bill, que o que eu faço vai além do entretenimento cara, não é só a festa, não é só a diversão (...).

[Aplausos]. (TRECHO extraído do Episódio 3 do programa, exibido em 09/11/2013).

A arte como parte das atividades cotidianas também é assunto da entrevista, na busca por mostrar que não é preciso ser artista para produzir um trabalho de arte e que no dia-a-dia o artístico também é elaborado e reinventado.

MV Bill: Lenine, tem pessoas que às vezes acham que a arte é uma coisa que só pode ser feita por artistas, famoso. E às vezes a arte tá nas pessoas anônimas também né cara.

Lenine: A arte tá no olhar rapaz, né. A gente se olha e vê arte em tudo. Eu acho que tem um filtro que você só vai aprofundando ele quando você tem um encontro com a arte e permanece estimulando isso. E não é só no olhar, você tem a arte do cheiro, a arte do ouvir, a arte do falar e isso tudo tem haver com arte mesmo. (TRECHO extraído do Episódio 3 do programa, exibido em 09/11/2013).

No Episódio 3 os assuntos pautados remetem tanto à vivência do convidado – como cantor consagrado da música brasileira e como alguém que possui diversas experiências no mundo artístico que datam de sua infância –, quanto às iniciativas que levam a arte para a favela e oferecem oportunidades de aprendizado para os jovens moradores. Em meio ao bate papo é convidado para o palco o grupo “Teatro de Anônimos”, formado por habitantes das comunidades através da iniciativa pessoal dos envolvidos. Ao apresentar os convidados, Nega Gizza diz: “O programa hoje está falando sobre a arte e o seu poder transformador. E melhor do que falar é mostrar o poder da arte na vida das pessoas.” (TRECHO extraído do Episódio 3 do programa, exibido em 09/11/2013).

Na tentativa de aproximar os convidados, Lenine e os integrantes do “Teatro de Anônimos”, o apresentador convoca o cantor para a conversa no palco: “Deixa eu chamar pra

roda aqui da conversa meu parceiro Lenine. Chega pra cá Lenine, participar junto com a gente aqui e assumir seu posto junto com a gente.” (TRECHO extraído do Episódio 3 do programa, exibido em 09/11/2013). Nesse momento, Lenine faz uma brincadeira com um dos integrantes do grupo de teatro, configurando um ambiente descontraído e de diversão (FIG. 17 e 18).



Figura 17: Lenine no palco com “Teatro de Anônimos”.



Figura 18: Lenine brinca com integrante do grupo de teatro.

No encerramento dessa exibição do programa os apresentadores e o cantor se abraçam, e Lenine agradece a oportunidade de ter sido convidado.



Figura 19: Apresentadores e Lenine abraçados.

Nega Gizza: Lenine foi um prazer ter você aqui com a gente hoje no Aglomerado. Mas essa arte, essa arte nossa que nós fizemos hoje está chegando ao fim Bill.

Lenine: É, acabou. Mas foi bacana, foi muito bacana cara. Muito obrigado por vocês terem primeiro me aberto essa janela, fiquei muito feliz. O lugar é realmente muito especial. Parabéns por vocês terem transformado um lugar que era de passagem, um lugar que era esconderijo, pra ser um lugar ativo. Vocês ocuparam isso aqui. Fiquei muito feliz por participar disso aqui cara. Parabéns Bill, parabéns Nega. E vocês contem comigo aqui sempre tá certo. (TRECHO extraído do Episódio 3, exibido em 09/11/2013)

A exibição do programa com o tema “racismo”, Episódio 4, tem como convidados um grupo de funk – Carrossel de Emoções – e outros três funkeiros – MC Cidinho, MC Sapão e MC Frank. A conversa é sobre racismo e também a respeito das diversas formas de preconceito sofridas pelos moradores de periferia e pelos cantores de funk. Nesse episódio os convidados são antigos conhecidos dos apresentadores que até hoje moram nas periferias do Rio de Janeiro – com exceção de alguns integrantes do Carrossel de Emoções. Assim, é possível perceber como a proximidade e a familiaridade são importantes elementos para manter a interação e as opiniões sobre as questões propostas, revelando uma distância do

poder de fala entre aqueles que conhecem e vivenciaram o racismo e os que não possuem contato direto com essas temáticas.

A primeira entrevista é realizada com o grupo Carrossel de Emoções¹¹, e o distanciamento entre aqueles que sofrem diretamente o preconceito daqueles que apenas se identificam com esse tipo de injustiça fica claro, evidenciando também a distância entre experiências distintas: dos morros e da cidade.

MV Bill: O programa de hoje a gente tá falando sobre um assunto que é um pouco delicado, mas necessário num país como o nosso, a gente tá falando sobre racismo no programa de hoje. E falar sobre racismo né Nega Gizza tendo o funk, tendo vocês eu acho que é muito legal, porque o grupo de vocês cara, apesar de ser de funk, que é uma música característica de favela e gente preta, no grupo de vocês a maioria das pessoas são de pele clara, e tem até (...).

Integrante do Carrossel de Emoções: Tem o negão, tem de tudo.

MV Bill: Tem a cota, tem a cota preenchida por você e pelo outro pretinho lá né.

Júlia Tolipan (Carrossel de Emoções): Mas eu acho que o importante pro preconceito é justamente conseguir unir todas as raças (...). (TRECHO extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013).

Nessa entrevista, o apresentador interrompe a resposta de Júlia e pergunta se quando os integrantes brancos, que seriam aqueles que não sofreriam preconceito, estão “travestidos de funkeiros”, eles passam a ser alvo de discriminação ou se eles “continuam passando batido” (TRECHO extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013). O integrante do Carrossel de Emoções, Fernando Guina, responde que aparece o preconceito nessas ocasiões e completa “a galera ainda fica meio assim ‘pô, esse playboy faz funk?’, fazemos, a gente curte isso né, a gente viveu isso, a gente faz com prazer, com amor e quer passar essa mensagem pra todo mundo independente de cor”(TRECHO extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013).

¹¹ Não foi possível identificar o nome de todos os integrantes do grupo. Para fazer referência às pessoas que não foram identificadas coloca-se “integrante do Carrossel de Emoções” e, quando necessário, se sua pele é de cor branca ou negra.

A conversa continua tratando do racismo, e MV Bill formula uma pergunta para um dos integrantes negros do grupo Carrossel de Emoções:



Figura 20: MV Bill conversa sobre racismo.



Figura 21: MV Bill e Carrossel de Emoções

MV Bill: Legal cara, e você cara, você no meio desse bagulho todo, que já leva esse funk já na sua veia, carregando no peito (...).

Integrante negro do Carrossel de Emoções: Tá ligado né, o preconceito infelizmente é o que rola constante né (...).

MV Bill: Eu queria saber de você cara, é diferente quando você vai apresentar um funk sozinho e quando você tá com o Carrossel? Muda?

Integrante negro do Carrossel de Emoções: É um pouco diferente né. Sozinho geralmente eu vou na nossa área né, que é a comunidade, e nas casas de show quando eu vou fazer funk, nego já tá esperando que realmente já vá um negão lá cantar funk, entendeu? E com o Carrossel é um pouco diferente, nego vê aquela playboyzada toda lá e tal, os branquinhos, entendeu, mas rola o preconceito e, tipo, o racismo comigo acontece quando eu chego nos lugares é, uma vez eu tava no Monte Líbano, fui fazer um baile com o Marcinho e aí eu ia entrar no camarim e a mulher me barrou, falou “não, tu não pode entrar aí”, e eu falei “pô, mas porque?”, “não porque isso aqui é restrito pros artistas” e eu falei “tá, então porque que eu não posso entrar?”, e aí eu não entrei, ela trancou a porta e eu não entrei. Depois quando ela viu um negão cantando, aí mudou tudo, começou a paparicar. Isso é uma forma de preconceito, de racismo. (TRECHO extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013).

Nesse trecho já é possível perceber a diferença estabelecida entre quem pertence e quem apenas se identifica com as questões de preconceito e racismo. O próprio integrante negro do Carrossel de Emoções enfatiza a diferença de tratamento quando ele está com o grupo e sozinho, nomeando de “playboyzada” as pessoas que acompanham o trabalho do Carrossel – portanto pessoas que não conhecem e não convivem com a realidade do funk –, diferenciando também o público das favelas – que são próximos e vivenciam essa experiência de perto. Esse diálogo deixa claro, mais uma vez, que a proximidade e a familiaridade são condições fundamentais para o estabelecimento das interações dentro do programa. Ainda assim, no final do bate papo o apresentador tenta enfatizar a importância de misturar as realidades:

MV Bill: Eu acho muito maneira a junção de vocês principalmente pra fazer funk, que é uma música discriminada, que é uma música mal tratada, não tem o valor merecido no nosso país. Vocês dão uma roupagem maneira, musica a parada, fica mais legal ainda, e misturar e ter essa coisa inter-racial eu acho que é muito legal não é não Nega Gizza, a gente ainda vai ter muito pano pra manga nesse programa. (TRECHO extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013).

No fim do primeiro bloco é convidado MC Cidinho para o palco. Os apresentadores o chamam de “meu mano”, “parceiro” e por apelidos – em quase todo o programa ele é chamado de “Cidinson” e “general”, formas pelas quais ele é mais conhecido na periferia onde mora. Já no primeiro encontro é possível perceber a proximidade entre MV Bill e o funkeiro, e a camaradagem que vai marcar todos os momentos de interação entre eles no palco. Eles se cumprimentam e abraçam calorosamente, demonstrando que são amigos de longa data (FIGs. 22 e 23).



Figura 22: MV Bill cumprimenta Cidinho.



Figura 23: MV Bill e Cidinho se abraçam.

MV Bill: Dando continuidade, a gente vai receber um cara que é um dos precursores cara do funk que fala da realidade, do funk que fala com consciência, do dia-a-dia e também luta contra os preconceitos. Recebendo aqui os aplausos da nossa plateia aglomerada, vamos receber MC Cidinho, “general”. Já chegou causando! Grande Cidinho, já chegou fazendo barulho, grande “general”. Como é que tá meu mano?

MC Cidinho: Tranquilão Bill, graças a Deus! (TRECHO extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013).

Na entrevista com MC Cidinho é reafirmada uma conexão direta entre ser da periferia e do mundo do funk – e poder falar sobre ele –, tematizando o racismo e o preconceito:

MV Bill: Cidinson, nas suas viagens cara, o programa tá falando sobre racismo, sobre preconceito, sobre funk, você é um cara que eu vi durante muito tempo carregando a bandeira do funk aqui no peito, levou muita pancada por causa disso? E essas pancadas vinham dosadas ou acrescidas de preconceito?

MC Cidinho: Eu acho que as cicatrizes são incuráveis (TRECHO extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013).

No segundo bloco entra no palco MC Sapão, que cumprimenta MV Bill e o chamando de “negrão”, e também MC Cidinho, falando “e ai Cidinson?” (TRECHO extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013). Nesse momento nota-se que dois dos convidados que estão no *Aglomerado* – MC Cidinho e MC Sapão - já se conhecem e são amigos íntimos. Ao longo do programa também é revelado que ambos se conheceram na periferia onde moram, e que mantêm uma relação diária há muitos anos.

A conversa de Nega Gizza com MC Sapão expõe, mais uma vez, a dicotomia entre morro e asfalto, uma vez que a fala do funkeiro afirma, a todo momento, uma distinção entre quem é preto e favelado – e sofre diversas formas de preconceito, inclusive o racismo - e branco e rico – representando a parcela abastada da sociedade, que não gosta de encarar o pobre de frente. É possível perceber esse dualismo principalmente quando o cantor afirma a discriminação da classe média quando vê um negro dentro de um carro luxuoso.



Figura 24: MC Sapão responde Nega Gizza.

Nega Gizza: Bom, a gente tá falando de propostas né, pensando em propostas, falando em propostas em geral né, que eu foco muito, como o Aglomerado falou, na educação, na política, que que vocês acham? Que que vocês acham que poderiam acontecer no Brasil pra mudar o olhar das pessoas né, quando veem um preto bem arrumado dentro dum carro, quando veem essa mistura de branco todos e um pretinho, dois pretinhos, como é que, o que que precisa mudar pras pessoas observarem, olharem isso como uma coisa normal?

MC Sapão: Olha, te dizer que o acontecimento que seria o marco pra isso se realizar eu não sei. Quando eu tô no trânsito a tiazinha me vê no meu carrão sobe a janela meio escaldada mano, vô te falar. Isso daí acontece direto. Mas ainda, eu creio que esse acontecimento, que não sei qual é ele, vai acontecer, que isso um dia vai acabar né cara. (TRECHO extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013).

Na tentativa de relativizar a opinião de MC Sapão, um dos integrantes do Carrossel de Emoções (branco) busca evidenciar que o preconceito social atinge também os brancos pobres, afirmando que: “Eu acho que a base disso tudo é a educação (...). Então assim, dando educação decente, seja pro preto, pro branco, pro rico ou pro pobre, porque nem todo pobre também é preto, né. O que tem de pobre branco, tá cheio aí, entendeu.” (TRECHO extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013). Após a primeira conversa em grupo, os três convidados e MV Bill cantam juntos e se abraçam, mostrando a união promovida pelo funk, que é um ritmo democrático (FIG. 25). Alguns integrantes do Carrossel de Emoções se misturam na plateia e convidam as pessoas a dançarem no palco (FIG. 26).



Figura 25: Cantores abraçados no palco.



Figura 26: Plateia dança junto com funkeiros

No terceiro e último bloco do programa é convidado ao palco MC Frank. MV Bill anuncia o funkeiro, situando, de partida, sua origem, o Complexo do Alemão. Além disso, o apresentador caracteriza o convidado como uma importante figura do funk carioca.

MV Bill: (...) porque a gente vai chamar um cara que nasceu no Complexo do Alemão, mas viveu durante muito tempo aqui em Madureira, aqui aonde a gente tá nesse momento no programa *Agglomerado*. Vamos receber com muito carinho um cara que já foi locutor de casas noturnas e virou um grande MC, um dos expoentes do funk carioca. (TRECHO extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013).

A discussão sobre racismo no Brasil também é dirigida a MC Frank. Em sua resposta o funkeiro enfatiza que o preconceito, qualquer que seja ele, é direcionado aos sujeitos subalternizados – os moradores de periferia. Essa asserção reforça ainda mais a situação de distanciamento entre a favela e a cidade, confirmando que as interações devem ser próximas e familiares para que sejam mantidos os lugares de fala de pertencimento e identificação – uma vez que é confirmada uma distinção entre quem é ou se identifica com a favela e quem não é e não partilha dessa realidade.



Figura 27: MC Frank fala sobre racismo.

Nega Gizza: Frank, o que que você pensa sobre o racismo no Brasil?

MC Frank: Eu tava falando com o VBill ali atrás que eu sou branco, mas tenho sangue de negro. Eu morei em Madureira e fiz a loucura de tentar morar na Barra da Tijuca. Fiquei lá três meses, voltei pra Jacarepaguá. Você entra no elevador, “boa noite”, o cara te olha, foi o que aconteceu comigo, me olhou e não falou nada. Eu sai do elevador e falei “falta de educação”, mora na Barra, mas isso é falta de educação, beleza. Depois de duas semanas eu fiz um aniversário pra minha enteada e na outra semana o cara entrou no elevador “e aí? Dá um autógrafa pro meu filho?”, pô, eu não mano, você não me desejou, te dei boa noite e você não desejou, você não me respondeu, agora tu quer autógrafa pro teu filho? Então, aí, foi aonde meio que rompeu meu coração, eu preferi voltar de novo pra raiz ali, perto da CDD, tô perto do VBill, tô perto do Cidinho, tô perto do Menor, então já tá bom.

Nega Gizza: Legal, representou. (TRECHO extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013).

No encerramento dessa edição é possível confirmar a atmosfera de amizade e união que perpassou o programa, uma vez que a maioria dos convidados já se conhecia – alguns são vizinhos -, e são “parceiros” de MV Bill. O apresentador, ao se despedir e agradecer todos os cantores, diz: “mas essa foto aqui tá muito bonita, geral junto e misturado tá muito, tá brilhoso, principalmente essa parte do meio” (TRECHO extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013) se referindo ao local onde estão sentados MC Sapão, MC Cidinho e MC Frank. Essa última cena do *Aglomerado* representa a necessidade das interações comunicativas e dos lugares de fala serem baseados na proximidade entre os sujeitos e na familiaridade que eles possuem com a realidade debatida.

Essa primeira aproximação das estratégias de construção de um espaço de reconhecimento dos discursos e das relações que o programa tenta estabelecer demonstra o contexto no qual as interações comunicativas vão sendo criadas. O processo de interlocução é instituído, então, através da construção de um sentido que passa a tomar corpo no curso da fala dos apresentadores e convidados. Como afirma José Luiz Braga (2011b), o lugar de sentido do enunciado não é pré-existente, é edificado em uma situação concreta e envolve uma dinâmica de seleção e atualização de ângulos disponíveis no momento de produção e interpretação. Desse prisma, *Aglomerado*, ao convocar a periferia e o conhecimento sobre seu cotidiano, propõe o diálogo entre iguais, estabelecendo um contrato comunicativo que convoca o público e os convidados a se reconhecerem nesse universo (dos subúrbios brasileiros), compartilhando os mesmos significados (o mundo comum de quem é morador de favela).

As estratégias acionadas pelo programa para estabelecer o diálogo se relacionam estritamente à matriz de referência dos apresentadores (e dos convidados), convocando um sentimento de pertença a uma comunidade de sentido. Dessa forma, os modos de agir e de interpelar edificam uma relação calcada na intimidade e coleguismo, baseada na construção de um mundo compartilhado entre quem está apresentado o programa, os convidados e aqueles que estão assistindo – seja o telespectador ou a plateia. Destarte, duas estratégias de interação principais aparecem no *Aglomerado*: a) a proximidade, aferida a partir do tom da conversa, as formas de diálogo – formal ou informal, a intimidade com os convidados e com a plateia e b) a familiaridade - vista através das demonstrações de conhecimento dos assuntos e das questões abordadas e o entendimento da vida cotidiana na periferia.

O subúrbio, além de mediação, é o local que torna possível determinadas falas no programa – fora dele não transparece ser possível perceber o valor da cultura de rua (o funk, o graffiti, a pixação, o *freestyle*) e os problemas sociais que se alojam nesse espaço. A convocação dessa mediação cria uma ambiência que torna possível abordar, através dos enunciados, determinadas questões e não outras – somente a partir dela é que se pode falar sobre a cultura e a vida na periferia. Nessa medida, ela permite que os sujeitos se posicionem tendo em vista os sentidos construídos, conformando um lugar em que os proferimentos tenham significados e possam ser interpretados.

Os discursos, enunciados em consonância com a mediação, convocam em primeiro plano o pertencimento e em segundo a identificação com os modos de vida e da cultura da periferia, autorizando as falas apenas dos indivíduos que estão em consonância com essas exigências. Além disso, é possível notar que o pertencimento é destacado como lugar de fala, enquanto a identificação é acionada apenas em momentos nos quais é preciso tornar autênticas as expressões de convidados que não são moradores de periferia – no caso, Fernanda Abreu, Lenine e alguns integrantes do Carrossel de Emoções. Ao longo dos episódios analisados foram evidentes os mecanismos que possibilitavam a interação – a proximidade e familiaridade – e quais são os sujeitos que produzem as falas veiculadas – aqueles que moram e fazem parte da periferia ou os que conhecem ou simulam conhecer o cotidiano desse ambiente. Os sujeitos no programa devem ou pertencer ou se identificar com as questões trazidas pelo programa, conformando o espaço no qual eles podem falar sobre determinados assuntos.

Destarte, são dois os lugares em que a fala faz sentido no *Aglomerado*: o pertencimento e a identificação em relação à favela, uma vez que os proferimentos precisam estar embasados, de preferência, na vivência de quem mora na periferia ou ancorados na experiência de quem possui uma vinculação com o subúrbio. Se os enunciados precisam se inscrever em uma situação que os convocam e os atualizam (BRAGA, 2000), sendo (re)construídos no momento da interação, no programa os lugares que permitem a construção das falas são permeados pelo conhecimento e reconhecimento do espaço simbólico criado pela mediação – uma vez que somente aqueles que compartilham dela são autorizados a se pronunciar.

Isso faz com que DJ Duda e os integrantes dos Bondes convidados sejam importantes porta-vozes do funk, dos modos de produção e evolução do estilo musical; permite que eles

façam críticas e apontem caminhos para os grupos recém-iniciados. Autoriza que os funkeiros convidados no Episódio 4 – os negros e moradores de periferia - falem sobre o preconceito e sejam consideradas legítimas as suas opiniões e vivências. De outro modo, assente que cantoras como Fernanda Abreu possam expressar suas opiniões sobre o funk, sendo considerados legítimos os seus discursos. Permite que Lenine seja convidado a opinar sobre o papel da arte na vida dos habitantes dos subúrbios, entendida como alternativa para a criminalidade. Todos esses sujeitos estão autorizados a falar porque pertencem ou se identificam com a favela enquanto matriz simbólica (mediação) convocada pelo programa.

A organização midiática do *Agglomerado* reverbera na construção do debate político, fomentando ou dificultando sua realização. Ela possui consequências diretas no arranjo das argumentações, fazendo com que estejam direcionadas por sentidos previamente definidos – aqueles que retomam a favela como mediação, tornando possível a edificação de interações baseadas na proximidade e familiaridade e sustentam os lugares de fala do pertencimento e da identificação. Desse modo, ora o debate é promovido, articulando diversas compreensões (em muitos casos, contraditórias) sobre um mesmo tema, ora é atenuado, reforçando linhas argumentativas já acionadas pelo programa.

5. Cidadania

No presente capítulo são expostas as diversas versões do conceito de cidadania, em uma retomada histórica de sua produção e consolidação. Em seguida, explora-se sua relação com contextos sociais de países semiperiféricos como o Brasil, demonstrando a consolidação da prática cidadã e, concomitantemente, os entraves para um real exercício de direitos sociais nessas regiões. Posteriormente, são discutidas as vinculações entre cidadania e pobreza, desentranhando, por um lado, as relações de domínio e subserviência delineadas por uma “cidadania concedida”; de outro prisma, são pensadas as possibilidades de tomada da palavra por sujeitos subalternizados, evidenciando de que maneira é possível requerer e reivindicar direitos. Por fim, delinea-se uma noção de cidadania que esteja conectada aos meios de comunicação, com o objetivo de mostrar em que medida a mídia possibilita seu exercício.

5.1. As várias versões da cidadania

O desenvolvimento de uma noção de cidadania é ensaiado no contexto do progresso das cidades modernas, expressão das desigualdades pungentes percebidas nesse período. Adrián LaValle (2003) aponta como principal característica da época na qual surgiram novas vias de integração social, a vinculação a uma comunidade política guiada por princípios universais e mecanismos públicos de legitimidade. Para o autor, nessa conjuntura a cidadania “constituiu a cristalização institucional desses novos expedientes de solidariedade abstrata e generalizada.” (LAVALLE, 2003, p. 75).

O conceito de cidadania elaborado não operou, em primeira instância, como categoria normativa, mas como pressuposto descritivo, que buscava delinear os caminhos percorridos pela teorização – não pretendia afirmar sobre sua substância ou o dever ser em termos práticos (LAVALLE, 2003). Contudo, à medida de seu desenvolvimento, a ideia passou a se referir a processos de sedimentação dos direitos civis, políticos e sociais que se cristalizaram nas sociedades ocidentais, remetendo aos impasses entre a subordinação política e a integração social.

A partir dessas primeiras teorizações, a cidadania foi sendo repensada e assumindo diversas versões, incluindo variados direitos¹². As diferentes formas de conceituação da cidadania oferecem inúmeras concepções a respeito dos critérios para que o sujeito seja considerado membro de uma comunidade, da natureza política e legal das instituições, do

¹² De acordo com Lizst Vieira (2001) as principais propostas sobre o conceito de cidadania podem ser divididas em: a versão liberal, o comunitarismo, a social democracia, o nacionalismo, o multiculturalismo e a versão feminista.

conteúdo dos direitos e deveres e das ações possíveis para que os indivíduos garantam sua condição de cidadãos (BELLAMY, 2014).

A definição moderna de cidadania apresenta, de acordo com Adrián Lavalle (2003), quatro principais características: a) é universalizada, considerando que o status de cidadão é atribuído apenas a categorias sociais formalmente definidas; b) se relaciona a um território – o espaço físico delimita politicamente seu alcance; c) é individual – os vínculos entre Estado e indivíduo são diretos, conformando a forma legítima de reconhecimento e subordinação política e d) é fruto do desenvolvimento dos Estados Nacionais – está entre o território e o poder centralizado.

Nessa concepção os direitos e as obrigações são contratuais, de modo que a cada direito advém um dever. O cidadão, por sua vez, é concebido com indivíduo dotado de liberdade e responsabilidade. A noção de justiça está baseada em critérios de equidade, de cooperação e da conquista de benefícios mútuos, referindo-se às relações estabelecidas na esfera pública.

A versão moderna mais proeminente do conceito é a desenvolvida por Thomas Marshall, situada no terreno do liberalismo político. No centro da discussão estão as contradições entre a igualdade fomentada no terreno da política formal e a desigualdade crescente no plano econômico. Para Bryan Turner (1992), a teorização de Marshall se constitui como uma proposta de extensão da cidadania como principal pivô na resolução dessas incongruências.

Thomas Marshall (2009) propôs a divisão do conceito em três elementos principais: o civil, o político e o social. Da esfera do civil, a cidadania se relaciona à liberdade individual de discurso, de pensamento e de crença; o direito à propriedade privada e à justiça. Do ponto de vista político é garantido o exercício do poder, seja como participante de um corpo político investido de autoridade ou como eleitor dos membros autorizados. Para o autor, os direitos políticos se relacionam a instituições como o parlamento e os conselhos de governança locais. O último elemento diz respeito ao direito ao bem-estar econômico, à segurança do compartilhamento das heranças sociais e de viver como um membro civilizado que está de acordo com as normas estipuladas coletivamente - as instituições principais são o sistema educacional e o serviço social (MARSHALL, 2009).

A cidadania teorizada por Thomas Marshall (2009) é de caráter nacional, convocando um sentido de pertença à comunidade baseado na lealdade a um modo de civilização

específico. O status de cidadão é conferido aos indivíduos julgados membros sancionados do corpo social, sendo considerados iguais em termos de direitos e deveres. Para o autor, as sociedades que pretendem desenvolver a cidadania devem se espelhar em uma noção ideal, através da qual seria possível prever as possibilidades de efetivar as aspirações por direitos. Nesse sentido, o que deve estar em foco é o aumento do sentido da igualdade e o enriquecimento dos mecanismos que conferem posição de cidadão.

Para Thomas Marshall (2009) o ponto de partida para a elaboração de uma diretriz para a construção da cidadania é considerar que todos os homens são livres e teoricamente capazes de gozar dos direitos, aumentando progressivamente o regime de bem-estar instituído. Os direitos sociais em sua versão moderna requerem “uma invasão do contrato pelo status, a subordinação do preço de mercado para a justiça social, a substituição da barganha livre pela declaração de direitos.” (MARSHALL, 2009, p. 154, tradução da autora).

A noção moderna de cidadania sofreu diversos abalos, tanto do ponto de vista teórico quando do político e social. Ainda assim, para Adrián Lavallo (2003) não é possível negar a importância da expansão do status universal de pertença à comunidade construída por essa versão do conceito, uma vez que ela equacionou no âmbito simbólico, político e institucional as questões da integração social. Para o autor, “mesmo em sociedades marcadas por diferenças socioeconômicas abissais, pela desigual efetivação do direito (...) as tarefas da ordenação política e da incorporação social passaram pela edificação da cidadania” (LAVALLE, 2003, p. 80).

Segundo Bryan Turner (1992), os questionamentos à teoria de Thomas Marshall advêm de sua natureza etnocêntrica e evolutiva, que estava centrada na conjuntura de países “desenvolvidos” e seguiu uma lógica linear que apontava de um estágio menos avançado de cidadania em direção a um mais avançado. De modo geral, as críticas feitas a esse autor recaíram, principalmente: a) sobre sua perspectiva evolutiva de obtenção de direitos, na qual os direitos sociais apareceram como efeito de um desenvolvimento amplo da sociedade e são uniformizados e unificados como parte de um arranjo social homogêneo; b) sobre sua concepção de cidadania como um fenômeno irreversível, que não levou em consideração os contextos que demonstraram a reversibilidade e fragilidade do Estado de Bem Estar; e c) a exclusão da cultura e das demandas por políticas culturais (TURNER, 1992).

Um importante ponto de conflito com a ideia moderna está na capacidade de o Estado institucionalizar interesses conflitantes em um momento de diferenciações sociais e de

mudanças socioculturais que, de acordo com Adrián Lavalle (2003), não permitem mais a concessão de direitos universais para membros sancionados da comunidade, tendo em vista a multiplicação das identidades e a reivindicação do direito à diferença. Aliado a isso, o crescimento das desigualdades sociais restringem o processo de universalização da cidadania.

As minorias sociais, no contexto das teorias liberais, estavam apartadas da cultura comum que define a comunidade política, possuindo apenas os direitos de cidadania no nível formal, mas não no prático/cotidiano. Os membros desses grupos são excluídos tanto por sua situação socioeconômica, quanto por suas identidades culturais. Assim, não basta a posse de um status de cidadão universalizado, é preciso que as características culturais e as necessidades específicas sejam balizadas na forma de direitos. Dois são os motivos principais pelos quais as diferenças grupais e individuais devem ser levadas em consideração: a) os grupos e os sujeitos excluídos estão, de partida, em desvantagem perante o sistema político, e a solução consiste em promover meios através dos quais o grupo possa ser reconhecido e representado e b) eles possuem necessidades particulares que só podem ser satisfeitas mediante políticas diferenciadas.

Do ponto de vista de Adrián Lavalle (2003) a ideia de cidadania marshalliana introduziu uma dupla distinção, promovendo, ao mesmo tempo, inclusão e exclusão. Ao passo que expande o terreno da igualdade prevista por lei para segmentos considerados importantes para a condução da vida social, desautoriza qualquer demanda que extrapole suas fronteiras normativas. Os problemas para a manutenção da cidadania passam, então, por duas esferas: a) dificuldades relacionadas à sociedade contemporânea de ajustar a representação e a resolução política na gramática universal e b) a fragilização da soberania nacional e a redefinição das formas de intervenção estatal.

Outra controvérsia, como demonstra Bryan Turner (1992), está inscrita no cerne de dois tipos de divisão da cidadania: uma passiva e privada, atribuindo os direitos a uma concessão do Estado (cidadania de cima); outra ativa e pública, atendo-se à prática política dos sujeitos (cidadania de baixo). Essa categorização pretende mostrar os formatos assumidos pela ação cidadã e os modos de institucionalização de direitos, revelando que para cada instância há a configuração de uma relação entre sociedade civil e as esferas do governo. Desse modo, as mudanças nesse desenho exigem pensar os novos formatos que a cidadania pode assumir. Do ponto de vista do autor, o deslocamento do contexto moderno para uma nova configuração social inscreve as lutas por direitos no seio de movimentos sociais, que vão

constituir uma cidadania que parta de suas demandas para posteriormente serem incorporadas as camadas da legislação.

Nessa mesma linha argumentativa, Adrián Lavalle (2003) expõe como a instituição de uma política da diferença contradiz as pretensões de universalização da cidadania proposta pela visada moderna, que não acompanha as complexas mudanças culturais ocorridas. A crítica recai sobre a homogeneização forçada pelo Estado, demonstrando que a cidadania instituída de cima (do Estado para a população) ignora as diversificações sociais e as diferenciações legítimas. Se a concepção da modernidade incorporou as diferenças a sistemas institucionalizados e abstratos de solidariedade social, em um processo de equalização, a partir da política da diferença pensou-se outra estratégia de instituição de direitos, tornando autênticas as demandas sociais. Desse modo, para Adrián Lavalle (2003), a formulação moderna aponta para a “diferença sem equidade”, que pressupõe o reconhecimento dos reclamos, mas não torna possível universalizar a igualdade – operando na supressão da diferença.

A proliferação de outras concepções de cidadania reflete os vários desafios que devem ser enfrentados contemporaneamente para situar a ação cidadã. Adrián Lavalle (2003) aponta cinco questões fundamentais para repensar a cidadania: a) pressupostos macroinstitucionais e estatais, que se referem à capacidade do Estado de equacionar interesses populares conflitantes e impor as decisões vinculantes. Para o autor é preciso considerar que, atualmente, existe uma combinação complexa de fatores que exigem a ação pública ao mesmo tempo em que limitam sua efetividade e seu alcance; b) diferenciação social e mudanças socioculturais, que criam a dificuldade de elaborar e processar questões em termos universais; c) a questão da igualdade, que cria inclusão e exclusão ao mesmo tempo. A expansão da igualdade garantida pela lei e a determinação de áreas relevantes da vida social as quais deveriam ser acessíveis vieram acompanhadas da definição de uma gramática moral, erigida segundo a herança social compartilhada, que deslegitima demandas que escapem às suas fronteiras; d) o plano das singularidades como reivindicações políticas legítimas mediante o estabelecimento da política da diferença, que enfrentou a universalização como categoria sociopolítica, demonstrando sua inadequação frente às diversas realidades sociais e culturais; e) a globalização, processo de ajuste estrutural que promoveu a cidadania como categoria normativa, visando perceber os efeitos perversos desse fenômeno, capaz de alicerçar a problemática da solidariedade social.

As questões contemporâneas buscam balizar as diversas possibilidades e gradações da cidadania, tratando-a como um modo de incorporação de uma diversidade de sujeitos ao contexto social e político de um período histórico – e não se referindo apenas ao conjunto de direitos formais. Nesse sentido, é preciso considerar as grandes massas excluídas socialmente, constituídas por aqueles que não possuem os bens materiais ou simbólicos que permitam sua plena participação como membros da comunidade (BEINER, 1995). Destarte, a cidadania passa a ser definida como um processo – e não mais como status -, como uma prática política e cultural (VIEIRA, 2001), e também como uma identidade (KYMLICKA; NORMAN, 1997, p. 18). Desse modo, uma teoria da cidadania deve possuir três principais características segundo Liszt Vieira (2001): a) atenção aos sistemas econômico e político, tendo em vista o desenvolvimento dos direitos nessas esferas; b) considerar a sociedade civil e as organizações sociais, tendo em vista as reivindicações dos diversos grupos e prevendo a resolução de conflitos; e c) perceber o nexos de solidariedade que mantém o corpo social, pressupondo uma rede de conexões entre pessoas, grupos, normas e valores que regem a vida em sociedade.

5.2. O contexto latino-americano e a prática cidadã

As questões de direitos envoltas na cidadania começaram a se destacar na América Latina entre os anos de 1970 e 1980, principalmente a partir da experiência dos movimentos sociais – a maioria em esforços para a democratização em países sob regime autoritário (DAGNINO, 2005a, 2007a). A renovação do conceito nos anos de 1990 ajudou a pensar, em larga medida, os problemas relacionados à realidade latino-americana, abarcando as questões do direito à igualdade e à diferença (DAGNINO, 1994, 2002). Além disso, a cidadania passou a ser a conexão entre diversas lutas, conformando o espaço para reivindicações específicas e para os reclamos mais gerais. Para Evelina Dagnino (2007a) esse processo de redefinição da cidadania se enfocou na dimensão cultural, incorporando questões de identidade, subjetividade e diferença.

A apropriação da noção de cidadania foi um importante instrumento nas lutas dos movimentos sociais, que operacionalizou uma ideia alargada de democracia (DAGNINO, 1998). Para esses movimentos a percepção das necessidades sociais como direitos representou um passo fundamental para ampliar o escopo de suas demandas, fazendo com que parte significativa das lutas fossem elaboradas em torno da construção de novas identidades e da edificação de novos parâmetros de justiça, baseados em uma igualdade de cidadania. As lutas dos movimentos populares urbanos na América Latina colocaram em disputa os parâmetros

da democracia e as fronteiras do que é considerado política: seus participantes, suas instituições, seus processos e sua agenda. Nesse contexto, a cidadania estava embasada em lutas políticas, baseadas na redefinição dos sistemas sociais e das práticas culturais que democratizariam também o social.

Os movimentos sociais, nas décadas de 70 e 80, transcenderam os limites da política institucional que existia naquele contexto. Sua referência básica foi o alargamento e aprofundamento da democracia na sociedade, incluindo as práticas culturais que promoviam as relações de exclusão e desigualdade. Ao enfatizar a ordem vigente como limitante e excludente, os movimentos sociais mostraram sua capacidade para produzir versões alternativas de governança (DAGNINO, 1998). Em uma sociedade que estabelece diferentes categorias de pessoas, baseada em uma ordem hierárquica, a discussão sobre a democratização da cultura é uma das pautas mais importantes.

Os movimentos sociais inscreveram no espaço público sujeitos capazes de diálogo que desestabilizaram e subverteram as hierarquias simbólicas que os colocavam em posição de subordinação criada por uma teia de discriminação e exclusão. Incluindo nos debates questões e demandas antes consideradas impertinentes para a deliberação política, esses movimentos promoveram o alargamento da noção de esfera pública, redefinindo as ideias de cidadania e direitos. Como consequência, essas duas esferas não podem se restringir apenas ao espaço institucional de organização do Estado, passando a servir como referência para exigências éticas de reciprocidade e igualdade nas relações sociais, incluindo os níveis mais cotidianos da vida nos quais a discriminação têm lugar (PAOLI e TELLES, 1998).

A cultura, nessa conjuntura, se torna uma importante arena política, na medida em que envolve uma série de processos contínuos que são coletivos e individuais, produzindo significados e moldando a vida e a experiência social. A política cultural corresponde às articulações discursivas e práticas em um contexto histórico que expressam as lutas pela modelagem dos significados compartilhados e pelas representações (ALVAREZ *et all*, 1998). Sua importância se revela nas mudanças propostas: a transformação da própria noção de política e a reconfiguração da arena cultural na qual se inscrevem as disputas sociais.

O conceito de participação também recebeu grande enfoque dos movimentos sociais na América Latina, configurando-se como condição e possibilidade para o exercício da cidadania. A cidadania é concebida, nesses termos, como uma forma de ação: “tornar-se cidadão é participar, lutar, exercer o direito de participar a fim de alcançar, materializar e

garantir direitos.” (DAGNINO, 2005a, p. 15, tradução do autor). O direito de participar se refere tanto aos negócios públicos - tendo em vista a construção de demandas dentro dos movimentos sociais -, quanto à possibilidade de construção de novas formas de sociabilidade - na medida em que favorece o reconhecimento de requisição de renovados modos de interação e mudanças nas regras sociais.

O espaço público é ressignificado, não correspondendo apenas aos ambientes institucionais sancionados para a deliberação política, mas à construção de espaços outros nos quais a política cultural pode ser colocada em movimento. A proliferação dessas arenas discursivas, segundo Sonia Alvarez *et all* (1998), torna possível a contestação da exclusão e a busca por mudanças nos sistemas sociais que promovem as desigualdades, expandindo a democracia. Desse modo, a importância dos movimentos sociais para a democratização da sociedade corresponde à propagação de múltiplas esferas públicas para além da conquista de direitos nos âmbitos institucionais.

A cidadania em países latino-americanos apontou para as condições e as bases da hierarquização social estabelecida que definiam os lugares sociais atribuídos a determinados tipos de sujeitos. Desse modo, como demonstra Evelina Dagnino (2005a, 2007a), a pobreza – índice de exclusão – não se refere somente às questões de privação econômica e material, mas a uma submissão a regras culturais que determinam a falta de reconhecimento da capacidade de agência política dos setores excluídos - a pobreza, portanto, é sinal de inferioridade e de incompetência para o exercício de direitos. O reconhecimento desses sentidos estabelecidos favoreceu a busca por novos significados para a prática da cidadania.

Ao apontar esse contexto, Evelina Dagnino (2007a) demonstra que a cidadania passa a interferir na dimensão da sociabilidade, requerendo relações sociais mais igualitárias e estabelecendo novas regras de vida em sociedade. A condição de realização desse projeto passa pelo reconhecimento de todos os indivíduos como capazes de exigir interesses válidos e legítimos. Os significados dos direitos passam a ser, então, objetos de lutas políticas que rejeitavam as ideias de favor e barganha, e também de cidadãos como sujeitos de necessidades. Tal modificação de significado rompe, desse modo, com a ideia de “cidadania concedida”¹³.

¹³ A ideia de cidadania concedida é cunhada por Teresa Sales (1994) para nomear as relações de mando e subserviência que tratam a noção de direito como favores concedidos das camadas diretas para os excluídos do sistema político. Essa noção desconsidera a capacidade de agência dos sujeitos subalternizados, impedindo-os de definir e demandar reivindicações. Essa questão será desenvolvida com maior proeminência no sub-capítulo

No Brasil, o primeiro marco importante a ser enfatizado são os anos de 1980, que marcaram uma associação notável e uma dinâmica organizacional que alterou o cenário político brasileiro, pautando diversos temas importantes para fragmentar o legado autoritário e de exclusão da história do país. Através das ações coletivas anti-ditadura e dos operários, outros movimentos apareceram, trazendo novos temas e questões para serem debatidos (PAOLI e TELLES, 1998). Nessa época, a mudança das lutas levou a elaboração de uma distinção entre os “novos” e os “velhos” movimentos sociais. Os “velhos”¹⁴ correspondem às disputas que acentuavam os recursos materiais e redistribuição econômica, sem foco específico em questões de respeito e reconhecimento. Os “novos”¹⁵ representavam a luta por identidades subalternizadas, que preconizavam renovadas formas de se fazer política, visando contribuir para o desenvolvimento de uma inovada sociabilidade (ALAVREZ *et all*, 1998).

Os novos movimentos sociais redesenharam a fronteira da política ao propor transformações no sistema de governança tradicional e alterações dos significados que o político assume na vida social. Eles projetaram suas demandas na arena pública e deixaram importantes contribuições que reverberaram na Constituição de 1988 – demandas essas que foram transformadas pela construção de um espaço de representação plural para os atores coletivos, fazendo com que eles fossem reconhecidos como sujeitos capazes de exercer seus direitos (PAOLI e TELLES, 1998).

O segundo elemento fundamental para a cidadania no Brasil é a adoção da Constituição de 1988, que, para Maria Paoli e Vera Telles (1998), é celebrada como a fundação da modernidade democrática no país, que prometia eliminar o legado dos anos de ditadura militar (ainda que não tenha cumprido totalmente essa prerrogativa). Nela foram incorporados direitos universais e uma agenda de proteção social, requerendo participação civil na administração pública, de modo a reconciliar a democracia e a cidadania.

O terceiro momento crucial é a conformação política dos anos de 1990, caracterizada pela redefinição do papel do Estado e os perversos efeitos sociais da modernização e da reestruturação econômica. De acordo com Maria Paoli e Vera Telles (1998), o Brasil entrou em um processo de consolidação da democracia que reconheceu os direitos sociais, as garantias cívicas e as demandas dos cidadãos. Entretanto, a dimensão pública da cidadania foi

“Cidadania e pobreza”, demonstrando como a concessão do status de cidadão corrói a luta política dos movimentos populares.

¹⁴ Os velhos são, para ALVAREZ *et all* (1998), os movimentos operários e camponês.

¹⁵ Os novos são, de acordo com ALVAREZ *et all* (1998), os movimentos indígenas, étnicos, ecológicos, feministas, homossexual e pelos direitos humanos.

sendo destituída na medida em que outros circuitos de poder assumiram os compromissos sociais, reestabelecendo formas de violência na vida privada. Nesse contexto, a agenda dos movimentos sociais propunha, sobretudo, uma universalização dos direitos, reafirmando a urgência por igualdade e por justiça em um contexto de crescente pobreza e desigualdades (de gênero, de raça, de classe, etc).

5.3. A nova cidadania e a revitalização dos atores sociais na América Latina

A ideia de cidadania desenvolvida na América Latina está diretamente relacionada às transformações na cultura e nos padrões de interações sociais, associando os direitos às demandas por igualdade de participação nas questões públicas, respeito e consideração social e, sobretudo, valorização das práticas culturais. O programa em análise na presente pesquisa adota essa mesma noção de cidadania, transbordando as esferas dos direitos civis, políticos e sociais e caminhando em direção aos direitos à comunicação e à expressão de determinados modos de vida. Como será discutido adiante, *Aglomerado* organiza seu debate político e formula as condições para a cidadania dos sujeitos moradores de periferia embasados nessa concepção, o que torna primordial assinalar as principais características que a compõe.

A emergência de uma nova noção de cidadania¹⁶ é marcada por dois fatores principais: a) ela deriva e está diretamente relacionada à experiência dos movimentos sociais, em suas exigências por igualdade e por diferença e b) ela confere uma ênfase na construção da democracia, sua extensão e seu aprofundamento (DAGNINO, 1998, 2002). Desse modo, ela opera uma estratégia de construção democrática e de transformação social, afirmando uma relação de interdependência da cultura com a política. A cidadania é considerada uma estratégia política, expressando e respondendo a um conjunto de interesse de uma parte significativa da sociedade, demarcando seu caráter histórico, definida por interesses concretos e práticas de luta que passam por contínuas transformações. “Incorporando características da sociedade contemporânea, (...) essa é uma estratégia que reconhece e enfatiza o caráter intrínseco e constitutivo da transformação cultural para a construção democrática.” (DAGNINO, 1994, p. 103).

A nova cidadania incorpora as dimensões da subjetividade, das aspirações e dos desejos, fazendo com que através da luta política se torne possível generalizar os interesses

¹⁶ É preciso enfatizar que o que estamos denominando “nova noção de cidadania” está diretamente relacionado com experiência dos movimentos sociais na América Latina – principalmente os “novos movimentos sociais” focados em questões de justiça e reconhecimento - e com os desdobramentos das lutas por democratização que marcaram esse território.

coletivos para que se instituíam em direitos. Ela se instituiu, segundo Evelina Dagnino (1994, 2002), em um campo de conflito pela criação de significados (sociais, políticos e culturais), sendo perpassada por mecanismos de apropriação e reconstrução dos sentidos como partes constitutivas da política – desse modo, ela passa a ser baseada em uma agenda de política cultural.

De acordo com Evelina Dagnino (1994) a renovação do conceito de cidadania permitiu que ele fosse compreendido como um fenômeno dinâmico e mutável, diretamente relacionado aos conflitos sociais vividos por uma sociedade em um dado período histórico. Destarte, foram descartadas a essência, a imanência e a universalidade que marcavam a noção, fazendo com que o conteúdo dos direitos e dos deveres esteja sujeitos às lutas políticas, situado em contextos concretos. Um das consequências dessa reforma foi o afastamento da versão liberal, transformando a reivindicação ao acesso e à participação em um sistema político já constituído na redefinição mesmo da política e de seus contornos. Assim, as lutas sociais baseada na nova noção de cidadania constituem um campo de disputa por significados e por seus mecanismos de apropriação e desapropriação (DAGNINO, 1994).

Esse novo modelo de cidadania reelabora, por consequência, os limites das relações da sociedade civil com o Estado, tornando possível reivindicar uma esfera pública na qual os sujeitos – reconhecidos em suas diferenças e garantida a legitimidade de suas demandas - possam debater e negociar sua participação na vida social, propondo revisões nas dinâmicas sociais e culturais que interferem diretamente em seu cotidiano (DAGNINO, 1994, 2001). A presença desses indivíduos, de acordo com Vera Telles (1996), desafia os princípios de igualdade e de justiça, na medida em que estão permanentemente revendo e reelaborando as regras de equidade, de participação e de interlocução estabelecidos.

A reconfiguração da ideia de direitos foi um importante fator para se repensar a cidadania, pretendendo promover uma transformação na sociedade e em sua estrutura de poder. Enfatizando o “direito a ter direitos” (DAGNINO, 2002, 2007a) a nova cidadania passou a incluir uma gama de demandas diretamente relacionadas às experiências concretas dos movimentos sociais. Seu desenvolvimento colaborou também para a reivindicação da construção de sujeitos capazes de definirem seus próprios direitos e suscitou a redefinição dos padrões e práticas que colaboram para a reprodução da exclusão social e política.

A cidadania, entendida como um processo de afirmação e reconhecimento de direitos, se conforma como um projeto de transformação das práticas arraigadas na sociedade e da

instituição de uma nova sociabilidade. Assim, ela passa a abrigar uma proposta de reforma moral e intelectual que exige um aprendizado social sobre novos tipos de relação que impliquem o respeito e a afirmação dos cidadãos como indivíduos ativos portadores de demandas. Ela propõe “um formato mais igualitário de relações sociais em todos os níveis (o que) implica o reconhecimento do outro como sujeito portador de interesses válidos e de direitos legítimos.” (DAGNINO, 2004a, p. 105).

O interesse dos movimentos sociais em afirmar o “direito a ter direitos” se relaciona estritamente com os altos níveis de pobreza e exclusão, e com o autoritarismo social que sustenta a organização da desigualdade e das hierarquias nas relações sociais, fatores que geram assimetrias econômicas e subordinação político-social (DAGNINO, 2007b). Para operacionalizar suas lutas, eles estabelecem uma conexão entre cultura e política, construindo um “campo ético-político” (ALVAREZ e DAGNINO, 1995) que permitiu ampliar o alcance da cidadania, fundando distintos modos de se aproximar da realidade.

Como uma construção coletiva, o campo ético-político se articula ao conjunto dos movimentos sociais, expressando um processo ativo de elaboração de propostas, refletindo em práticas concretas de lutas por direitos. Ele expressa uma noção alargada de política que inclui demandas no terreno da cultura, buscando romper com as relações de clientelismo e interações sociais hierárquicas e autoritárias (ALVAREZ e DAGNINO, 1995).

Para refletir sobre as mudanças na ideia de cidadania é preciso estar atento também à noção de direitos sociais, que se inscreve no terreno das relações entre o mundo social e o universo público - que se edificam entre a ordem legal que prevê a igualdade e a legitimação diária das desigualdades e exclusões. Para Vera Telles (1998) o sentido político dos direitos sociais se inscreve no terreno do conflito, encenado por sujeitos que buscam definir suas condições de existência e as regras da sociedade – nesse contexto, eles constroem uma linguagem pública que prevê critérios de igualdade e de justiça. Colocar os direitos sociais em questionamento significa, para a autora, estar atento para a conjuntura social contemporânea, marcado por dilemas sociais – que ganham contorno especial principalmente por causa da história de desigualdades e injustiças que desafiam a universalização dos direitos.

A negociação com as normas da vida social constroem o terreno no qual os indivíduos se pronunciam e se definem, declarando-se como iguais do ponto de vista de sua capacidade de participação pública – de julgar aquilo que afeta as suas vidas. Para Vera Telles (1998) “essa exigência tem o efeito de desestabilizar e subverter as hierarquias simbólicas que os

fixam na subalternidade própria daqueles que são privados da palavra” (TELLES, 1998, p. 39). Essas ações desregulam os consensos estabelecidos e colocam os sujeitos como portadores de um discurso que institui uma prática política, exigindo o reconhecimento de suas demandas. Nessas vozes são enunciados novos significados possíveis, uma vez que “os direitos estruturam uma linguagem pela qual esses sujeitos elaboram politicamente suas diferenças e ampliam o ‘mundo comum’ da política” (TELLES, 1998, p.40). Desse modo, falar de direitos sociais é reconhecer os tipos de realidades nomeadas e suas alternativas, abrindo para o campo das experiências possíveis.

De um lado, essa palavra, individual ou coletiva, que diz o justo e o injusto, é também a palavra pela qual os sujeitos que a pronunciam se nomeiam e se declaram como iguais, igualdade que não existe na realidade dos fatos, mas que se apresenta como uma exigência de equivalência na sua capacidade de interlocução pública, e julgamento e de deliberação em torno de questões que afetam suas vidas – e essa exigência tem o efeito de desestabilizar e subverter as hierarquias simbólicas que os fixam na subalternidade própria daqueles que são privados da palavra ou cuja palavra é descredenciada como pertinente à vida pública do país. (TELLES, 1998, p. 39).

A título de resumo apontam-se as cinco características principais da noção emergente de cidadania segundo a concepção de Evelina Dagnino (1994, 1998):

- a) A noção de direitos é reconfigurada: a reivindicação principal é pelo “direito de ter direitos”. Essa ideia não se limita às instâncias formais e legais previamente definidas, mas a uma redefinição, criação e invenção de novos direitos relacionados às práticas e lutas específicas;
- b) A nova cidadania requer sujeitos ativos lutando pelo que consideram ser os seus direitos, se desviando da proposta liberal, na qual os setores dominantes e o Estado elaboravam estratégias para incluir os excluídos;
- c) Ela se constitui como uma nova proposta de sociabilidade, procurando um desenho mais igualitário em todos os níveis da vida social e não se restringindo ao sistema político;
- d) Nessa nova concepção é preciso transcender a vinculação estabelecida entre o indivíduo e o Estado, procurando promover a relação dos movimentos sociais com a sociedade civil. O processo de reconhecimento de direitos que configura o cerne da nova noção de cidadania requer uma transformação nas práticas sociais e a construção de renovadas formas de interação que permitam que os cidadãos emergentes possam se recusar a permanecer nos lugares a eles destinados;

c) A cidadania, portanto, requer o direito de participação efetiva na definição do sistema político, ao contrário da ideia de acesso ou inclusão.

Apesar da revitalização dos movimentos sociais e da possibilidade da renovação da cidadania tendo em vista suas experiências concretas e suas demandas, a implementação do projeto neoliberal, principalmente no contexto brasileiro, resultou na precarização dos serviços públicos e no agravamento da situação de exclusão social de uma fatia da população (DAGNINO, 2004a, 2007a). De acordo com Evelina Dagnino (2004a, 2007a) existe uma confluência perversa entre as duas orientações políticas – o projeto neoliberal e a proposta dos movimentos sociais -, na medida em que ambas trabalham com as mesmas noções, quais sejam, “participação, sociedade civil, cidadania, democracia” (DAGNINO, 2004a, p. 97), e requerem a construção de sujeitos ativos e propositivos. A política neoliberal, ao adotar os mesmos pressupostos da nova noção de cidadania, reduziu o significado coletivo da ação social, e relacionou os direitos sociais ao mercado e ao consumo. Desse modo, seria promovida uma inversão de sentido em relação à reivindicação dos direitos sociais e aos regimes de bem-estar, que passaram a ser considerados como fatores de atraso - bloqueando o potencial de modernização do mercado. De acordo com Evelina Dagnino (2004a) isso restringe a arena política, seus participantes, a agenda de reivindicação e o campo de ação. A partir dessa conjuntura é possível entrever as dificuldades para o exercício da cidadania, revelando como o contexto em que se inserem as lutas por direitos configura um importante foco de reflexão para se examinar a prática cidadã.

Evelina Dagnino (2004a, 2007a) explica que a noção de representatividade usada pelo Estado neoliberal para demonstrar sua capacidade de “garantir os direitos” estaria confundida com visibilidade, a partir da qual seria necessário o uso estratégico da mídia. A questão da participação social também fica reduzida a uma perspectiva privatista e individualista, dispensando os espaços públicos e o debate dos objetivos da sociedade civil. Essa operação limita o significado político e o potencial democratizante da participação elaborada pelos movimentos sociais, sendo substituída por formas individualizantes de tratamento dos problemas públicos.

Nesse contexto, a própria noção de direitos é descaracterizada, porque é desvinculada da igualdade e da justiça, passando a ser considerado custo e ônus para o Estado – que, por consequência, atrapalhariam o processo de modernização e o desenvolvimento econômico. Mesmo que os direitos estejam presentes constitucionalmente é possível perceber a brutal

defasagem entre os princípios igualitários em lei e a realidade de desigualdades e exclusões. Desse modo, quando se fala em direitos menciona-se seus entraves em uma ordem opressora, marcada pelo descompasso entre os ideais e a realidade de estigmatização e violência que atingem maiorias (principalmente em se tratando de população brasileira).

As lutas pelos direitos estiveram entrelaçadas pela disputa de diferentes concepções de modernidade, cidadania e democracia. Duas alternativas são visíveis: de um lado a possibilidade democrática de regulação da vida social que reconhece e generaliza os direitos e de outro, uma proposta neoliberal que representa os esforços para privatizar as relações sociais através da rejeição da mediação pública das esferas de representação. As tensões instauradas entre os ideais de justiça e igualdade em face do projeto neoliberal colocam em xeque as frágeis relações do mundo social com o universo público da cidadania,

na disjunção, sempre aberta, entre a ordem legal que promete a igualdade e a reposição das desigualdades e exclusões na trama das relações sociais; entre a exigência ética da justiça e os imperativos da eficácia econômica; entre universos culturais e valorativos de coletividades diversas e a lógica devastadora do mercado. (TELLES, 1998, p. 38).

A autora aponta dois elementos importantes a serem debatidos: a) a relação sociedade civil e Estado impõe a necessidade de revisar a clivagem entre a sociedade civil como polo de virtudes e o Estado como “encarnação do mal” e b) os deslocamentos de sentidos pelos quais têm passado as noções de sociedade civil, participação e cidadania, e suas implicações para o sentido de política e democracia – configurados no interior de uma disputa, sua análise expõe projetos distintos, contribuindo para perceber os deslocamentos de sentido e o obscurecimento das distinções desses deslocamentos (DAGNINO, 2004b, 2004c, 2005b).

Assim, o diagnóstico revelado pela autora leva a duas conquistas distintas: em primeiro lugar, a constituição de espaços públicos alternativos representa um saldo positivo das lutas dos movimentos sociais; em segundo lugar, o encolhimento do Estado e sua consequente diminuição de responsabilidades em relação à população conferiu uma dimensão perversa a jovem experiência de democratização.

5.4. Cidadania, desigualdade social e pobreza

A partir da ideia de cidadania discutida acima, que exige o reconhecimento dos sujeitos como parceiros integrais e a valorização de suas práticas culturais, o cenário de desigualdade social e pobreza constitui-se como fator que demarca carência material e simbólica, sendo um entrave para a prática cidadã e destituindo os sujeitos de uma série de

direitos no âmbito da cultura. Esse tema é de suma importância tendo em vista o programa em análise, uma vez que os moradores de periferia têm sua cidadania negada ou exercida apenas parcialmente por estarem alocados no grupo dos pobres – que não possuem condições dignas de vida e que sofrem desvalorização simbólica. *Aglomerado* foi idealizado e produzido com o objetivo de reverter o quadro de estigmatização dos habitantes de favelas por meio de debates sobre os problemas culturais e políticos que cooperam para sub-cidadania desses sujeitos.

Jessé de Souza (2003, 2004) aponta a naturalização das desigualdades e a consequente produção de sub-cidadãos como um fenômeno de massa em países periféricos, gestada pelo processo de modernização em grandes proporções que se principiou no século XIX. Para o autor, no Brasil em particular existe uma classe de pessoas excluídas e desclassificadas, que não podem participar “do contexto valorativo de fundo”, sendo apartados da vida pública e tendo seu reconhecimento denegado. Os componentes simbólicos e culturais da produção das desigualdades ajudam a determinar os operadores que permitem, na vida cotidiana, a desclassificação e o desprezo, colimando na falta de respeito e de estima aos sujeitos situados nas classes subalternas.

A desigualdade, segundo Jessé de Souza (2006), se desenvolve em sociedades cujo valor central é a isonomia do ponto de vista jurídico, mas que, nas práticas cotidianas, legitima as desigualdades. Para ele, enquanto a igualdade formal é o critério primeiro para demarcar a solidariedade social, as regras de exclusão informais passam a ter eficácia por sua opacidade e naturalização.

É esta concepção de ser humano e economia emocional peculiar que irá se transformar na concepção dominante do valor diferencial entre os seres humanos e grupos sociais inteiros e separar e unir por vínculos de solidariedade e preconceito pessoas e grupos sociais em superiores e inferiores, segundo critérios (disciplina e autocontrole) que passam a dever sua objetividade incontestável ao fato de estarem inscritos na lógica opaca e intransparente de funcionamento de Estado e mercado. (SOUZA, 2006, p. 93).

Esse consenso que demarca o valor diferencial de cada sujeito não permite a homogeneização do respeito e do reconhecimento, construindo uma classe de cidadãos e outra de sub-cidadãos desprovidos de direitos. A cidadania, como o conjunto de direitos e deveres no contexto do Estado, parte de uma pressuposição igualitária. Entretanto, o compartilhamento de uma economia moral e emocional é contingente às possibilidades de reconhecimento efetivas já que, segundo Jessé de Souza, “para que haja eficácia legal da regra

da igualdade é necessário que a percepção da igualdade na dimensão da vida cotidiana esteja efetivamente internalizada.” (SOUZA, 2004, p. 84).

Como define Vera Telles (1993), a pobreza no Brasil é percebida como consequência indesejável de um desenvolvimento histórico, por meio do qual não é possível apreender os autores e os responsáveis pela instauração desse modo de vida. Ela se configura através de uma natureza residual e pela perda da dimensão ética, devendo ser capturada e transformada pelo progresso – na medida em que não foi modificada pela civilização e modernização. A pobreza é vista como algo externo ao mundo social, e a figura do pobre é construída pelo viés da carência e da fraqueza, fixando-o na lei das necessidades. A ordem simbólica inscreve a pobreza como condição de existência impertinente para a vida social, apartando-a da elaboração/alteração das regras de sociabilidade e dos modos de vivência.

A pobreza, de acordo com Vera Telles (1993), é um ponto cego no processo de modernização do Brasil, que transborda os espaços e os sentidos que historicamente a configuraram. Para a autora, ela se articula nas circunstâncias histórico-sociais que engendraram uma ordem social hierárquica e excludente, marcando a entrada do país no mundo capitalista. “Se a pobreza contemporânea diz respeito aos impasses do crescimento econômico num país situado na periferia do mundo capitalista, põe em foco sobretudo a tradição conservadora e autoritária dessa sociedade.” (TELLES, 1993, p. 2).

A figura da pobreza conforma uma sociedade na qual são grandes as distâncias sociais, impedindo que critérios de igualdade e de justiça se instaurem em um terreno comum, abarcando todos os sujeitos. Vera Telles (1993,1998) alude a uma gramática social excludente, por meio da qual são entronizadas as relações sociais desiguais. A cidadania, nesse contexto, é definida pelo dever e pela ordem moral, conformando “a regra formal que prescreve o acesso aos direitos sociais (...) como uma lei moral que julga a pertinência do indivíduo na vida em sociedade, o seu direito a existir socialmente e a ser reconhecido como cidadão.” (TELLES, 1993, p. 6). De acordo com a autora, as regras culturais que regem a identificação e a nomeação da miséria são desiguais, edificadas a partir de um padrão de sociabilidade que impede a reciprocidade e que desqualifica a capacidade dos pobres se constituírem como sujeitos de interesses e demandas legítimas. A pobreza se apresenta, portanto, como uma marca de inferioridade – social, econômica e política –, tolhendo as possibilidades de exercício de direitos.

A noção de pobreza engendrada por essa separação entre o pobre e o cidadão demarca a incivilidade do primeiro, ancorada em um imaginário que descredencia os pobres ao exercício de seus direitos na medida em que estão situados aquém das regras formais e sociais de igualdade. Segundo Vera Telles (1993), a questão da pobreza não pode ser tratada apenas através dos resíduos históricos que a fundamentaram; é essencial perceber que ela está na raiz da construção de um Brasil moderno, que fundamentou e institucionalizou uma noção de cidadania excludente.

E é nisso que se aloja todo o paradoxo da sociedade brasileira. Paradoxo de um projeto de modernidade que desfez as regras da República Oligárquica, que desencadeou um vigoroso processo de modernização econômica, social e institucional, mas que repôs a incivilidade nas relações sociais (TELLES, 1993, p. 4).

O paradoxo, para Vera Telles (1993), está na incongruência entre a existência formal de direitos e a realidade excludente que destitui os direitos da maioria de sua população. “O paradoxo está nesse modelo de cidadania que proclama a justiça como dever do Estado, mas desfaz os efeitos igualitários dos direitos e repõe na esfera social desigualdades, hierarquias e exclusões.” (TELLES, 1993, p. 4). Segundo Vera Telles (1993) a noção de justiça vinculada a cidadania brasileira está na contramão da ideia de igualdade, fruto de uma sociedade que não consegue constituir uma sociedade civil (relações mediadas pelo reconhecimento de direitos e representação de interesses, desenhando espaços públicos que legitimem os conflitos, e que o justo e o injusto sejam discutidos incessantemente). Essa percepção da cidadania comentada pela autora não redundava em uma consciência cidadã, mas revela deveres e prescrições morais, ambas fundadas em uma concepção de cidadania edificada “em negativo”, definindo os cidadãos por suas obrigações e enunciando o princípio da criminalização através da destituição de direitos de parte da população.

A submissão política apresenta-se como elemento definidor da pobreza, cujas raízes estão na formação de uma “cultura da dádiva” (SALES, 1994). Para Teresa Sales (1994) essa formação cultural se funda na reprodução das disparidades sociais, colaborando na manutenção das relações de mandonismo e subserviência, operando em sentido oposto às noções de direito e de cidadania. As interações estabelecidas pela concessão de dádivas são incompatíveis com a ideia de cidadão, na medida em que os direitos são somente concedidos e não conquistados, algo que revela uma contradição na prática política. A “cultura da dádiva” desse modo, substituiria os parâmetros básicos da cidadania e contribuiria para aprofundar as

desigualdades socioeconômicas, constituindo uma ordem na qual “ou bem se manda, ou bem se pede” (SALES, 1994, p. 29). A partir dessa formação cultural se expressa uma “cidadania concedida”, conformando a condição de não cidadão do homem pobre.

Os sujeitos marcados pela figura da pobreza só acenam para a vida política na medida em que se inserem em campos conflitivos, buscando ganhar visibilidade e legibilidade na cena pública, desestruturando os mundos pré-construídos que o fixam enquanto pobre. Para Vera Telles (1998) quando na voz desses indivíduos se enunciam novos mundos possíveis, que os deslocam dos lugares pré-definidos, inscrevendo a experiência da denegação de direitos e da injustiça na cena pública, é que eles podem se instituir como agentes de ação política, capazes de demandar e exigir. A reivindicação de direitos, desse ponto de vista, ultrapassa o campo das necessidades e dos interesses, formatando uma linguagem pública através da qual a atividade política é elaborada para revelar as desigualdades e ampliar o mundo comum.

5.5. Cidadania e comunicação: confluências

A articulação entre cidadania e os meios de comunicação de massa passa por duas dimensões: o conhecimento das formas de desenvolvimento da hegemonia e a construção dos sujeitos políticos nas sociedades atuais. Essa relação deve percorrer a edificação das formas de reconhecimento e atuação dos indivíduos em contextos mediados – enquanto público e produtor dos *media*, possuindo a capacidade de interferir no debate político. A ação cidadã implica a agência em todos os âmbitos do poder, inserindo-se na esfera de elaboração de regras – legais e sociais – instituídas e legitimadas. Os atores sociais, nesse contexto, devem demandar e propor direitos em âmbitos vinculados às suas experiências. Para tanto, é preciso que se apropriem dos instrumentos que possibilitem sua atuação e a constituição de demandas, dentre eles, a efetiva expressividade e comunicabilidade das questões que lhes concernem.

Os meios de comunicação podem ser considerados como espaços privilegiados de intercâmbio social, auxiliando na exibição dos reclamos advindos dos movimentos sociais. As informações transmitidas pela mídia sobre os sujeitos e a sociedade, para Maria Cristina Mata (2001, 2006), provê insumos para a reflexão e atuação política. De acordo com a autora, o espaço público construído pela cidadania é intercambiado com os *media*, vinculando as demandas coletivas às agendas midiáticas. Ainda que não se constitua como a única instância de reflexão, elaboração e visibilização dos requerimentos dos cidadãos, a comunicação de

massa possuiu uma magnitude e um estatuto particular: produz regulações discursivas que expressam, instauram e reproduzem práticas cotidianas.

De acordo com Cecília Peruzzo (2010) o direito à comunicação e seu exercício - que incluem o acesso à informação e a “comunicação participativa” - são conquistas dos direitos de cidadania e da democratização crescente da sociedade via lutas dos movimentos sociais. O poder e a possibilidade de se comunicar, como configurados pela cidadania, devem estar à serviço das comunidades. Dessa forma, a cidadania deve ser constituída para além dos direitos civis, políticos e sociais, apontando para sua dimensão comunicacional e abrangendo o universo da cultura. Os meios de comunicação podem se configurar, nesse contexto, como importantes ferramentas para promover o reconhecimento dos grupos minoritários, possibilitando a participação no processo comunicativo que edifica a realidade social. A ampliação da cidadania passa, necessariamente, pelo poder de comunicar e pelo direito de difusão de conteúdo em estratos da sociedade, abrindo “um caminho para o exercício da cidadania em sua dimensão cultural, que por sua vez se entrelaça nas lutas pela democratização das outras dimensões da cidadania, como econômica e política.” (PERUZZO, 2007, p. 17).

A crescente exibição de diversas ações políticas de reivindicação de direitos promove um enriquecimento e uma ampliação do debate em torno das demandas dos movimentos sociais, contribuindo para que esses sujeitos se constituam cidadãos. Esse alargamento da expressividade social torna possível a coletivização de interesses, necessidades e propostas, inscrevendo-os na trama das interações (MATA, 2006). A comunicação, portanto, põe em comum - tanto os significados socialmente instaurados, como as novas possibilidades de significações sociais; os mundos já edificados e os universos possíveis.

A mídia é uma matriz configuradora de identidades que atua como instância de estruturação da realidade e de visibilidade de demandas e de debates públicos, produzindo e organizando os sentidos em torno da vida social. A inserção de grupos minoritários nos *media* e a inclusão de suas reivindicações nesses espaços configuram um ambiente de tensões e conflitos, reelaborando as lógicas dos movimentos sociais. Nesse contexto surgem “estratégias e políticas de visibilidade midiática” (COGO, 2004) com o objetivo de inserir os sujeitos subalternizados, enfatizando suas identidades e suas particularidades culturais. As “micropolíticas cotidianas de visibilidade” (COGO, 2004) propõe a introdução de temáticas e

reivindicações tanto no nível material quanto simbólico, remodelando as lógicas de tratamento sobre grupos organizados.

O acesso aos *media* pode favorecer o avanço das questões sociais, inserindo a luta por direitos em diversas lógicas e modos de comunicação. Para Rousiley Maia (2009a) os atores da sociedade civil buscam visibilidade na mídia por pelo menos dois motivos: por um lado, para ter acesso à agenda midiática, com o objetivo de interferir na formulação e instauração de leis, nas decisões administrativas e na prestação de contas; de outro, a entrada na esfera da comunicação de massa permite que os sujeitos expressem suas reivindicações. “Para além da visibilidade e das ações estratégicas, torna-se importante entender os *media* também como uma arena discursiva, em que opiniões e argumentos são trocados e disputados.” (MAIA, 2009a, P. 113).

Como demonstra Rousiley Maia (2009a, 2009b), ter participação e visibilidade nos meios de comunicação não transcorre de modo linear e de fácil realização. Para que determinados grupos consigam inscrever suas demandas na agenda midiática, devem se engajar em processos competitivos pelo acesso aos enquadramentos das mensagens e das imagens. Obtendo sucesso, esses sujeitos podem alcançar os recursos e as oportunidades para inserir e definir seus direitos publicamente, abarcando uma ampla audiência – podendo até mesmo influenciar nas diversas esferas políticas/culturais, uma vez que “os *media* contribuem para inserir temas na agenda pública, para configurar a percepção que os cidadãos têm das questões-chave da política” (MAIA, 2009a, p. 91).

Desse modo, é preciso perceber de que maneira os cidadãos se tornam visíveis no espaço público da mídia, atendo-se às possibilidades e aos entraves de exercício da cidadania. Para Rousiley Maia (2009a, 2009b) os *media* apresentam vários obstáculos para a inscrição dos sujeitos e de suas demandas, uma vez que existe uma restrição da quantidade de notícias e de temáticas que podem aparecer nos veículos que, na maioria das vezes, preferem as falas formais e as políticas institucionais. Cada meio possui “um *modus operandi* específico, e os profissionais da mídia selecionam tópicos, constroem narrativas, editam e agenciam vozes dos atores sociais nos textos midiáticos.” (MAIA, 2009a, p. 92). Além disso, os enquadramentos também promovem limitações, já que, ao abrir espaço para um conjunto de questões e expressões, acabam por excluir do quadro outras. Ainda é preciso considerar que algumas demandas são de difícil tematização e não se encaixam facilmente nas lógicas midiáticas.

Desse modo, indivíduos devem formular práticas de negociação permanente com as instituições midiáticas, a fim de participar no processo de produção das mensagens.

Ao responder como somos cidadão nos meios de comunicação, Maria Cristina Mata (2006) aponta que a mídia possuiu mecanismos de representação próprios, enquadrando os sujeitos dentro de tipos previamente definidos, formatando “regulações discursivas que expressam, instauram e reproduzem regulações sociais” (MATA, 2006, p. 8, tradução do autor). Para a autora há três formas previamente definidas para nomear os atores sociais nos *media*: como sujeitos de necessidades, como sujeitos de demandas e como sujeitos de decisões. A primeira forma se refere aos modos emblemáticos de se apresentar a crescente situação de pobreza e marginalização, mostrando indivíduos indefesos e carentes. Nesse movimento são formatados os não cidadãos, aqueles que não mais possuem direitos. A segunda forma diz respeito às organizações que reclamam direitos através de mobilizações de caráter amplo. Elas expõem os indivíduos como participantes de projetos coletivos, projetos em que seus interesses são expressos. São configurados como cidadãos aqueles que manifestam atenção aos assuntos públicos e possuem opinião sobre os mesmos. A última forma de mostrar a capacidade de tomar decisão política, se expressa na figura do eleitor. Esses atores sociais aparecem em momentos eleitorais através de entrevistas ou pesquisas de opinião. A autora conclui que

Se os *sujeitos de necessidade* estão nos meios como demonstração de marginalização da vida em comum constituída por deveres e direitos, se os *sujeitos de demanda* visibilizam a caducidade ou debilidade de anteriores formas de política de representação, os *sujeitos de decisão* constituem o modelo mediático da democracia: que se institui com o voto individual, com a escolha da intimidade caseira através do uso de um dispositivo técnico ou a interpelação igualmente técnica que produzem as pesquisas de opinião sobre variadas questões de caráter público (MATA, 2006, p. 10, tradução do autor).

Outro fator problemático para o exercício da cidadania nos *media* é o discurso criado por eles sobre suas funções públicas. Como demonstra Maria Mata (2006), a mídia assume o lugar de coletivização dos conhecimentos e dos mecanismos para a atuação política e, também, como espaço privilegiado de vigilância dos setores administrativos da sociedade. Afirmam, por meio desse discurso, que estar à margem de suas mensagens e práticas contribui para o desconhecimento das questões e das demandas sociais.

Todos esses fatores – os que barram e os que permitem a prática cidadã – demonstram a necessidade de assumir a verdadeira tensão que constitui a relação entre comunicação massiva e cidadania em termos políticos e sociais. É preciso reconhecer os diferentes níveis e

esferas de instauração da cidadania no campo da comunicação, tendo em vista as desigualdades de acesso, as tensões com os setores detentores de poder e os formatos e procedimentos midiáticos.

Maria Cristina Mata (2006) apresenta o conceito de cidadania comunicativa como uma ferramenta de entrada nos produtos e mensagens midiáticas, a fim de entender como a dinâmica social e as lutas por direitos são inscritas na esfera dos meios, e quais são as possibilidades de práticas cidadãs na mídia. Esse conceito diz respeito à garantia dos direitos no campo comunicacional, no terreno cultural e discursivo, apontando como os atores se expressam publicamente em múltiplas esferas da realidade e colocando em comum suas reivindicações. “A noção de cidadania comunicativa se refere necessariamente aos direitos civis – a liberdade de expressão, o direito à informação, a possibilidade de exigir a publicização de assuntos públicos” (MATA, 2006, p. 13, tradução do autor). Para a autora, a ideia reconhece a capacidade dos sujeitos de criarem suas próprias demandas a partir de suas experiências, inscrevendo-os no terreno da comunicação pública para debater e discutir seus direitos.

A cidadania comunicativa, como afirma Maria Cristina Mata (2006), apresenta quatro tipos de existência: a formal, a reconhecida, a exercida e a ideal. A primeira é representada pelos indivíduos que possuem direitos consagrados no campo jurídico, político e da comunicação de massa. A segunda diz respeito aos sujeitos que conhecem e experimentam determinados problemas sociais e são reconhecidos como capazes de reclamar direitos. A terceira se refere aos atores que se engajam em práticas reivindicatórias para exigir a vigência ou a ampliação dos direitos. A quarta é denominada de cidadania comunicativa ideal, e representa a construção de uma meta a ser alcançada a partir de uma expectativa de transformação social, desenvolvida juntamente aos processos de democratização da sociedade.

Para Maria Cristina Mata (2006) são essas diferentes formas da cidadania comunicativa que devem ser olhadas para responder às indagações sobre a prática cidadã em meios de massa. Para a autora, os cidadãos são fruto de atividades políticas situada em um terreno de conflitos sociais, atividades essa acionada por atores que buscam obter e ampliar seus direitos, tornando-os visíveis e legítimos no debate público dos *media*. Além disso, é preciso ter atenção para as regulações comunicativas vigentes - do ponto de vista da

instituição midiática, das interações estabelecidas entre atores e mídia, das lógicas informativas dominantes e das representações dos indivíduos.

Essa configuração teórica torna possível a compreensão da relevância que as interações estabelecidas na esfera da mídia possuem, sendo importantes motores para a cidadania e a ação política dos sujeitos. No caso selecionado para o presente estudo, a conformação das interlocuções no programa *Aglomerado* demonstra como os sujeitos moradores de favela, que sempre foram representados como marginalizados - vistos pela lente da exclusão social, da pobreza e do crime -, estão empreendendo esforços para o exercício legítimo de sua cidadania pela via dos meios de comunicação, acionando estratégias de visibilidade e de construção de demandas acerca de sua vida cotidiana. Destarte, por meio das trocas comunicativas esses indivíduos subalternizados buscam construir uma narrativa sobre suas vivências, tentando revelar o cotidiano da favela para além das características mais conhecidas, e, na esteira, exigindo respeito e reconhecimento.

6. A organização política do debate sobre a cidadania

A organização política do debate se refere às instâncias acionadas pelo programa para poder pautar e discutir as questões relacionadas à cidadania dos moradores de periferia. Ela é uma importante instância reguladora do *Aglomerado*, algumas vezes colaborando e outras impedindo o desenvolvimento de argumentações plurais. Revelar os mecanismos que são utilizados para ordenar a discussão política – a visibilidade da cultura da periferia, o debate e a reivindicação de direitos – é essencial, na medida em que é através deles que se pode perceber como as condições imprescindíveis para o habitante de favela ser cidadão são construídas.

6.1. Visibilidade da cultura dos moradores de periferia

O primeiro elemento mobilizado pelo programa para proporcionar o debate político na mídia é a visibilidade da cultura e dos modos de vida dos habitantes das favelas. Desse modo, é possível afirmar que *Aglomerado* insere a vida na periferia em um espaço de visibilidade ampliado – na medida em que ele é um projeto da Central Única das Periferias (CUFA). Reconhece-se que essa dimensão não é o único fator que colabora para produção do debate sobre a cidadania, mas se conforma como primeiro passo para que a argumentação e as reivindicações de direitos possam surgir. O objetivo do programa expõe a dinâmica que ele segue: “mostrar a cultura que está nas ruas” (TRECHO extraído do site oficial do *Aglomerado*). Em uma primeira aproximação, nota-se que o *Aglomerado* se inscreve, sobretudo, no terreno de apresentação dos problemas sociais e da cultura da periferia: os diversos quadros expõem projetos sociais, seus fundadores e participantes, revelando como as propostas se iniciaram e se desenvolvem nos subúrbios.

No Episódio 1, no quadro “Guerreiros e Guerreiras”, é apresentada a iniciativa de Antônio Veríssimo, criador do projeto Teatro da Laje que tem como objetivo oferecer a formação de ator/atriz para os moradores de periferia. Localizado na Vila Cruzeiro, Rio de Janeiro, o Teatro da Laje assumiu como desafio “provar que era possível fazer teatro de qualidade, buscar uma linguagem teatral na favela, que dialogasse em pé de igualdade com o que se fazia na zona sul” (TRECHO extraído do Episódio 1 do programa, exibido em 13/08/2011). Em meio as imagens dos ensaios do grupo, o idealizador do projeto comenta os desafios para a implementação de um grupo de teatro na Vila Cruzeiro (favela carioca) e as dificuldades para que as peças produzidas ocupassem outros espaços urbanos (FIG. 28 e 29).



Figura 28: ensaio do grupo do Teatro da Laje



Figura 29: ensaio do grupo do Teatro da Laje

No Episódio 2, no quadro “Fácil é falar de mim, difícil é ser eu”, a temática do funk reaparece através da figura da Taty, “a princesa”. Na entrevista com a cantora a tentativa é mostrar as controvérsias relacionadas ao estilo musical e a presença das mulheres nesse ramo. A funkeira inicia a entrevista declarando que “o funk começou com o estigma de que funk era violento e depois quando começaram a aparecer as mulheres no funk, ai passou a se achar que o funk é só isso né, é a popozuda, são as popozudas do funk” (TRECHO extraído do Episódio 2 do programa, exibido em 11/06/2011). A partir disso, ela comenta o desenvolvimento de sua carreira e afirma que esse é um ritmo democrático, independente da localidade do show – área nobre ou subúrbio – todos “curtem do mesmo jeito” (TRECHO extraído do Episódio 2 do programa, exibido em 11/06/2011).

No quadro “Boa da noite” a intenção é apresentar a roda de Freestyle que acontece todas as terças-feiras na Rua Farani, no Rio de Janeiro. Nega Gizza expõe o movimento cultural dizendo: “me deram um papo que toda terça-feira na Rua Farani rola uma roda de Freestyle, uma galera jovem, alternativa e independente” (TRECHO extraído do Episódio 2 do programa, exibido em 11/06/2011). O conjunto de pessoas na praça se reúne em pequenos grupos e começam os freestyles – rimas improvisadas que vão sendo construídas por cada sujeito presente (FIG. 30 e 31).



Figura 30: roda de *Freestyle*



Figura 31: roda de *Freestyle*

A apresentadora, a fim de divulgar os objetivos do movimento cultural, entrevista Airá Ocrespo (participante da roda de Freestyle), perguntando-o sobre a organização do evento: “Eu acho que isso daí acaba sendo um fenômeno cultural sabe, tipo, vem uma rapaziada da localidade, mas de várias partes da cidade e todo mundo com o intuito de escutar a rima, de fazer contato” (TRECHO extraído do Episódio 2 do programa, exibido em 11/06/2011).

Na segunda temporada do programa existe a tentativa de inserir em alguns episódios as atividades culturais e os movimentos artísticos desenvolvidos na e para a periferia em conjunção a outras iniciativas que estão espalhadas pela cidade. Além disso, antes da abertura do programa dois moradores de favela, Kelly e Vidigal de Madureira, encenam uma situação que tem relação direta com o tema do programa: no Episódio 3 Vidigal e Kelly se encontram no viaduto do *Agglomerado* e conversam sobre a carreira artística de Vidigal de Bboy (dançarino de *break dance*) que está em fase inicial. No diálogo dos dois é possível perceber que o tema da edição é abrangente, considerando arte qualquer forma de expressão cultural. No Episódio 4 a cena é sobre uma situação cotidiana de racismo: Vidigal está parado na rua e percebe que o homem do seu lado esconde o celular quando o vê. Kelly chega e eles começam a discutir sobre racismo e as diversas situações em que o negro sofre preconceito – no shopping, na rua, nos transportes públicos, etc. Esses esquetes são também uma forma de publicizar a arte desenvolvida nos subúrbios, criando um espaço dentro do programa para que ela seja vista e reconhecida.

No Episódio 3, que trata da arte no cotidiano, a iniciativa de Lia Rodrigues e seus parceiros, fundando o Centro de Artes da Maré, é exibida juntamente com o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, buscando mostrar que os dois ambientes são semelhantes em sua intenção. Entretanto, o poder transformador do Centro da Maré é enfatizado. Percebe-se essa dimensão pela fala de Lia Rodrigues:

Como é que um projeto de arte contemporânea pode ou deve, ou vai inventar um jeito de dialogar com o projeto social? Que é importante que a gente abra a possibilidade de um jovem, por exemplo, aqui da comunidade ele possa ter contato com esse tipo de arte, com a dança contemporânea, com outros tipos de dança (TRECHO extraído do Episódio 3 do programa, exibido em 09/11/2013).

A co-fundadora do centro completa dizendo que é muito importante “sensibilizar o público da Maré a vir assistir os espetáculos, ao mesmo tempo sensibilizar o público da zona sul que é importante que exista um lugar pras artes, que abrigue as artes aqui dentro.” (TRECHO extraído do Episódio 3 do programa, exibido em 09/11/2013). A importância do Centro é reforçada pelo seu caráter de projeto social e está no cerne da matéria exibida no

programa para demonstrar a importância de levar a arte – as artes plásticas, o teatro, a dança contemporânea, etc – para as regiões periféricas como forma de instrução e de emancipação dos sujeitos que habitam esses locais.

No quadro “Guerreiros e Guerreiras” do Episódio 3 é apresentado o projeto de Almir Haddad, diretor e roteirista de teatro, que consiste em apresentar peças no espaço público urbano. O grupo “Tá na rua” nasceu com o objetivo de mostrar que a arte é pública e que seu acesso deve ser democratizado, rompendo com a noção de alta e baixa cultura que fundamentou a produção de teatros e de outras formas de expressão artística. Segundo o fundador do grupo “ali, nesse encontro com o povo na rua, é que eu comecei a desenvolver muito lentamente essa ideia de que o teatro é uma arte pública, de que a arte é pública” (TRECHO extraído do Episódio 3 do programa, exibido em 09/11/2013) e completa comentando que “É a arte que não se vende, uma arte que não se compra, é uma doação” (TRECHO extraído do Episódio 3 do programa, exibido em 09/11/2013). Além disso, a arte nesse quadro é tratada como um direito de cidadania e, por isso, é preciso que chegue a todas as regiões da cidade. Para Almir Haddad

atuar não é o privilégio de uma pessoa, é um direito da cidadania, é o direito de viver muitos papéis, o direito de entrar em contato com a sua sensibilidade, é o direito de entrar em contato com a sua possibilidade de atuar sobre o mundo, transformar o mundo, é o direito de você se expressar não é, e isso não deveria ser privilégio de uns poucos, deveria ser o direito do cidadão, é obrigatório. (TRECHO extraído do Episódio 3 do programa, exibido em 09/11/2013).

No palco é convidado o “Teatro de Anônimos” para fazer uma apresentação e contar sua história na arte circense. Eles apresentam um número com palhaços, permeado por diversos instrumentos musicais tocados pelos atores. A apresentadora pergunta o que é o “Teatro de Anônimo” e João Artigos, um dos integrantes do grupo, responde que “‘Teatro de Anônimo’ é um grupo que tem vinte e seis anos de existência, que nasceu aqui no Méier formado por vários jovens suburbanos” e que se iniciou “a partir da experiência no colégio estadual Visconde de Cairú no Méier, e aí a gente começou a fazer teatro. Começou de brincadeira e o negócio foi ficando sério, sério, sério, e aí estamos aqui até hoje.” (TRECHOS extraídos do Episódio 3 do programa, exibido em 09/11/2013). Na finalização de sua participação no programa, MV Bill agradece a presença e a existência dos artistas e parabeniza sua trajetória de luta.

No quadro “De Boa” do Episódio 3 Nega Gizza vai ao Parque de Madureira para mostrar como o espaço é utilizado pela população, abrigando diversas tribos e atividades

culturais e de lazer. A apresentadora entrevista os frequentadores na tentativa de saber o que eles acham do parque. As imagens do lugar são exibidas enquanto as opiniões dos visitantes vão sendo reveladas. Georgina da Silva assevera que o Parque de Madureira é “Maravilhoso. Nós temos que dar valor né à nossa comunidade, ao nosso bairro né. E a hora foi essa. Sabe por que eu vim? Pra desestressar mesmo. Tava estressada em casa, ah, vou pra Madureira.” (TRECHO extraído do Episódio 3 do programa, exibido em 09/11/2013). Sarah Ramos comenta sobre o ambiente e a convivência entre diferentes tipos de indivíduos: “As pessoas são tranquilas, cada um faz sua identidade, cada um com a sua individualidade. Ali tem um grupo de jovens, roqueiros. Aqui tem um grupo de crianças, mas ali tem um grupo de idosos. Assim, vários grupos convivendo na mesma área de uma forma bem harmônica.” (TRECHO extraído do Episódio 3 do programa, exibido em 09/11/2013). A matéria é finalizada com Nega Gizza reforçando a importância de ter na cidade um espaço aberto para a cultura, o esporte e o lazer.

No Episódio 4, por sua vez, todas as matérias que pretendem mostrar iniciativas culturais estão em relação direta com a periferia. No quadro “Guerreiros e Guerreiras” é apresentado João Jorge, presidente do Olodum. Enquadrado como “ativista simbólico”, o personagem dessa matéria representa o “empoderamento” dos negros e dos moradores de favela permitido por meio do acesso a um projeto cultural e social – o Olodum. De acordo com o presidente

O crescimento do Olodum é um exemplo poderoso, eu chamo de ativismo simbólico. O poder simbólico é quando você exerce um poder de influenciar nas ideias, na sociedade, nos conceitos, nas roupas, nos costumes, nos hábitos e, ao mesmo tempo, liderar uma filosofia de transição da sociedade. (TRECHO extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013).

A exposição de projetos sociais, de movimentos culturais autônomos e até mesmo de indivíduos que são protagonistas em determinados setores da vida na periferia realça as diversas iniciativas que surgem dentro e fora das favelas, revelando uma vida cultural ampla e em constante desenvolvimento. A proposta de divulgar esses trabalhos demonstra como o cotidiano nos morros se desvencilha das questões de violência ou de carência material e social, revelando o protagonismo dos sujeitos moradores de favela em várias esferas da vida cultural. A visibilidade que esses projetos têm na televisão por meio do programa *Aglomerado* compõe um elemento informativo, revelando outros modos de perceber as vivências no subúrbio.

6.2. A dimensão do debate

Como já foi exposto, exercer a cidadania no âmbito da comunicação requer que as demandas não se inscrevam apenas no terreno da publicização, mas que elas entrem em uma trama complexa de discursos que permita o debate tendo em vista a realidade social na qual ele toma corpo. Mas para que as discussões na mídia possam ocorrer, é necessário disputar um espaço na grade de programação e na agenda dos meios. Além disso, é preciso que os indivíduos assumam a palavra: que eles possam se expressar como interlocutores legitimados, através da criação de seus próprios discursos.

Nesse contexto, é notável a dificuldade de se inserir determinados temas e questões nas agendas midiáticas. Nem todos os sujeitos têm acesso aos meios de comunicação e, muitos deles estão em uma posição de subalternidade perante as vozes oficiais. A sociedade brasileira, de acordo com Vera Telles (1993, 1998), é composta por regras de sociabilidade hierárquica, impedindo a reciprocidade entre os indivíduos e desqualificando os pobres – impossibilitando que a cidadania seja uma realidade para toda a população. Para a autora, a pobreza não está apenas relacionada à carência de bens materiais, mas a uma perda de status simbólico de cidadão, promovendo a invisibilidade e obstruindo sua capacidade de construir discursos autênticos.

A pobreza é uma das características atribuída aos moradores de favela, desvalorizando-os simbolicamente e os impedindo de construir suas próprias demandas (ZALUAR e ALVITO, 2003). Mesmo na mídia, as comunidades periféricas frequentemente foram alvo de enquadramentos da pobreza, do risco e da violência (VAZ *et al.*, 2011). Entretanto, para Simone Rocha (2006) o contexto contemporâneo de produção midiática está cada vez mais tematizando conflitos e questões de cunho cultural, promovendo a visibilidade de temas como preconceito e diferença, e permitindo que outros estratos da sociedade se vejam nos meios de comunicação. Diversos gêneros midiáticos – telenovelas, séries, programas de auditório - estão apresentando novos assuntos e temáticas¹⁷, permitindo a promoção de reflexão acerca da experiência dos sujeitos subalternizados (ROCHA, 2006).

O programa *Aglomerado* se insere nesse cenário de visibilidade alargada das questões sociais atinentes aos sujeitos moradores de favela, se propondo a debater temas atuais,

¹⁷ Alguns exemplos dessas produções são: Cidade dos Homens (Rede Globo, 2002), Subúrbia (Rede Globo, 2012), Salve Jorge (Rede Globo, 2012), Vidas Opostas (Record, 2006), Conexões Urbanas (Multishow, 2010), Central da Periferia (Rede Globo, 2006), Esquenta (Rede Globo, 2012), Manos e Minas (TV Cultura, 2008), dentre outros.

misturando morro e asfalto – revelando que ambos partilham de realidades que se interconectam e que são, muitas vezes, semelhantes. As possibilidades de publicização de projetos sociais e das características culturais do subúrbio são evidenciadas no programa, entretanto, isso não garante a construção de uma discussão que aponte as diversas facetas dos problemas em questão. É preciso investigar em que medida *Aglomerado* edifica um “arena discursiva” (MAIA, 2009a): um espaço em que várias argumentações são expostas e confrontadas, buscando, como conclusão, uma visada plural dos temas discutidos. Esse é um ponto central na análise, principalmente tendo em vista que o programa não pretende somente mostrar a periferia e suas expressões, mas relacionar subúrbio e centro, dissolvendo as dicotomias estabelecidas entre esses dois espaços.

No Episódio 2 da primeira temporada a intenção é pautar assuntos relativos ao funk e à cultura da periferia. No palco Fernanda Abreu e os apresentadores discutem junto com a plateia o preconceito em relação ao funk, e a cantora relativiza dizendo que as músicas precisam se desvencilhar do sexo e da apologia à violência. Em seguida, MV Bill introduz o quadro “Fácil é falar de mim, difícil é ser eu” comentando: “Dizem que elas são promíscuas, não se dão o valor, mas aqui no programa *Aglomerado* elas têm voz e podem se defender.” (TRECHO extraído do Episódio 2 do programa, exibido em 11/06/2011). A matéria inicia com uma imagem do cotidiano da favela, situando o lugar de pertencimento do funk, e a trilha sonora é a música da funkeira Taty Princesa.

Alguns momentos apresentados nesse vídeo demonstram a inserção de diversas opiniões e o embate de argumentações. No quadro “Fácil é falar de mim, difícil é ser eu” do Episódio 2, o programa interrompe a fala da funkeira Taty com um momento de povo-fala, discutindo a vulgarização da mulher no funk. As respostas colhidas na rua exemplificam o preconceito sofrido pelas cantoras do estilo musical: a maioria das pessoas entrevistadas reafirma o estereótipo das “popozudas que usam roupas muito coladas e muito curtas” (TRECHO extraído do Episódio 2 do programa, exibido em 11/06/2011), sempre em poses provocantes e dançando coreografias que remetem ao sexo. A resposta de Taty apresenta novos argumentos a essa discussão:

Eu acho que a vulgaridade tá em tudo né, tá no olhar da mulher, tá no jeito que a mulher se porta, em como a mulher fala. Eu acho que a funkeira agora resta esse desafio, poder mostrar que, não precisa né ser só o bundão (...). O funk é um ritmo e tem que ser encarado como outro qualquer, como um dia foi o samba. Acho que o samba antes tinha essa imagem meio estigmatizada né. Então, acho que um dia o funk vai ser encarado assim, como um ritmo bacana, gostoso. E porque não

advogados, médicos, psicólogos serem funkeiros também né. (TRECHO extraído do Episódio 2 do programa, exibido em 11/06/2011).

No Episódio 1, na entrevista realizada com Adriana Rattes (Secretária da Cultura do Rio de Janeiro há época de exibição do capítulo) e MC Leonardo (fundador da Associação Nacional do Funk – APAFUNK) desponta a intenção de debater o valor cultural do funk. Nega Gizza chama o quadro de entrevista perguntando “Funk é cultura?” e secretária responde: “Evidentemente que o funk é cultura, assim como o samba é cultura e há um século atrás talvez agente tivesse que fazer a mesma pergunta sobre isso.” (TRECHO extraído do Episódio 1 do programa, exibido em 13/08/2011). Em seguida, MC Leonardo reafirma o valor cultural do estilo musical e reforça que existe um grande preconceito com a música funk:

Como toda e qualquer cultura do mundo que veio da periferia e da negritude vai sofrer algum tipo de repressão. O que agente faz agora, agente dá esse grito de alerta agora pras autoridades, é que nós somos produtores de cultura, nós promovemos cultura, nós consumimos cultura, nós divulgamos cultura e nós temos direitos garantidos pela constituição. (TRECHO extraído do Episódio 1 do programa, exibido em 13/08/2011).

MC Leonardo afirma que, apesar de o funk ser uma realidade no Brasil, a discriminação marca os sujeitos que cantam, dançam e frequentam os bailes. O entrevistado lança uma pergunta em tom de desafio, tentando legitimar as opiniões expostas: “O que que é ser criminoso né? Pela maneira que você veste né? O preconceito linguístico ele passa a ser o segundo maior preconceito. O primeiro é o preconceito estético mesmo. Que sociedade é essa?” (TRECHO extraído do Episódio 1 do programa, exibido em 13/08/2011). E conclui dizendo: “Eu acho que tentando acabar com a perseguição, e tendo sucesso nisso, nós vamos acabar com o preconceito.” (TRECHO extraído do Episódio 1 do programa, exibido em 13/08/2011).

Através da aparição desses assuntos e da exposição de argumentos diversificados, o programa insere as várias motivações, as polêmicas e os diversos pretextos que ancoram o debate. Nos quadros gravados é possível ver a tentativa do *Aglomerado* de construir um discurso que motive e fomente as discussões reveladas no palco. Entretanto, tais debates apenas reforçam os temas e os enquadramentos já abordados, acentuando a necessidade de manter todos os sujeitos no programa dentro da comunidade embasada na mediação da favela. Com esse recurso é reafirmada a intenção de discutir a vida na periferia e vê-la através das lentes dos sujeitos que estão inseridos nela ou daqueles que possuem uma estreita proximidade com a favela e suas questões socioculturais. Novamente, o debate se edifica

através de relações calcadas na proximidade e na familiaridade, assumindo o subúrbio como o lugar simbólico que perpassa a fala e a figuração dos sujeitos no programa: a discussão deve ocorrer entre o “nós” e não com “eles”.

Nas entrevistas no palco o debate é atenuado: os convidados, na medida em que expõem seus argumentos sobre os diversos assuntos acionados pelos apresentadores, não são questionados ou interrompidos para que novas opiniões tenham espaço na conversa. Os apresentadores e a plateia frequentemente corroboram com as opiniões expressas por eles - na maioria das vezes através das palmas. Como apontado anteriormente, a periferia é central para os proferimentos e para as relações instituídas. Na medida em que a interação é baseada na proximidade e familiaridade, ela se insere em um universo comum onde todos partilham da mesma opinião, já que todos estão incluídos em uma comunidade simbólica daqueles que conhecem o cotidiano da favela.

É preciso assinalar que, apesar de nos quadros serem expostas diferentes opiniões sobre os assuntos em pauta, o programa organiza as falas em momentos nos quais há uma continuidade de argumentações entre o que é dito no palco e nas entrevistas gravadas – geralmente após um tema com enquadramento análogo ter aparecido na conversa com os cantores convidados.

Retomando o Episódio 1 da primeira temporada percebe-se que, no palco, está acontecendo uma conversa com os grupos de funk sobre preconceito, tratado como ilegítimo e injusto, na tentativa de valorizar o estilo musical e situá-lo como uma expressão cultural – nesse momento, o apresentador interage com a plateia, perguntando se eles já foram impedidos de frequentar bailes e presenciaram a discriminação no funk. Em seguida, são inseridas as afirmações de Adriana Rattes e MC Leonardo, certificando que funk é cultura e denunciando as diversas formas de intolerância em relação aos funkeiros. Essa matéria também está em consonância com todas as conversas desenvolvidas com os convidados, que buscaram enaltecer e mostra o funk como um estilo musical legítimo.

Se a proposta do *Aglomerado* fosse apenas tornar visível a cultura e as questões que envolvem as favelas, essa configuração estaria em consonância com os objetivos. Entretanto, o programa anuncia como finalidade promover um debate que seja pautado por diversas argumentações, principalmente porque ele pretende mostrar que periferia e centro devem se aproximar. Apesar de nos quadros existirem algumas opiniões controversas, elas são obscurecidas por aquelas que reafirmam o enquadramento já construído para o tema. Como

exemplo é resgatado o quadro “Fácil falar de mim, difícil é ser eu” do Episódio 2. O primeiro elemento que revela a continuidade das falas é a referência geográfica apresentada: o funk é considerado no *Aglomerado* como uma expressão cultural da favela – como é possível atestar nas entrevistas no palco. Ainda que Taty Princesa more na zona sul da cidade do Rio de Janeiro e seja de classe média (com formação superior e pós-graduação), as imagens no início do quadro são de periferias (FIGs. 32 e 33). Porque seria necessário trazer o subúrbio como referência se a entrevistada nem mora nesse lugar? Se o objetivo era mostrar que o funk extravasou barreiras sociais, então melhor seria enfatizar que a cantora vem de uma realidade totalmente diferente da dos subúrbios.



Figura 32: Imagem da favela abertura entrevista Taty Princesa Figura 33: Imagem da favela abertura entrevista Taty Princesa

Além disso, o quadro no qual Taty Princesa é entrevistada está situado em seguida da fala de Fernanda Abreu, que enfatiza a necessidade de romper com o preconceito em relação ao funk e que o estilo musical deve ser encarado como igual aos outros. A funkeira expõe argumentação similar, dizendo que o samba presenciou a mesma realidade do funk, mas foi sendo valorizado ao longo dos anos. Em outro momento é possível perceber a contiguidade de opiniões: Fernanda Abreu relativiza as letras dos funks e as roupas das mulheres no baile, afirmando “Gente, shortinho e duplo sentido tá até light né. Enquanto era duplo sentido era bacana porque faz parte da marchinha de carnaval, do forró. Tem um lance na música brasileira que tem um duplo sentido de humor.” (TRECHO extraído do Episódio 2 do programa, exibido em 11/06/2011). Nos discursos de Taty Princesa, que aparecem logo em seguida, é retomada a necessidade de outros assuntos, e ela mesma diz que “Claro que existe a coisa da música de duplo sentido. Claro que existem músicas que fazem apologia ao sexo. Outras que fazem apologia à droga. São públicos diferentes.” (TRECHO extraído do Episódio 2 do programa, exibido em 11/06/2011). Mesmo que haja relativizações, o funk é valorizado, não aparecendo argumentos contrários à linha de raciocínio pretendida. Considera-se esse fato

problemático na medida em que o objetivo do *Aglomerado* é o debate – a edificação de uma arena discursiva que permita “aglomerar” morro e asfalto -, tornando necessário confrontar também as opiniões contrárias ao funk, inserindo suas motivações.

A segunda temporada, por sua vez, é centrada no debate temático, sempre remetendo aos tópicos que possuem relação com as periferias e seus habitantes. No Episódio 4, focado no racismo, a questão das cotas é discutida, enfatizando a oportunidade que vários negros e pobres passaram a ter de ingressarem nas universidades por meio desse sistema. MV Bill e Nega Gizza apresentam o quadro dizendo que as cotas são uma forma de reparação para os negros, sendo compreendida como uma chance de mudança de vida por meio da universidade.

MV Bill: Sem dúvida nenhuma, um dos marcos da luta do povo negro contra o racismo e as desigualdades sociais foi a conquista das cotas nas universidades públicas.

Nega Gizza: Ações afirmativas favorecem alguém que foi historicamente discriminado. É a tão falada reparação. Quando a gente erra, às vezes não basta pedir desculpas, temos que tentar reparar os erros, não é?

MV Bill: Isso aí Nega Gizza. E os contrários a política de cotas afirmam que com as cotas o nível das universidades pode cair. Será que as cotas raciais estão dando certo? Essa é uma pergunta que a gente se faz a todo momento. Então se liga na nossa matéria aí, que é bem especial e você vai poder tirar suas próprias conclusões. (TRECHO extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013).

Nesse quadro são convidados o diretor do curso de direito da UERJ na época da exibição desse programa (Carlos Eduardo), um sociólogo (Jailson Silva), e um estudante cotista (Jefferson de Barros), para debater o tema. Nas palavras de Carlos Eduardo “a primeira dificuldade que se teve foi um conservadorismo, que houve na ideia de que não deveria haver a reserva de cota em nenhuma universidade.” (TRECHO extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013). O professor complementa afirmando que a implementação das cotas foi uma conquista da Universidade, que passou a abrigar um corpo discente mais plural e inclusivo. A fala do diretor é entrecortada por Jefferson de Barros, aluno cotista, que enfatiza a importância das cotas para permitir o acesso às Universidades a quem antes não tinha possibilidade de fazer um curso superior. Para ele, “o sistema de cotas é muito importante porque, enfim, isso tem garantido o acesso as faculdades, o acesso as universidades pra muita gente que nem sequer sonhava” (TRECHO extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013).

A matéria promove a relação entre cotas, racismo e periferia por meio da fala do sociólogo Jailson Silva, que assevera: “O racismo é um dado fundamental pra entender a desigualdade social brasileira, pra entender as estigmatizações de uma parcela significativa da

população, pra entender a falta de investimentos públicos nas favelas.”. Segundo ele as cotas são uma condição para a “democratização das universidades” e “o imperativo para construir uma sociedade mais igualitária” (TRECHOS extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013). Prosseguindo com a mesma linha argumentativa que permeou a matéria os apresentadores encerram o bloco dizendo:

MV Bill: Eu acho que as cotas além de dar um acesso pra quem tá querendo entrar na universidade agora, eu acho que ela traz também, elas trazem também uma discussão muito importante sobre a questão racial, talvez de um jeito que nunca se viu no nosso país. Eu acho que isso por si só já é muito bom. E aqui no nosso programa a gente tem esse papel né, de colaborar com essa discussão, com essa reflexão né, e fazer com que as relações fiquem cada vez melhores, afina de contas a gente vive num país multirracial que é o nosso Brasil, né não Nega Gizza?

Nega Gizza: É, e a gente discutindo a gente abre a nossa cabeça, ajuda também a mudar as leis né que é onde tá o foco do problema. (TRECHO extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013).

Pelas falas exibidas acima é possível perceber que a discussão, que deveria apontar os avanços e as dificuldades das cotas como afirmaram os apresentadores na fala de abertura e encerramento da matéria, se mantém afirmando a necessidade e a promoção da justiça por meio desse sistema que inclui aqueles que antes estavam impossibilitados de ingressar nas universidades. Segundo Nega Gizza, nessa edição “Teremos uma matéria polêmica sobre as cotas nas universidades públicas, nem todo mundo concorda, e você?” (TRECHO extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013), mas nenhuma questão controversa é pautada. As argumentações contrárias, que dizem respeito aos problemas e às consequências das cotas, nem sequer aparecem no programa. MV Bill e Nega Gizza apresentam o quadro dizendo que através dele os telespectadores poderão “tirar suas próprias conclusões” (TRECHO extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013), entretanto não há a exposição de diversas opiniões que ajudariam a balizar a questão.

O debate sobre o racismo também é fomentado no palco, e a posição nós *versus* eles (negros *versus* brancos; moradores de periferia *versus* habitantes da cidade) é estabelecida, e os convidados enfatizam a disseminação do preconceito racial no país, que estaria estreitamente relacionado à discriminação social (dos moradores de favela), e apontava para a necessidade de reverter a situação do negro no Brasil. Os apresentadores lançam uma pergunta sobre quais seriam as propostas viáveis para transformar o quadro do racismo. O primeiro convidado a responder é MC Sapão, que inicia sua fala enfatizando que as pessoas de classe média que vivem na cidade encaram e confrontam os negros quando eles possuem carros ou outros bens materiais caros, e que esse é um fato cotidiano.

Na conversa com o grupo Carrossel de Emoções, quando MV Bill faz uma pergunta sobre o racismo, ele prontamente se dirige para um dos integrantes negros do grupo, demonstrando que a discussão deve ser fundamentada por quem sofre com a discriminação e com o racismo: “Legal cara, e você cara, você no meio desse bagulho todo, que já leva esse funk já na sua veia, carregando no peito (...)” (TRECHO extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2014). Ainda que os negros, no caso do racismo, sejam os interlocutores privilegiados na medida em que sofrem o preconceito, é preciso, se se intenciona em fundamentar uma arena discursiva, levar em consideração a opinião de todos os presentes, ainda que elas não acompanhem o discurso do programa. É possível perceber nessa edição um apagamento dos cantores brancos do Carrossel de Emoções em prol de estabelecer o diálogo com os negros – como já foi evidenciado no capítulo “Interações e falas”.

A resposta de MC Frank sobre o que ele pensa do racismo cria uma distinção entre o negro e o branco e também entre o habitante da periferia e os moradores das cidades. O funkeiro afirma que “eu sou branco, mas tenho sangue de negro” (TRECHO extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013) e, em seguida, conta a história de quando ele saiu da favela e foi viver na zona sul. Ele diz: “Eu morei em Madureira e fiz a loucura de morar na Barra da Tijuca” (TRECHO extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013). De acordo com o cantor, os vizinhos não o cumprimentavam e ainda o discriminavam pelas roupas e pelo modo de falar – situações que MC Frank associou ao racismo. Para ele, o único modo de se livrar da discriminação era voltando para o subúrbio, onde ele possuía amigos e família. “Então, aí, foi aonde que rompeu meu coração, eu preferi voltar de novo pra raiz ali, perto da CDD, tô perto do VBill, tô perto do Cidinho, tô perto do Menor, então já tá bom.” (TRECHO extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013). Esse argumento, além de não fomentar o debate, porque não expõe uma versão diferenciada para a questão, reforça as clivagens entre morro *versus* asfalto, indo de encontro à proposta do programa. No caso dessa edição, MC Frank é interlocutor legitimado, apesar de não ser negro, porque ele pertence à favela e se mantém na mediação estabelecida pelo programa. No Episódio 4 ele foi o único branco a ser interrogado sobre o racismo e permitido expressar sua opinião.

No Episódio 3 os momentos de debate são raros, uma vez que esse episódio preza pela exposição de projetos culturais e artísticos – apesar de na abertura o apresentador anunciar que “a gente quer discutir com vocês qual o papel da arte para a construção de um país e de

um ser humano melhor Nega Gizza.” (TRECHO extraído do Episódio 3 do programa, exibido em 09/11/2013). Apenas na entrevista dos apresentadores com Lenine é discutido o valor da arte e sua importância na vida cotidiana. São duas as perguntas que suscitam a argumentação do convidado: a primeira é sobre a importância da arte no desenvolvimento pessoal dos sujeitos e a segunda é sua opinião sobre a obrigatoriedade da música no currículo do ensino médio das escolas públicas no país. Ainda nesses momentos o tom de debate é apagado em prol de uma conversa na qual todas as partes concordam com as opiniões proferidas, todas seguidas de aplausos da plateia e dos apresentadores.

MV Bill pergunta à Lenine: “Tu acha que, cara, a arte pode fazer grande diferença na vida de uma pessoa? Outra pessoa, que talvez não vá ser músico, mas que ela pode absorver a arte de uma forma positiva em sua vida?” (TRECHO extraídos do Episódio 3 do programa, exibido em 09/11/2013). O cantor responde em afirmativo, dizendo que

Ah acho fundamentalmente. Você também não precisa fazer a arte pra perceber a beleza da arte e comungar com ela. Eu acho que arte é conjugada com a educação, eu acho que elas andam juntas, andam de mãos dadas mesmo né. E isso é o melhor de tudo porque me faz acreditar Bill que o que eu faço vai além do entretenimento cara, não é só a festa, não é só a diversão. Eu prefiro acreditar que mesmo depois de um show que eu faça as pessoas vão pra casa e mesmo que seja um por cento daquele público antes de dormir se questione sobre o que eu falei, da maneira que eu falei, os assuntos que toquei e que todos eles têm haver com a minha crônica, com meu olhar, com o que eu vejo na sociedade, com o que me comove e com o que me incomoda. E isso tudo tá presente na minha música.

[Aplausos] (TRECHO extraído do Episódio 3 do programa, exibido em 09/11/2013).

Em seguida, Nega Gizza questiona o cantor sobre a música no currículo do ensino médio, se ela é essencial, e qual sua importância para a formação do jovem. Para Lenine

Ah, isso é uma briga que é histórica, já vinha de muitos anos, embora Vila Lobos há muito tempo já tinha conseguido isso e os nossos pais tiveram essa possibilidade de estudar a música na escola, agora ela retorna como lei. Eu acho fundamental, acho fundamental, acho que mais do que a música como um objetivo real de você viver dela, a música como alimento da alma é fundamental para qualquer ser humano cara. A gente melhora como ser humano, a gente refina o ouvido, quanto mais a gente ouve mais a gente aprofunda o sentimento. Então eu não acredito que alguém que não goste de música, será que existe no planeta alguém que não goste de música? Eu acho que é muito difícil cara. Vai ter sempre algum tipo de expressão musical que vai tocar a alma dessa pessoa. Eu acredito nisso e realmente a música, na minha vida, é fundamental cara. Eu não vivo sem ela.

[Aplausos] (TRECHO extraído do Episódio 3 do programa, exibido em 09/11/2013).

A partir das análises expostas é possível assinalar que mesmo as argumentações trazidas nos quadros temáticos possuem continuidade com o que é enunciado no palco, promovendo um discurso homogêneo sobre os temas em debate. Essa configuração do

programa é consequência direta de sua organização midiática, que preza pela favela como mediação, estabelece interações próximas e familiares e convoca lugares de fala baseados no pertencimento e na identificação. Devido a essas escolhas, *Aglomerado* preza pela dimensão da visibilidade da cultura da periferia e atenua o debate – mesmo que isso contradiga a proposta do programa, qual seja, discutir temas de relevância social que envolve as favelas e “aglomerar” morro e asfalto.

6.3. Construção de demandas

O *Aglomerado* inscreve a reivindicação na esfera da sociabilidade e da cultura, demandando reconhecimento das formas de se viver na periferia e das manifestações artísticas que se desenvolvem nesse local. Como foi discutido, para o exercício da cidadania, de acordo como Vera Telles (1998), é essencial que os direitos sociais sejam requeridos e que os sujeitos que criam as demandas sejam considerados interlocutores legítimos no debate político. A autora ainda adverte que é preciso que os atores “tomem a palavra” – criem os discursos e suas condições de existência, revelando mais que um mundo comum já estabelecido -, expondo novas realidades possíveis e novas formas de sociabilidade. Para que esse tipo de ação apareça na mídia e que seja possível constituir-se cidadão nesse espaço, os indivíduos devem influenciar não só os enquadramentos e os vieses das mensagens. Eles precisam assumir as diretrizes da produção dos produtos culturais e inscrever suas formas de vida na materialidade midiática.

Aglomerado consegue criar um contexto de enunciação sobre a construção de demandas? O primeiro passo que viabilizou a exposição do cotidiano e dos problemas sociais da periferia nos *media* (a partir dos modos de ver de seus moradores) o programa atingiu: obteve um espaço na programação de uma rede de televisão e elaborou seus discursos. Além disso, *Aglomerado* publicizou as diversas formas de vida e de cultura na periferia, mostrando as várias iniciativas dos próprios moradores para a produção de projetos sociais. A dimensão do debate, como revelado no capítulo anterior, é atenuada, apontando para discursos homogêneos sobre os temas discutidos. A construção de demandas, desse modo, se estabelece em um espaço coerente e coeso, no qual não há tensionamento. Isso porque sua função é expor e abordar as condições fundamentais para a cidadania dos habitantes dos subúrbios.

Nos discursos é possível encontrar algumas passagens que demonstram a preocupação de pensar e elaborar demandas no espaço da cultura. Três momentos são exemplares na

primeira temporada: no Episódio 1 a entrevista com MC Leonardo e Adriana Rattes abordam a esfera de direitos como foco das lutas contra o preconceito e no Episódio 2 o quadro que revela a iniciativa do Projeto Traços de Conflito (TRACOM) discutindo a potencialidade do graffiti como forma de participação social dos jovens de periferia e o Projeto Teatro da Laje, que pretende construir uma linguagem artística própria das comunidades.

No Episódio 1 de *Agglomerado*, o primeiro tópico da discussão sobre a relação entre funk e cultura é a discriminação do ritmo - por causa do conteúdo supostamente inadequado das músicas e da vestimenta dos cantores. MC Leonardo, ao expor a situação do funk no Brasil, afirma: “O funk não precisa pedir para estar em lugar nenhum, porque o funk já está no Rio. O funk não é visita, o funk é o Rio de Janeiro” (TRECHO extraído do Episódio 1 do programa, exibido em 13/08/2011). Essa fala corrobora com a argumentação do cantor, que define o funk como um direito, um modo de se expressar do favelado que deve ser assegurada e respeitada.

A secretária de cultura Adriana Rattes aponta outra dimensão da discussão: a repulsa que o funk causa não se refere somente a uma tentativa de eliminar da sociedade o que está fora das regras, mas diz respeito também à criminalização de todas as formas de expressão que proveem dos subalternizados. Para ela, “existem formas de coibir aquilo que é de mau gosto, aquilo que não é educativo, aquilo que não nos interessa como sociedade, mas que não seja a censura. A lei do funk descriminalizou o funk e isso foi o mais importante” (TRECHO extraído do Episódio 1 do programa, exibido em 13/08/2011). É preciso que o funk seja descriminalizado para que os sujeitos envolvidos com a música não sejam confundidos com infratores, bem como para que possam ser reconhecidos como produtores de cultura.

O direito à expressão arremata todo o debate no quadro: o funk é cultura porque ele exprime os modos de vida e as formas de sociabilidade construídos na periferia, ele é fruto da linguagem própria desse lugar e das visões de mundo que lá circulam. MC Leonardo demonstra quão importante é esse direito ao dizer que

É constitucional também, nós estamos num país livre onde a gente pode falar tudo que a gente pensa. (...). O Padilha não tem o direito de contar a realidade do Rio de Janeiro numa tela de cinema? O moleque tem o direito de contar a realidade da favela. É triste que a realidade da favela é aquela. Os moleques aqui dentro da favela tem cinquenta palavrão no vocabulário, vinte é palavrão e trinta é gíria. Vai fazer uma música, vai incomodar. (TRECHO extraído do Episódio 1 do programa, exibido em 13/08/2011).

Outro momento do programa que revela a preocupação com os direitos de cidadania é a exibição da gravação nas dependências do Projeto TRACOM, localizado no Complexo do Alemão. O objetivo dessa iniciativa é proporcionar aos jovens espaços para a produção de graffitis, a fim de colorir os muros da periferia (FIG. 34 e 35).



Figura 34: Graffitis do projeto TRACOM



Figura 35: Graffitis do projeto TRACOM

O direito à produção artística é visto como um dos mais importantes, já que a favela é pouco reconhecida como local de arte e os artistas dos subúrbios quase não têm espaço em galerias e exposições. A conversa com Roberto Gaspar, grafiteiro do projeto, explora as relações entre pixação e graffiti, demonstrando que as origens são comuns, mas o graffiti se instaura no terreno da criação artística, enquanto a pixação seria apenas rabiscar o nome. Para o grafiteiro, a arte é o que a periferia tem de alternativa criativa:

As crianças né, a comunidade tem o que? Tem que ter isso né cara, tem que ter a arte. Não só o graffiti, o teatro, tem que ter a música, tem que ter tudo quanto é tipo de arte mermo. Na verdade eu quero continuar não só nas periferias, quero ganhar na galeria de arte, tá ganhando tudo, tá tomando todos os espaços né. O graffiti tá mudando a vida das pessoas, tá juntando negro com branco, não tem preconceito mais entendeu. Classe social também, o cara da zona sul pode vim pra cá, a gente quer que os zona norte pode ir pra lá. Beleza pra favela, não tiro, não arma, não violência. (TRECHO extraído do Episódio 2 do programa, exibido em 11/06/2011).

Na entrevista realizada com Antônio Veríssimo, idealizador do projeto Teatro da Laje, a reivindicação de uma linguagem artística própria da favela é o elemento principal. Para ele é importante que os moradores do subúrbio se apropriem do teatro e o transformem em uma expressão daquela comunidade: “A gente quer disputar a hegemonia mesmo, a gente não quer que ninguém tenha peninha da gente porque é ‘oh, coitadinho, é um grupo de teatro da Vila Cruzeiro’ não, a gente quer que as pessoas olhem e digam: ‘eles têm o jeito deles de fazer teatro’”. (TRECHO extraído do Episódio 2 do programa, exibido em 11/06/2011). A arte leva para a periferia formas de desenvolvimento cultural, social e educacional e se configura como um importante motor da vida nos morros.

Tem a ousadia da primeira montagem que a gente fez, uma leitura, uma versão contemporânea do Romeu e Julieta. Nós conseguimos colocar o espetáculo em

cartaz no Teatro Sérgio Porto. Só sabe o valor disso quem mora aqui, porque eu costumo dizer que pra você tirar uma galera aqui da Vila Cruzeiro pra levar pra aquele lado da cidade parece uma viagem da época do descobrimento, uma viagem ‘ultramarítima’, ou então uma viagem pra outro planeta. (TRECHO extraído do Episódio 2 do programa, exibido em 11/06/2011).

A construção de demandas também aparece de forma acentuada nos dois episódios da segunda temporada. No Episódio 3 os direitos de acesso à arte e à expressão artísticas são as demandas mais enfatizadas. O quadro “Guerreiros e Guerreiras” é o que mais explicita o objetivo de situar a arte como um bem simbólico que deve ser democratizado, garantindo o acesso de todos. O personagem desse quadro, Almir Haddad, começa sua fala assumindo que o espaço para a produção artística, e especificamente do teatro, deve ser repensado: não é possível assumir apenas as galerias e os palcos como ambiência adequada, mas sim perceber como a rua é também um espaço cheio de possibilidades para o desenvolvimento da arte.

A arte é pública segundo Almir Haddad, e ela precisa “encarar o espaço nenhum, não ter local do espetáculo” (TRECHO extraído do Episódio 3 do programa, exibido em 09/11/2013) e, mais importante, “o local do espetáculo ser as praças, as ruas, as cidades”, proporcionando um contato direto com os cidadãos atuando “nas artérias vivas da cidade” (TRECHOS extraídos do Episódio 3 do programa, exibido em 09/11/2013). O personagem do quadro afirma que o teatro produzido na rua e a arte pública em geral são “a arte que não se vende, uma arte que não se compra, é uma doação” (TRECHO extraído do Episódio 3 do programa, exibido em 09/11/2013). Nesse contexto, produzir e conhecer trabalhos artísticos são direitos e estão diretamente relacionados à cidadania:

Eu acho que atuar não é o privilégio de uma pessoa, é um direito da cidadania, é o direito de viver muitos papéis, o direito de entrar em contato com a sua sensibilidade, é o direito de entrar em contato com a sua possibilidade de atuar sobre o mundo, transformar o mundo, é o direito de você se expressar não é, e isso não deveria ser privilégio de uns poucos, deveria ser o direito do cidadão, é obrigatório. (TRECHO extraído do Episódio 3 do programa, exibido em 09/11/2013).

Como exemplo de arte pública criada nas ruas da cidade é apresentado no palco o “Teatro de Anônimo”, grupo de palhaços que se reuniram e desenvolveram seus espetáculos nas favelas do Rio de Janeiro. Após apresentarem sua performance, eles são parabenizados pelo convidado e pelos apresentadores, e considerados um modelo a ser seguido por outros indivíduos que queiram exercer “seu direito à arte”. A apresentação desse grupo auxilia na afirmação de que nos morros é possível desenvolver arte e cultura similar às artes produzidas em grandes centros de formação por companhias famosas. Aqui, mais uma vez, o que é

requerido é o direito de se expressar por meio dos instrumentos que já são possuídos pelos moradores de periferia – rap, funk, graffiti, etc.

O primeiro quadro do Episódio 4 do programa que salienta a dimensão da reivindicação é a matéria sobre cotas para negros nas universidades, que segundo Nega Gizza “favorecem alguém que foi historicamente discriminado” e conforma “a tão falada reparação”. No programa o sistema de cotas é mais que um benefício concedido aos negros, mas constitui-se como um direito conquistado de acesso às universidades e uma medida democratizante do Estado, “o imperativo para construir uma sociedade mais igualitária” (TRECHOS extraídos do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013) de acordo com o sociólogo entrevistado, Jailson Souza.

O reconhecimento e o respeito ao negro também são apontados como pautas de reivindicação dentro do programa, afirmando que o racismo é uma forma de desrespeito que prejudica a condição de cidadão desses sujeitos. Na matéria produzida no Episódio 4 com João Jorge, presidente do Olodum, o “empoderamento” dos negros em uma sociedade racista deve passar por uma transformação nos padrões de trocas sociais, fazendo com que seja permitido ao sujeito estigmatizado reverter a sua condição de desvalorização simbólica. A arte e a cultura são apresentadas como elementos imprescindíveis, como direitos, para que os indivíduos consigam compreender sua situação social e transformá-la.

O entrevistado afirma que ele “tem lutado contra a discriminação racial, a favor do empoderamento da população negra” e que sua motivação “é a celebração da paz, é expectativa, é educação e a libertação do nosso povo da opressão que vivemos hoje.” (TRECHOS extraídos do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013). Segundo João Jorge, um projeto social como o Olodum é uma forma de “ativismo simbólico” que “é quando você exerce um poder de influenciar nas ideias, na sociedade, nos conceitos, nas roupas, nos costumes, nos hábitos e, ao mesmo tempo, liderar uma filosofia de transição da sociedade.” (TRECHO extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013). O presidente do Olodum assevera como principal pauta o direito à educação, que tem sido privilégio de alguns setores da população: “No geral, o privilégio no Brasil ele tem cor, ele tem sexo, o privilégio no Brasil é do homem branco, que é uma pessoa de cor branca e do sexo masculino. Então a prioridade geral nossa é educar.” (TRECHO extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013).

Outro ponto importante da entrevista é a afirmação de que através da cultura é possível reverter o quadro de racismo, compreendendo-a como um direito do povo negro: “Nós temos que avançar no que estamos fazendo, nos qualificar e nos prepara para exercer o poder dentro do Brasil (...). Como nossos antepassados já fizeram isso com o candomblé, a capoeira, com a música, com o maculelê, com o futebol.” (TRECHO extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013). João Jorge ainda enfatiza que as expressões artísticas são também uma forma de desenvolver o país. Para ele “É rara a atividade no Brasil em que a mão negra, o pensamento negro, os dons da comunidade negra não tenha dado a esse país um *upgrade*.” (TRECHO extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013) e se o negro possuísse mais espaço na sociedade, “se nós pudermos estar no poder e fazer o Brasil desenvolver, o Brasil não será a chamada potência do futuro, será a potência do presente.” (TRECHO extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013).

No encerramento desse episódio de *Agglomerado* o direito ao reconhecimento e à igualdade de tratamento independentemente de raça é reforçado e são apresentadas as principais pautas do movimento negro:

MV Bill: O Brasil é o país que concentra o maior percentual de população negra fora do continente africano.

Nega Gizza: Somos de longe o país que mais recebeu escravos no mundo. Até agora muito já foi conquistado e com certeza a realidade já é outra.

MV Bill: Num levantamento das pautas prioritárias dos grupos articulados pelos direitos da população negra do Brasil nós encontramos cinco pontos, Nega Gizza, que foram importantes. O primeiro é lutar pela efetiva aplicação das legislações conquistadas, ou seja, brigar pelas leis.

Nega Gizza: É isso. A segunda: a ampliação qualificada do espaço do negro na mídia brasileira.

MV Bill: A terceira: política de inclusão dos negros no mercado de trabalho.

Nega Gizza: A quarta é a ampliação do respeito à religião e à cultura negra no Brasil.

MV Bill: E a quinta prioridade dessa pauta, a redução das desigualdades sociais.

Nega Gizza: Essa é a melhor. Cinco pontos parecem pouco né, mas aí reside uma luta secular e o nosso papel é trabalhar para ampliar as nossas conquistas, ampliando sempre.

MV Bill: Maneiro Nega Gizza, e na luta pela igualdade e pela dignidade a gente tá sempre aqui né Nega Gizza, de prontidão aqui pra poder fazer a nossa parte e ajudar na contribuição desse debate. Por isso que a gente tá aglomerado aqui com a maior galera que faz funk e muitos já forma discriminados e tão aqui contando suas experiências Nega Gizza. (TRECHO extraído do Episódio 4 do programa, exibido em 23/11/2013).

Com a exposição dos quadros acima é possível assinalar que a construção de um discurso de demandas é proeminente no programa e se relaciona, sobretudo, à dimensão da visibilidade da cultura da periferia. Atribui-se esse arranjo à organização das interações e das

falas no programa, que prezam discursos já instituídos pela construção da favela como mediação, que remetem à valorização das expressões dos subúrbios. Além disso, essa dimensão no *Aglomerado* tem o papel de estabelecer as condições para a cidadania dos moradores dos morros, que estão atreladas às atividades artísticas e culturais – temas que fundamentam o âmbito da visibilidade.

A partir da análise é possível perceber três esferas principais de construção de demandas que são consideradas no programa premissa fundamentais para a cidadania: o respeito e o reconhecimento, a expressão de si e de sua realidade e a saída do gueto simbólico.

7. Condições para a cidadania dos moradores de periferia

A partir da organização midiática e política do debate sobre a cidadania foi possível extrair as condições elencadas pelo programa como essenciais para que os sujeitos moradores de periferia tornem-se cidadãos, quais sejam: a) respeito e reconhecimento; b) expressão de si e de sua realidade; e c) saída do gueto simbólico.

7.1. Respeito e reconhecimento

A noção de cidadania mobilizada pela presente pesquisa e também pelo programa em análise é baseada em uma igualdade de participação na sociedade, objetivando instituir todos os sujeitos como pares nas interações. A ideia de justiça subjacente está diretamente relacionada às mudanças nos padrões de socialização e nas hierarquias sociais, transformando as realidades de exclusão material e simbólica. Segundo Evelina Dagnino (1994), a nova noção de cidadania é uma estratégia de aprimoramento da democracia, que possui como principal pilar a confluência entre cultura e política – fundamentando uma agenda de política cultural. Nesse sentido, o que está no cerne dessa proposta é uma ideia de reconhecimento, embasada nas possibilidades de participação paritária nas relações ordinárias e na discussão dos problemas públicos. Por estar em consonância com o conceito de cidadania trazido para a investigação, retoma-se o conceito de reconhecimento de Nancy Fraser¹⁸ (2002, 2010).

O reconhecimento, para Nancy Fraser (2002), é baseado no alargamento da contestação política e na redefinição dos parâmetros de justiça social, que passam a abranger a representação e a diferença – promovendo uma politização da cultura. Tal conceito propõe “o reforço de reconhecimento e valorização da diversidade, por um lado, e, por outro, os esforços de transformação na ordem simbólica e de desconstrução dos termos que estão subjacentes às diferenciações de estatuto existentes” (FRASER, 2002, p.12). O reconhecimento diz respeito ao estatuto social dos sujeitos, baseado no princípio de paridade de participação, isto é, se refere à condição de parceiros integralmente reconhecidos e que possuem direito à interação social e política. O “modelo de estatuto”, desenvolvido por Fraser (2002), perscruta os padrões institucionalizados de valor cultural e busca perceber a posição que cada ator ocupa –

¹⁸ É de conhecimento da autora o pioneirismo em relação à edificação do conceito de reconhecimento de Charles Taylor e Axel Honneth. Também se sabe da controvérsia estabelecida entre Honneth e Fraser com relação ao reconhecimento. Entretanto, no presente trabalho optou-se por mobilizar somente a concepção de Fraser – que possuiu diferenças fundamentais em relação à teorização de Honneth. A noção de justiça que embasa o entendimento de Honneth, segundo Ricardo Fabrino (2007), é a da auto-realização pessoal, enquanto que em Fraser preza-se pelo bem da paridade de participação. Desse modo, para Honneth as mazelas sociais seriam formas de desrespeito e para Fraser injustiças.

a injustiça se apresenta na relação social de subordinação advinda desse padrão, que fundamenta a impossibilidade de participação paritária na vida social.

De acordo com Nancy Fraser (2010) o modelo da paridade de participação, que é base da justiça, se baseia no princípio de igualdade de valor moral dos sujeitos, conduzindo arranjos sociais que permitam que todos participem como interlocutor na sociedade. Essa concepção desestabiliza as hierarquias assentadas, transformando a própria definição de justiça. A gramática de argumentação se altera, apresentando três dimensões da justiça: a redistribuição, o reconhecimento e a representação, que correspondem ao “o que”, “quem” e o “como” da política. As questões que envolvem redistribuição e reconhecimento também apontam para quem é sancionado como sujeito capaz de produzir reivindicações e ação política.

A paridade de participação, segundo Nancy Fraser (2002, 2010), requer uma redistribuição de recursos materiais que garanta a independência dos participantes, a instituição de padrões de valor cultural que preconizem o respeito e garanta oportunidades iguais para alcançar a consideração social. A base da injustiça, a partir dessa concepção, está na “subordinação de estatuto, assente nas hierarquias institucionalizadas de valor cultural” (FRASER, 2002, p. 12). A superação dessa condição se baseia em suplantar a subalternização, procurando instituir os sujeitos desrespeitados como membros plenos na vida social, considerando-os capazes de interagir com os outros. Suplantar a injustiça significa desmontar os obstáculos institucionalizados que impedem que determinados indivíduos participem da sociedade como parceiros plenos. Para a autora, a supressão da injustiça deve

abraçar não só as reformas que visam valorizar as identidades desrespeitadas e os produtos culturais de grupos discriminados, mas também os esforços de reconhecimento e valorização da diversidade, por um lado, e, por outro, os esforços de transformação da ordem simbólica e de desconstrução dos termos que estão subjacentes às diferenciações de estatuto existentes, de forma a mudar a identidade social de todos. (FRASER, 2002, p. 12).

A primeira condição para a cidadania dos moradores de periferia apontada no *Aglomerado* é o respeito e o reconhecimento. Essa condição é primordial porque conduz aos outros dois requisitos – o direito à expressão de si e de sua realidade e a saída do gueto simbólico. A demanda por respeito e reconhecimento já está assinalada na proposta do programa: aproximar periferia e centro, descortinando os elementos da cultura de rua para que uma vasta audiência tenha acesso a ela. Esse objetivo revela que *Aglomerado* pretende instituir relações mais igualitárias entre aqueles que habitam os morros e as cidades,

revertendo o quadro de discriminação e distanciamento que marca as interações entre esses lugares. De acordo com os realizadores eles pretendem mostrar “Morro, asfalto e periferia aglomerados. É esta a proposta do *Aglomerado*, um programa que fala sobre cidadania e mostra o Brasil urbano, multirracial e multicultural.” (TRECHO extraído do site oficial do programa). Além disso, o programa propõe o respeito a esses sujeitos e a seu modo de vida, buscando mostrar sua legitimidade e sua proximidade com a vida na cidade, possibilitando que eles possam se expressar e construir uma imagem renovada de si mesmos.

Em *Aglomerado* os discursos produzidos assinalam a dimensão do reconhecimento na medida em que procuram reformular a posição dos moradores de periferia na sociedade, trazendo imagens e enunciados que contrariam os padrões culturais hierárquicos que os assinalavam como sujeitos carentes tanto no nível material – as precárias condições de vida – quanto no simbólico – a suposta incapacidade de produzir cultura e arte de qualidade. Para os produtores e idealizadores do programa, seria preciso revitalizar a posição da favela na mídia, já que, segundo Nega Gizza, “A TV não falava sobre o que eu via no dia-a-dia, sobre meu universo” (TRECHO extraído da reportagem do site infosurhoy.com, publicada em 02/05/2013). Desse modo, *Aglomerado* teria um importante papel porque propõe “um reforço de uma cultura que já existe na favela e no subúrbio, e uma chance de mostrá-la fora de seu ambiente também” (TRECHO extraído da reportagem do site infosurhoy.com, publicada em 02/05/2013).

O programa, ao incluir em sua narrativa os indivíduos concernidos, demonstra que na esfera da cultura a periferia ainda sofre com a ausência de reconhecimento, sendo as suas produções artísticas consideradas de baixo valor cultural. E exige, por meio do discurso de demandas, a possibilidade de criação e o respeito às expressões que surgem nos morros, uma vez que é através delas que os moradores dos subúrbios podem assumir a palavra e narrar sua própria história. É por isso que no programa estão acentuadas as dimensões da visibilidade e da criação de demandas. Por meio da visibilidade é possível revelar quais são as formas de arte realizadas no subúrbio: o teatro, o graffiti, a roda de freestyle, atividades em centros de arte e os projetos sociais. Com a exposição das demandas é proposto um enquadramento para a cultura da periferia, assinalando-a como um direito de cidadania, uma vez que através da arte os favelados produzem suas próprias narrativas.

Quando o programa expõe na tela da televisão as iniciativas culturais que são desenvolvidas nas favelas, revela a multiplicidade de possibilidades artísticas que emanam

desses lugares. Ao contrário das imagens que povoam a mídia – da violência, da criminalidade, da falta e da carência material e simbólica -, *Aglomerado* busca uma revitalização nos discursos e nas formas de tratamento do favelado, atentando para sua condição de cidadão capaz de formular suas próprias demandas e expor publicamente as questões que lhes são importantes. Desse modo, o programa inscreve a temática do reconhecimento, assinalando-a como um importante elemento para a auto representatividade dos sujeitos que moram nos morros¹⁹.

Nos episódios analisados, a constituição do respeito e do reconhecimento como condições para a cidadania aparece nas três dimensões da organização política do programa: visibilidade da cultura, o debate e a construção de demandas. Por meio da visibilidade da cultura e dos problemas que envolvem as favelas, *Aglomerado* promove uma imagem transformada dessa realidade, mostrando a complexidade das relações que são estabelecidas e das diversas atividades desenvolvidas nesses espaços. Enfatizar a arte, a música, as iniciativas de projetos sociais é uma estratégia para tentar mostrar que o desrespeito aos favelados está embasado em versões distorcidas da realidade – portanto, a injustiça se sustentaria em uma “falsa” representação e em uma falta de oportunidade de expressão desses sujeitos.

Trazer para uma emissora de televisão as demandas de âmbito simbólico de um grupo social, como faz *Aglomerado*, é uma forma de acentuar a necessidade do reconhecimento, demonstrando que as formas de desrespeito estão embasadas na ausência dos direitos no âmbito da comunicação e da cultura, como o direito de se expor por meio do funk, do rap, do graffiti, sem que essas expressões mobilizem, em consequência, a desvalorização e o preconceito. Essa estratégia do programa acentua, mais uma vez, a necessidade de revitalização da imagem da favela e de seus sujeitos como condição para a participação paritária na vida social. Em *Aglomerado* é somente através de uma transformação nas representações sociais e midiáticas que é possível modificar o quadro de desrespeito e falta de reconhecimento. O *Aglomerado* pretende mudar as posições já instituídas dos moradores de favela, buscando romper com a ordem hierárquica de valor cultural estabelecida.

Entretanto, é preciso acentuar que as questões de respeito e reconhecimento são enunciadas em meio a uma configuração interacional e discursiva homogênea. Isso porque,

¹⁹ Na análise não se pretendeu substituir as questões relativas à redistribuição para centralizar o reconhecimento. Assinalou-se, portanto, que no contexto de produção do programa as dimensões do reconhecimento e do respeito se sobressaíram. As questões sociais que envolvem os moradores de favela certamente extrapolam essas esferas e reclamam a discussão da pobreza, das desigualdades sociais, das diferenças de classe, etc.

como analisado nos capítulos 4.1 e 4.2, a favela como mediação conduz a construção das interações e as falas no programa, fundamentando-as em termos de proximidade e familiaridade e pelo pertencimento (que possuem sanção integral) e identificação (que possuem parcialmente o poder de falar) com a periferia – isto é, com a valorização da cultura que é desenvolvida nesse lugar. Devido a essa organização, o debate (capítulo 6.2) fica atenuado, e um discurso homogêneo é construído, sempre pautando a legitimidade das atividades desenvolvidas no subúrbio.

A consequência é que duas ideias de reconhecimento se chocam: uma que é enunciada pelos objetivos do programa, e que busca a paridade de participação; outra vista através da organização midiática e política, que requer a valorização de um grupo específico, qual seja, os moradores de favela. Desse modo, existe uma tensão dentro do reconhecimento como condição de cidadania, oscilando entre a necessidade de se ter arranjos sociais que permitam a participação de todos na sociedade e a exaltação das expressões culturais de um conjunto de sujeitos, requerendo o respeito à sua identidade.

7.2. Direito de expressão de si e de sua realidade

A segunda condição para a cidadania dos moradores de periferia é poderem narrar sua própria história e expressarem sua subjetividade. No programa essa dimensão é extremamente relevante na medida em que os idealizadores pretendem que os habitantes da favela tenham auto representatividade. Desse modo, para que esses indivíduos possam se constituir como cidadãos, eles devem “assumir a palavra” (TELLES, 1998) e edificar um ambiente no qual seus modos de vida sejam levados em conta. A tomada da palavra pelos moradores de favela deve estabilizar sua condição de interlocutores legítimos e desestabilizar os lugares e as posições anteriormente instituídas, exigindo seu reconhecimento como sujeito de demandas e de direitos.

A palavra proferida por sujeitos subalternizados não implica apenas o reconhecimento das diferenças, mas a construção de um terreno que leve em considerações os problemas e as demandas que marcaram essas formas de existência. De acordo com Vera Telles (1998), a força da palavra está na sua capacidade de reescrever o mundo, tornando possíveis visões alternativas que ampliam as referências valorativas.

A importância da expressão de si traduz as reivindicações em uma linguagem política que diz da diferença e das possibilidades de criação de um mundo comum no qual os sujeitos subalternizados possam habitar, inscrevendo na cena pública seus valores, suas crenças, suas

aspirações, etc. Nesse contexto, a construção de demandas se distancia de uma concepção utilitarista, inscrevendo os sujeitos como partícipes da política, tornando possível que suas subjetividades sejam inscritas no espaço público, como assegura Vera Telles (1998).

A necessidade de expressão de si e de sua realidade é a mais explorada na dimensão da construção de demandas (capítulo 6.3), uma vez que o programa enfatiza, tanto no palco como nos quadros gravados, as competências dos moradores de favela de se manifestarem através de seus próprios meios culturais – graffiti, funk, rap, etc – e “contar sua realidade”. Ter garantida a expressão aparece como reivindicação central para que os habitantes da periferia possam construir outras representações de si. Retomando apenas alguns exemplos já analisados anteriormente, é possível citar a fala de MC Leonardo no Episódio 1 que afirma: “É constitucional também, nós estamos num país livre onde a gente pode falar tudo que a gente pensa.” (TRECHO extraído do Episódio 1 do programa, exibido em 13/08/2011), formulando a expressão de si e de sua realidade como um direito que deve ser garantido. Além disso, para ele “O moleque tem o direito de contar a realidade da favela” (TRECHO extraído do Episódio 1 do programa, exibido em 13/08/2011) através de seu linguajar próprio – ainda que isso implique o uso de gírias e palavras.

Outro momento no qual a expressão de si e de sua realidade é enfatizada é na entrevista com Roberto Gaspar, grafiteiro do projeto TRACOM. Segundo ele “As crianças né, a comunidade tem o que? Tem que ter isso né cara, tem que ter a arte” e que “O graffiti tá mudando a vida das pessoas, tá juntando negro com branco, não tem preconceito mais entendeu.” (TRECHO extraído do Episódio 2 do programa, exibido em 11/06/2011).

A visibilidade da cultura da periferia (capítulo 6.1) também corrobora com a necessidade de expressão de si e de sua realidade, revelando as iniciativas que já desenvolvem essa condição para a cidadania. Quando é abordado o Teatro da Laje, por exemplo, revela-se que nas periferias já são desenvolvidas iniciativas que promovem a expressão dos moradores, garantindo que eles tenham espaço para produzir seus próprios enunciados. A roda de *freestyle* demonstra que os sujeitos que se envolvem com a cultura de rua são capazes de criar espaços alternativos para poderem expor suas experiências, mostrando que são capazes de se exprimir também fora de projetos sociais. Através da breve retomada desses exemplos, nota-se que narrar sua experiência aparece como condição fundamental para tornar-se cidadão para o *Aglomerado*.

7.3. Saída do gueto simbólico

A última condição se inscreve na esfera do discurso e na produção de modos estabelecidos de compreender e classificar o outro. Já foi assinalado que na mídia os moradores de favela são geralmente enquadrados pelos vieses da carência, da pobreza, da violência e do tráfico de drogas. Reconhece-se a profusão, nesse mesmo contexto, de programas que possibilitaram a inserção de diferentes temáticas²⁰, os quais contribuíram para a promoção da reflexão sobre a experiência desses sujeitos subalternizados, tematizando questões de cunho cultural e promovendo a publicidade de temas como preconceito e diferença, tal qual assinala Simone Rocha (2006).

Aglomerado busca “dar voz” aos habitantes das favelas e permitir que eles narrem sua realidade e promovam representações “positivas” sobre seu modo de vida e o lugar onde vivem. O programa apresenta como objetivo romper a distinção entre morro e asfalto, isto é, reunir os indivíduos situados nessas duas regiões para revelar que as diferenças e os antagonismos estão assentados na exclusão simbólica que atinge os favelados. Como já foi assinalado em diversos momentos dessa pesquisa, a finalidade do *Aglomerado* se tenciona com as escolhas de organização midiática (capítulos 4.1 e 4.2) e política (capítulos 6.1 a 6.3), promovendo apenas os discursos e as interações que estão em consonância com a favela como mediação e, como consequência, atenuando o debate – instância através da qual seria possível inserir os problemas relacionados ao distanciamento entre favela e cidade, propondo uma reaproximação entre essas duas realidades.

A representação, como tratada no programa, é também um importante elemento para garantir a cidadania dos moradores de periferia, na medida em que a valorização simbólica promovida por figurações do cotidiano e da cultura conseguiria promover um espaço de visibilidade para esses sujeitos e os incluir no mundo comum edificado socialmente. A transformação na representação seria a condição para que eles possam ser vistos como iguais e como cidadãos.

Aglomerado enfatiza a dimensão da visibilidade porque busca mostrar a vitalidade da cultura e da sociabilidade na periferia, extraindo os moradores de favela de um gueto simbólico. O programa objetiva revitalizar a imagem do favelado, e mostrar suas formas de cultura, arte e expressão. Segundo MV Bill a produção do *Aglomerado* visa transformar a realidade da imagem do morador de periferia na televisão, já que a maioria delas “tem uma

²⁰ Assinalam-se programas como “Cidade dos Homens”, “Antônia”, “Conexões Urbanas”, “Papo de Polícia”, “Mais X favela”, dentre outros.

forma linear de nos tratar. Todas elas têm o mesmo padrão de beleza, a mesma forma de se dirigir as pessoas de forma desrespeitosa” (TRECHO extraído da entrevista para o DCE PUC-Rio). Ainda “Não dão os espaços necessários para os afrodescendentes e periféricos” (TRECHO extraído da entrevista para o DCE PUC-Rio).

A tentativa de saída do gueto simbólico direciona as escolhas de organização política do debate, fazendo com que seja acentuada a publicização da cultura e da sociabilidade na periferia e enfatiza as demandas no âmbito simbólico (capaz de transformar a imagem desses sujeitos). O programa busca reverter, por meio da mediação que convoca a favela como espaço rico culturalmente, a imagem negativada dos habitantes dos subúrbios, que o rotula como criminoso real ou potencial e privado tanto no nível material (infraestrutura, educação, etc) quanto no simbólico (ao não ser considerado parceiro digno em interações sociais).

Entretanto, essa estratégia possui uma dualidade: a tentativa de sair do gueto simbólico produz um contra-estereótipo que continua essencializando a imagem dos moradores de favela. Por meio da dimensão da visibilidade da cultura o programa enfatiza a periferia como espaço da cultura e da sociabilidade, como já discutido no capítulo 6.1. Essa é uma tentativa de reverter o enquadramento da criminalidade e da carência, como afirma MV Bill em entrevista na TV Câmara. Segundo o apresentador “As favelas eram muito estigmatizadas né, como lugares violentos, de pessoas violentas na sua maioria, na sua totalidade. Fazia uma generalização da parada” (TRECHO extraído da entrevista para o programa “Segue o som”, exibida em 25/08/2013). Para reverter esse quadro seria preciso “levar as pessoas até lá sem ter uma tragédia né.” (TRECHO extraído da entrevista para o programa “Segue o som”, exibida em 25/08/2013). O *Aglomerado* seria um modo de trazer o cotidiano dos subúrbios sem a marca da estigmatização, promovendo “protagonismo juvenil, inclusão social, diversidade racial e cultura das periferias” (TRECHO extraído do site oficial do *Aglomerado*).

No entanto, é preciso relativizar esses objetivos tendo em vista a organização midiática e política do programa. Discutiu-se até aqui que a favela se constitui como mediação fundamental, edificando as interações baseadas na proximidade e na familiaridade e os lugares de fala de pertencimento (credenciando os sujeitos a se expressarem) e de identificação (permitindo parcialmente que os indivíduos falem). Mostrou-se também que a dimensão do debate é encolhida (apesar de ser esse o objetivo anunciado por *Aglomerado*), cedendo espaço para a visibilidade da cultura da periferia e construção de demandas. Essas escolhas estão diretamente relacionadas com a tentativa de saída do gueto simbólico: mostrar

o cotidiano e a arte nos morros seria uma forma de retirar seus habitantes da condição de desvalorização simbólica.

Essa configuração produz uma representação que rejeita a condição de pobreza – material e simbólica, reforçando um pólo positivo – o da cultura e da sociabilidade. Essa prática, como afirma Stuart Hall (1997b), é a produção de um contra-estereótipo: na tentativa de reverter uma situação de desvalorização, são acionados outros sentidos que vão essencializar as características de um grupo, só que pelo viés de sua valorização, acentuando apenas os atributos positivos. Como revela o autor, essa prática não transforma o quadro representacional no qual os sujeitos estão inseridos, produzindo outras formas de essencialização dos sujeitos. No caso da favela é preciso acentuar que sua figuração como local de sociabilidade e relações sociais afloradas também já esteve presente no seio social como contraponto ao enquadramento da pobreza e da violência, como apontam Alba Zaluar e Marcos Alvito (2003).

Essa opção de representação é ainda mais problemática se se considera o enclausuramento dos discursos promovido pela mediação e atenuação do debate: como o propósito de aproximar morro e asfalto não é efetivado, o distanciamento comanda a produção do *Aglomerado*, criando uma representação da periferia e de seus sujeitos que está inscrita apenas no mundo edificado pelo programa. Desse modo, ao invés de pensar nas motivações e nos mecanismos que colocam esses indivíduos em um gueto simbólico – o que seria o propósito de um produto que se propõe a discutir as questões que envolvem as favelas, revelando as diversas imagens dos morros e de seus moradores, o *Aglomerado* reforça uma representação “positiva” que não condiz necessariamente com uma revitalização da imagem dos habitantes do subúrbio.

8. Considerações finais

O programa averiguado nessa pesquisa deve ser interpretado por meio da tensão estabelecida entre a forma e o conteúdo do debate político sobre a cidadania dos moradores de periferia. Isto é, existe uma desarticulação entre os objetivos do *Aglomerado* e a forma como configura midiática e politicamente o debate, reverberando nas condições apontadas como essenciais para o status de cidadão dos habitantes das favelas. Essa conformação requer o questionamento da organização do programa e a demonstração das consequências que ele provoca para a formulação do respeito e reconhecimento, da expressão de si e de sua realidade e da saída do gueto simbólico.

Em primeira instância é preciso retomar os objetivos de *Aglomerado*, quais sejam: revelar que a periferia extravasou seus limites geográficos e simbólicos com suas produções artísticas e culturais - atividades que se consideram dignas do mesmo valor moral e intelectual das artes consagradas. Além disso, o *Aglomerado* pretende mostrar que morro e asfalto não são mais termos antagônicos e não expressam formas de vidas opostas, mas podem e devem se “aglomerar” e se misturar. Para tanto, os sujeitos que moram nas favelas devem ser reconhecidos como membros paritários na vida social, através do respeito e do reconhecimento, da possibilidade de expressão de si e da saída do gueto simbólico, fundamentando, assim, sua cidadania. Mas será que as cenas do programa alimentam suas intenções fundamentais? Ao apontar a tensão entre forma *versus* conteúdo se afirma o deslocamento entre aquilo que era intencionado e o que foi realizado e materializado midiaticamente.

O programa, quando convoca a favela como mediação primordial, institui interações direcionadas pela familiaridade e proximidade – exigindo que os sujeitos que estão em interação demonstrem conhecimento e afinidade com a periferia e suas questões – e pelos lugares de fala de pertencimento (em maior grau) e identificação – permitindo somente os enunciados proferidos dentro desses dois âmbitos. Com a organização midiática do debate instituída nesses termos, o *Aglomerado* convoca uma série de discursos e imagens que vão corroborar com os sentidos estabelecidos de antemão para os temas em discussão. Certamente essa configuração reverbera diretamente na construção política do debate e na proposição das condições para a cidadania dos favelados.

Compreende-se o contexto de produção do programa, no qual os idealizadores percebiam na mídia uma tentativa de desvalorização simbólica dos moradores de periferia por

meio de imagens de criminalidade, de violência e de carência em todos os âmbitos de suas vidas, e a necessidade de reverter esse quadro, possibilitando que os próprios favelados pudessem formular seus discursos e suas interpretações sobre suas experiências – transformando as representações e as condições de tratamento social. Acredita-se que são exatamente esses fatores que colaboram para a organização midiática ser baseada na favela como mediação, ser exigido como padrão interacional proximidade e familiaridade e como lugar de fala o pertencimento e a identificação. Com as ressalvas apontadas durante todo o percurso de análise não se está buscando descaracterizar ou desvalorizar o *Aglomerado*, mas apontar como as escolhas efetuadas contribuíram para tensionar os objetivos com sua materialização ao longo dos episódios averiguados. Reconhece-se, ainda assim, a pertinência e a importância do programa para a emancipação e para a cidadania dos habitantes do subúrbio, construindo um espaço no qual eles se encontram no centro de visibilidade – possibilitando mostrar outras facetas dos morros, como a cultural e artística – e no cerne de discussão – permitindo revelar os problemas considerados importantes para esses sujeitos.

A configuração política do discurso, ao dialogar com a organização midiática, preza pela visibilidade da cultura e da vida social na periferia, buscando promover uma imagem em positivo desse local e de seus moradores. Por meio dessa estratégia o programa intenciona propor outras representações do favelado, buscando inseri-lo no mundo comum da cidadania e promovendo a participação paritária na sociedade. Ao mostrar o que existe de cultural e de sociabilidade nos morros, *Aglomerado* procura reconfigurar as imagens dos subúrbios e estimulando sua valorização simbólica, colocando-os na mesma posição que outras expressões artísticas e formas de vida reconhecidas socialmente. Essa escolha está diretamente relacionada com a mediação e exige que sejam mantidos os lugares de fala (identificação e pertencimento) e as interações (próximas e familiares). A opção pela visibilidade desloca as argumentações contrárias, diminuindo as possibilidades de construção de uma discussão plural no programa.

A consequência principal é a atenuação do debate. Porque as enunciações estão moldadas de antemão, há pouco espaço para argumentações divergentes e para a participação de sujeitos que tencionem as concepções expostas. Como já mostrado, os quadros gravados que supostamente apresentariam diversidade de opiniões são concatenados com as entrevistas realizadas no palco, se limitando a confirmar e endossar as opiniões já pronunciadas.

Nesse contexto, é possível afirmar que as argumentações são dependentes da mediação convocada, e dos dispositivos e dos lugares de fala instituídos. Na medida em que os sujeitos no *Aglomerado* interagem por meio da proximidade, da familiaridade, do pertencimento e da identificação, ele se inserem em um universo no qual todos comungam de opiniões similares – porque todos assumem a mediação que congrega determinados sentidos sobre a favela. A linearidade do debate caminha em conjunção aos discursos que perpassam todos os momentos do programa, inserindo-os no enquadramento já estabelecido pelos apresentadores e convidados.

A dimensão de construção de demandas se situa, desse modo, em um terreno sem tensionamento, e isso permite que ela seja enfatizada a todo o momento no programa. Destarte, as reivindicações dos sujeitos moradores de periferia são formuladas por eles mesmos, inserindo suas vivências, mostrando como aqueles direitos requeridos são necessários tendo em vista um quadro específico de desrespeito e de injustiça. Essa é a base para a concepção de cidadania que se trabalha na presente pesquisa e a que é convocada pela produção de *Aglomerado*.

A cidadania é uma estratégia política e cultural que visa inscrever as reivindicações produzidas dentro dos movimentos sociais em uma linguagem pública de direitos, promovendo relações sociais mais justas e igualitárias. Para isso, requer uma reforma moral e intelectual que perscrute os padrões de hierarquia social que posicionam os sujeitos em determinados papéis desfavoráveis e em representações simbólicas fixadas. O programa convoca essa mesma noção de cidadania ao formular as condições para que o morador de favela seja cidadão em seu sentido pleno, e revela essa ideia em sua dimensão de construção de demandas. Para *Aglomerado* é necessário a tomada da palavra pelos sujeitos em situação de desrespeito, permitindo que eles próprios formulem seus direitos.

A construção de demandas demonstra que as produções simbólicas da periferia, sua cultura e sua sociabilidade possuem um valor simbólico (configuram o sentido da vida na favela) e material (transformando a realidade social), promovendo sua valorização. A partir disso, é reclamado o reconhecimento e o respeito pelos modos de vida e pela cultura do subúrbio, o direito à expressão de si através das atividades artísticas e a saída do gueto simbólico que decorre da promoção de renovadas representações sobre os morros. Esses elementos são elencados pelo programa para expressar os direitos necessários pra que o

favelado seja cidadão. Tais condições estão no nível simbólico da construção da cidadania e exigem, acima de tudo, uma paridade nas interações.

Como o programa se instaura em um terreno de tensão entre os objetivos que anuncia e as escolhas discursivas e imagéticas que são apresentadas, as condições para a cidadania, por consequência, apresentam clivagens. Em relação ao respeito e reconhecimento o *Aglomerado* apresenta duas propostas divergentes: a primeira está relacionada com a intenção de desfazer o distanciamento entre morro e assalto, anunciando a necessidade de garantir a paridade de participação para todos os sujeitos; a segunda se volta para uma “política de identidade” (FRASER, 2010), buscando a valorização de um grupo cultural específico.

A saída do gueto simbólico também é afetada: ao invés de inscrever a desvalorização dos habitantes de periferia em uma arena discursiva na qual é possível debater sobre os problemas de representação social, o programa opta pela construção de um contra-estereótipo que enfatiza como as favelas são plenas de arte e cultura. Isso acontece porque o *Aglomerado* essencializa as características “positivas” do morro, sem promover um contraponto entre elas e as figurações que os apresentadores configuram como “lineares”.

A partir dessa organização, o direito de expressão de si se inscreve em um terreno não conflituoso, no qual não existem barreiras para a sua efetivação. Através do programa os moradores de periferia possuem um espaço para se manifestar e “assumirem a palavra” (TELLES, 1998), criando uma imagem de si e suas próprias demandas. Desse modo, as condições para a cidadania formuladas possuem conteúdo contraditório, dificultando a compreensão do que seria necessário para o habitante dos morros ser cidadão: seria a paridade de participação ou a valorização da identidade? Seria a promoção de uma imagem plural da favela ou uma representação em positivo? Ou seria somente a necessidade de falar por si mesmo no espaço midiático?

Através dessa investigação percebeu-se que o *Aglomerado* se edifica em meio a uma tensão fundamental entre os objetivos apresentados e as escolhas feitas nos âmbitos midiático e político, que reverberam em uma ambiguidade na formulação das condições essenciais para a cidadania do favelado, tornando difícil compreender o que o programa concebe como essencial em termos de respeito e reconhecimento e da saída do gueto simbólico.

9. Referências Bibliográficas

ALVAREZ, S; DAGNINO, E; ESCOBAR, A. Introduction: the cultural and the political in Latin America social movements. In: ALVAREZ, S; DAGNINO, E; ESCOBAR, A (orgs). **Cultures of politics, politics of cultures: re-visioning Latin America social movements**. Boulder: Westview, 1998, p. 1-32.

ALVAREZ, S; DAGNINO, E. Para além da “democracia realmente existente”: movimentos sociais, a nova cidadania e a configuração de espaços públicos alternativos. In: **XIX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS**, Caxambú, 1995, p. 1-43.

BRAGA, J. Lugar de Fala como conceito metodológico no estudo de produtos culturais. In: **PPG Comunicação Unisinos**. (Org.). Mídias e Processos Socioculturais. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000, p. 159-184.

_____. Midiatização como processo interacional de referência. In: MÉDOLA, A; ARAÚJO, D; BRUNO, F. (orgs). **Imagem, visibilidade e cultura midiática**. Porto Alegre: Sulinas, 2007, p. 141-167.

_____. Comunicação, disciplina indiciária. In: **MATRIZES**, São Paulo, n. 2, abril 2008.

_____. Dispositivos interacionais. In: **XX Encontro Anual da Compós**, 2011, Porto Alegre. Anais do Encontro Anual da Compós. Brasília: Compós, 2011, v. 1. p. 1-15.

BEINER, R. Why citizenship constitutes a theoretical problem in the last decade of the twentieth century. In: BEINER, R (ed). **Theorizing citizenship**. Albany: State University of New York Press, 1995, p. 1-28.

BELLAMY, R. The theories and practices of citizenship. In: BELLAMY, R; KENNEDY-MACFOY, M. (eds). **Citizenship: critical concepts**. London: Routledge, 2014, p. 1-23.

COGO, D. Mídia, identidades culturais e cidadania: sobre cenários e políticas de visibilidade midiática dos movimentos sociais. In: **XXVII Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação**, Porto Alegre, V. 1, 2004, p. 1-15.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (org). **Anos 90 – política e sociedade no Brasil**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1994, p. 103-115.

_____. Culture, citizenship and democracy: changing discourses and practices of the Latin American left. In: ALVAREZ, S; DAGNINO, E; ESCOBAR, A (orgs). **Cultures of politics, politics of cultures: re-visioning Latin America social movements**. Boulder: Westview, 1998, p. 33-63.

_____. Civil society and public sphere in Brazil: limits and possibilities. In: **XXIII International Congress of the Latin American Studies Association (LASA) Working Papers**, Washington, 2001, p. 1-29.

_____. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil. In: DAGNINO, E (org). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. Paz e Terra: São Paulo, 2002, p. 279-302.

_____. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. FACES: Caracas, 2004a, p. 95-110.

_____. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. In: **Política & Sociedade**, Santa Catarina, nº 5, 2004b, p. 139-164.

_____. Confluência perversa, deslocamento de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, A. (org). **La cultura en las crisis latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2004c, p. 195-216

_____. Meanings of citizenship in Latin America. In: **IDS Working Paper**. Brighton: Sussex University, 2005a.

DAGNINO, E. Políticas culturais, democracia e o projeto neoliberal. In: **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 15, 2005b, p. 45-65.

_____. Dimensions of citizenship in contemporary Brazil. In: **Fordham Law Review**, New York, v. 73, 2007a, p. 101-114.

_____. “Todas las personas tenemos derechos, pero...”: conceptos de ciudadanía en pugna en Brasil. In: KABEER, N (org). **Ciudadanía incluyente: significados y expresiones**. México: PUEG/UNAM, 2007b, p. 157-172.

FRASER, N. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, nº63, 2002, p. 7-20.

_____. **Scales of justice: reimagining political space in a globalizing world**. New York: Columbia University Press, 2010.

FROSH, P. Phatic morality: television and proper distance. In: **International Journal of Cultural Studies**, v. 14, nº 4, 2011, p. 383-400.

GAUNTLETT, D; HILL, A. **TV Living: television, culture and everyday life**. London: Routledge, 2001.

HALL, S. The work of representation. In: HALL, S. (ed.). **Representation: cultural representations and signifying practices**. London: SAGE, 1997a, p. 13-74.

_____. The spectacle of the ‘other’. In: **Representation: cultural representations and signifying practices**. London: SAGE, 1997b, p. 223-290.

HEPP, A. The communicative figurations of mediatized worlds: Mediatization research in times of the ‘mediation of everything’. In: **Communicative Figurations**, n.1, p.1-17, 2013.

HEPP, A.; HASEBRINK, U. Human interaction and communicative figurations. The transformation of mediatized cultures and societies. In: **Communicative Figurations**, n.2, p.1-22, 2013.

JENSEN, K. Definitive and sensitizing conceptualizations of mediatization. In: **Communication Theory**, nº 23, 2013, p. 203-222.

KYMLICKA, W; NORMAN, W. El retorno del ciudadano, una revisión de la producción reciente en teoría de la ciudadanía. In: **AgorA**, Buenos Aires, nº 7, 1997, p. 01-30.

LAVALLE, A. Cidadania, igualdade e diferença. In: **Lua Nova**, São Paulo, nº 59, 2003, p. 75-93.

MAIA, R. Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. In: **Lua Nova**, São Paulo, nº 76, 2009a, p. 76-87.

_____. Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razão. In: **Revista Brasileira da Ciência Política**, Brasília, nº 2, 2009b, p. 303-340.

MARSHALL, T. Citizenship and social class. In: MANZA, J; SAUDER, M (orgs.). **Inequality and society**. Norton and CO: New York, 2009.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: Comunicação, Cultura e Hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

_____. Prefácio à 5ª edição castelhana. In: **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

_____. Uma aventura epistemológica. In: **Matrizes**, ano2, nº 2, jan./jul. 2009, p. 143-162.

MATA, M. Comunicación, ciudadanía y poder: pistas para pensar su articulación. In: **Diálogos de la comunicación**, n. 64, 2001. p. 64-76.

_____. Comunicación y ciudadanía – problemas teórico-políticos de su articulación. In: **Revista Fronteiras**, vol. VIII, nº 1, jan./abr. 2006, p. 5-15.

MENDONÇA, R. F. Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Frase rem sua relação com o legado habermasiano. In: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nº 29, 2007, p. 169-185.

MISSE, M. Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil. In: **Estudos**, Goiás, v. 91, 1995a, p. 23-40.

_____. Crime e pobreza: velhos enfoques, novos dilemas. In: VILLAS BOAS, G; GONÇALVES, M. (orgs). O Brasil na virada do século: o debate dos cientistas sociais. Rio de Janeiro: RELUME-DUMAR, 1995b, p. 79-89.

OROZCO GÓMEZ, G. La mediación en juego – televisión, cultura y audiencias. In: **Comunicación y Sociedad**, Navarra, nº 10, 1991, p. 107-128.

_____. De las mediaciones a los medios – contribuciones de la obra de Martín-Barbero al estudio de los medios y sus procesos de recepción. In: LAVERDE, M;

REGUILLO, R (eds). **Mapas nocturnos. Diálogos con la obra de Jesús Martín-Barbero**. Santafé de Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 1998, p. 91-101.

PAOLI, M; TELLES, V. Social rights: conflicts and negotiations in contemporary Brazil. In: ALVAREZ, S; DAGNINO, E; ESCOBAR, A (orgs). **Cultures of politics, politics of cultures: re-visioning Latin America social movements**. Boulder: Westview, 1998, p. 64-92.

PERUZZO, C. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: **Lumina**, V. 1, 2007, p. 1-29.

_____. A comunicação nos movimentos sociais: exercício de um direito humano. In: **Diálogos de la Comunicación**, V. 82, 2010, p. 1-7.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ROCHA, S. Favela, soma de exclusões e assimetrias: em busca de uma mobilidade simbólica na cena midiática. In: **Contemporânea**, v. 3, nº1, 2005, p. 185-217.

_____. Debate público e identidade coletiva: a representação dos moradores de favela na produção cultural da televisão brasileira. In: **Intexto**, Porto Alegre, v. 1, nº 14, 2006, p. 1-21.

_____. Mídia e politização de identidades: dilemas na construção de um ‘nós’ entre os moradores de favela. In: **Comunicação e política**, v. 25, nº 1, 2007, p. 51-72.

_____. Cidadania cultural-comunicativa: uma nova *performance* das minorias na televisão. In: **Em Questão**, Porto Alegre, V. 15, nº 1, 2009, p. 157-172.

SALES, T. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 25, 1994, p. 26-37.

SILVERSTONE, R. **Television and everyday life**. London: Routledge, 1994.

_____. **Why study the media?** London: Sage, 1999.

_____. Finding a voice: minorities, media and the global commons. In: **Emergences**, v. 11, nº 1, 2001, p. 13-27.

_____. Complicity and collusion in the mediation of everyday life. In: **New Literary History**, Baltimore, v. 33, nº 4, 2002, p. 761-787.

_____. Regulation, media literacy and media civics. In: **Media, Culture and Society**, v. 26, nº 3, 2004, p. 440-449.

SOUZA, J. (Não) Reconhecimento e subcidadania, ou o que é “ser gente”? In: **Lua Nova**, São Paulo, nº 59, 2003, p. 51-74.

_____. A gramática social da desigualdade brasileira. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.9, nº 54, 2004, p. 79-97.

_____. Para compreender a desigualdade brasileira. In: **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 1, nº 2, 2006, p. 83-100.

TELLES, V. Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo. In: **Cadernos CRH**, Salvador, v. 19, 1993, p. 1-14.

_____. As novas faces da cidadania: introdução. In: **Cadernos de pesquisa**, nº 4, 1996, p. 1-7.

_____. Direitos sociais: afinal do que se trata? In: **Revista USP**, São Paulo, nº 37, 1998, p. 34-45.

TOMLINSON, J. Beyond connection: cultural cosmopolitan and ubiquitous media. In: **International Journal of Cultural Studies**, v. 14, nº 4, 2011, p. 347-361.

TURNER, B. Outline of a theory of citizenship. In: MOUFFE, C. (ed). **Dimensions of radical democracy**. Londres: Verso, 1992, p. 33-62.

VAZ, P; CAVALCANTI, M; JULIÃO, L; CARVALHO, C. Pobreza e risco: a imagem da favela no noticiário do crime. In: **Revista Fronteira**, São Leopoldo, v. 7, n.2, 2005, p. 95-103.

VAZ, P; BAIENSE, C. Mídia e enquadramento: as representações da favela na virada do século XXI. In: **VIII Encontro Nacional de História da Mídia**, Paraná, 2011, p. 1-15.

VIEIRA, L. Notas sobre o conceito de cidadania. In: **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, nº 51, 2001, p. 35-47.

ZALUAR, A.; ALVITO, M. Introdução. In: ZALUAR, A.; ALVITO, M (orgs). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ZALUAR, A. Exclusion and public policies: theoretical dilemmas and political alternatives. In: **Brazilian Review of Social Science**, nº 1, 2000, p. 25-42.

_____. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, nº 61, 2007, p. 31-49.

YIN, R. K. The Abridged Version of Case Study Research – Design and Method, In: BICKMAN, L. e ROG, D. (Eds.), **Handbook of Applied Social Research Methods**, Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1998, p. 229-259.

_____. *Estudo de caso: planejamento e método*. Porto Alegre: Bookman, 2004.